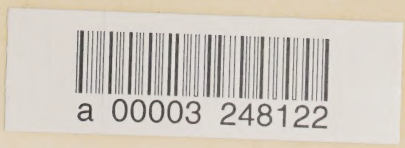
HC578
.M85
C65
1929

A COLONIA PORTUGUESA DE
MOCAMBIQUE.

THE LIBRARY OF THE
UNIVERSITY OF
NORTH CAROLINA
AT CHAPEL HILL

ENDOWED BY THE
DIALECTIC AND PHILANTHROPIC
SOCIETIES

HC578
.M85
C65
1929

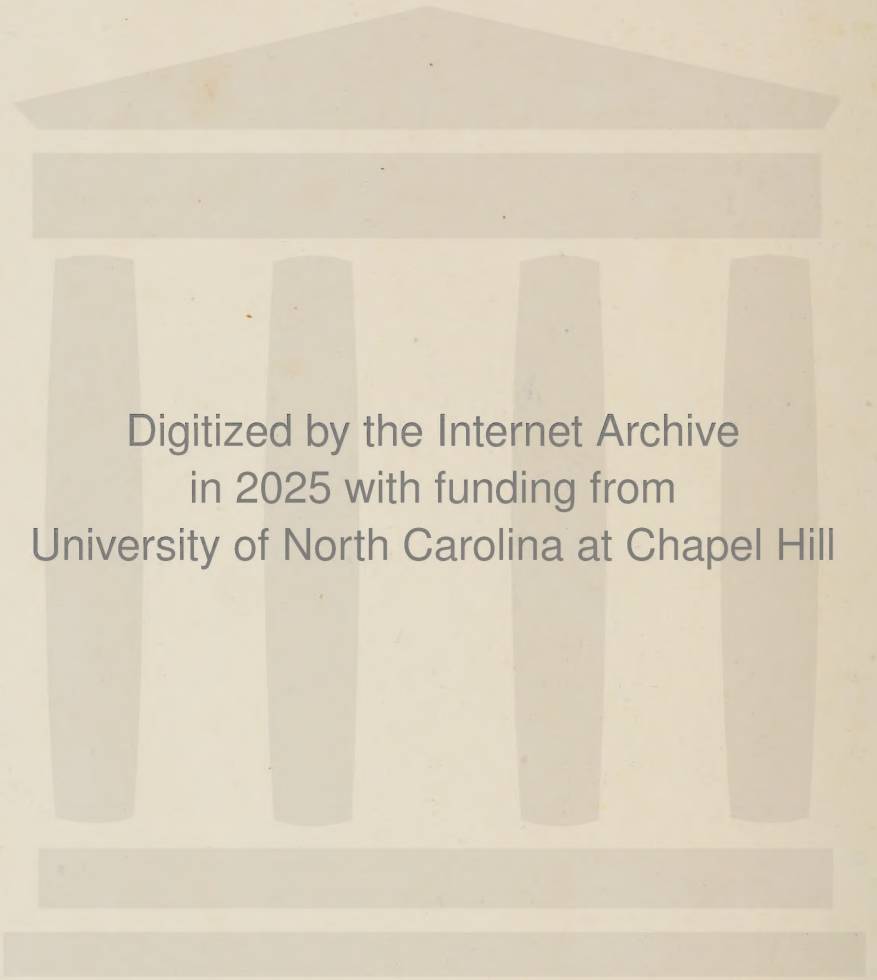


This book is due at the WALTER R. DAVIS LIBRARY on the last date stamped under "Date Due." If not on hold it may be renewed by bringing it to the library.

DATE DUE	RET.	DATE DUE	RET.
SEP 05 2007			
AUG 07 2008			

Form No. 513
Rev. 1/84

MOÇAMBIQUE



Digitized by the Internet Archive
in 2025 with funding from
University of North Carolina at Chapel Hill

https://archive.org/details/colniaportuguesa00unse

RC
C

HC578
.M85
C65
1929

— A COLÓNIA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE

1929

IMPRENSA NACIONAL

LOURENÇO MARQUES

Carvalho

I

Esbôço geográfico

Situação geográfica da Colónia

A Colónia de Moçambique ocupa na costa oriental do continente africano um território fronteiro à ilha de Madagascar, que se estende desde 10º 28′ até 26º 51′ lat. S. e tem um litoral de 2:525 quilómetros. A largura dêste território é variável de 50 a 1:150 quilómetros.

Ao norte a Colónia limita com o mandato inglês que se exerce sôbre a antiga colónia alemã hoje denominada território de Tanganhica. A oeste limita com a margem oriental de Lago Niassa [1] numa extensão de 225 quilómetros; com o território inglês do Niassa; com a Rodésia; com o Transvaal e com a Suazilândia, colónia inglesa. Ao sul limita com o Natal. A leste com o Oceano Índico na parte em que êle tem o nome de Canal de Moçambique.

Descrição geográfica; regiões em que se divide

A Colónia de Moçambique tem uma superfície de cêrca de 800:000 quilómetros quadrados e é cortada na sua maior largura pelo Zambeze (um dos quatro maiores rios de todo o continente africano), que a divide em duas partes de carácter bastante diferente e que por seu turno se dividem em várias regiões.

Ao norte do Zambeze e no extremo norte da Colónia, a vasta região compreendida entre o litoral e a margem do Lago Niassa constitui a região do Niassa; ao sul dela uma outra região tira o seu nome da ilha de Moçambique, um dos primeiros lugares ocupados pelos portugueses, e que pelo sul se junta à região em que se desenvolve o delta do Zambeze e que por isso se chama a Zambézia. Esta mesma designação aplica-se a toda a região banhada pelo Zambeze, que se divide naturalmente em Alta e Baixa Zambézia.

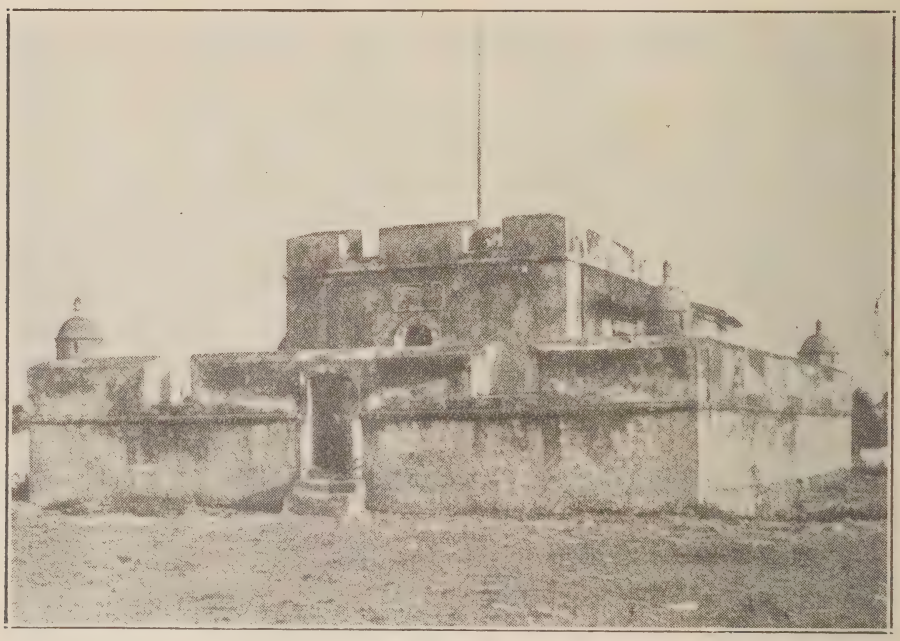
A região a NE da Alta Zambézia e que se prolonga até ao territó-

---

[1] Mais rigorosamente, por mais conforme com a grafia nacional, Nhassa (lago); assim escrevia ainda há quarenta anos o explorador Augusto Cardoso. Nas cartas inglesas, donde nos veio o têrmo actual, emprega-se *ny* para figurar a pronúncia dos termos em que entra o que nós representamos por *nh* (cf. Inyaka, Inyambane, Manyoka...) e nelas figura Nyasa para o nome de lago. Copiando dessas cartas e dobrando o *s* para lhe dar o som forte, nós passámos a escrever Nyassa, e hoje, em harmonia com os preceitos da reforma ortográfica, escrevemos (e já pronunciamos) Niassa. É, talvez, já tarde para corrigir o êrro.

rio inglês do Niassa tem a designação de Angónia e é uma das mais mineralizadas de toda a Colónia.

Ao sul do curso inferior do Zambeze, até ao paralelo 22º, e até à fronteira da Rodésia estão os vastos territórios de Manica e Sofala, que pelo oeste limitam com a região do Báruè que se estende até à Alta Zambézia. Os territórios de Manica e Sofala são também conhecidos pela designação de territórios da Companhia de Moçambique.



Ibo — Forte de S. João, construído no século XVII e reconstruído em 1862

Em três regiões se divide a parte meridional da Colónia e são, a partir do rio Save e para o sul, Inhambane, Gaza e Lourenço Marques.

Geologia

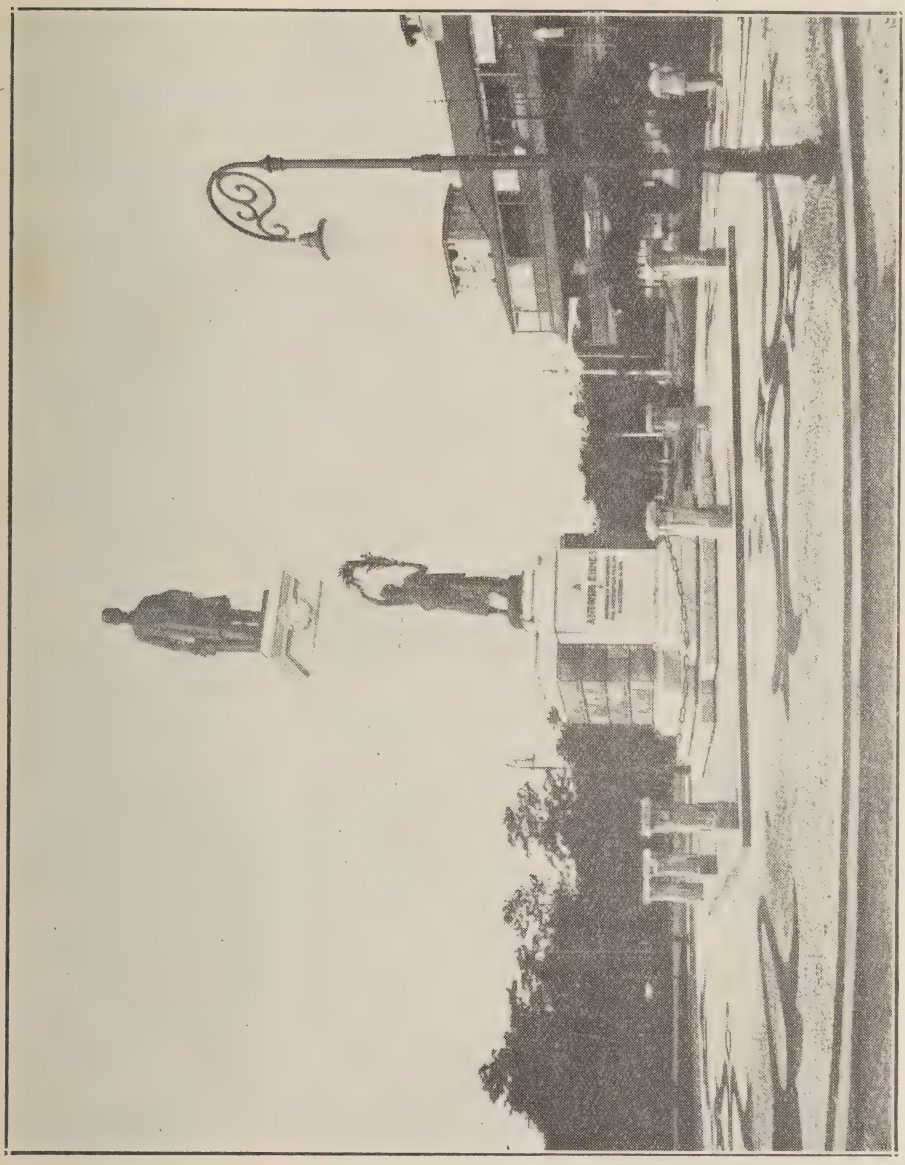
O estudo geológico desta Colónia não está feito, tendo sido apenas há pouco tempo instalado um serviço regular com êste fim.

Todavia, de acôrdo com alguns trabalhos de investigação já executados, alguma coisa se pode dizer que dê uma idea geral e sumária da geologia dêstes territórios.

Começaremos por dizer que a zona alta (acima de 1:000 metros de altitude), que se limita a territórios pouco extensos próximos da fronteira da Rodésia e do Lago Niassa e a uma pequena parte do distrito de Tete, é quási exclusivamente constituída por granitos e

ESBÔÇO GEOLÓGICO
DA
COLÓNIA
DE
MOÇAMBIQUE
ESCALA 1:6.000.000
Legenda
TERRENO PRIMITIVO
TERRENO PRIMÁRIO
TERRENO SECUNDÁRIO
TERRENO TERCIÁRIO POST-TERCIÁRIO
ROCHAS VULCÂNICAS
COMPANHIA DO NIASSA
MOÇAMBIQUE
TETE
QUELIMANE
COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE
MANICA
GAZA
INHAMBANE
L. MARQUES
L. NYASSA
Transvaal
Canal de Moçambique
Rio Rovuma
C. Delgado
Camienda
MATAMBU
MAVIA
R. Massala
Ibo
B. de Pemba
Pôrto Amélia
Mogabe
Macaria
B. de Lúrio
Langula
Mataca
F. Luis Filipe
Lujenda
Mandimba
F. D. Carlos
L. Chiuta
ANGUROS
L. Chirua
Neambela
Paiva de Andrade
B. Fernão Veloso
B. Conducia
Moçambique
CHA-AGE
Angoche
Caroba
V. Sarmento
BOROR
Chilomo
Porto Herald
Chemba
Sena
R. Licongo
Quelimane
R. dos Bons Sinais
R. Linda
B. Catarina
R. Zambeze
B. Melamba
R. Luabo de Oeste
CHAPANGA
TEUÉ-TEUÉ
Gouveia
Macequece
Musapa
Beira
R. Punque
Sofala
Mano
Cassanha
Chimati
Zumbo
Mesenzo
Manunja
Deque
Tete
C. do Masupiza
R. Save
B. Bartholomeu Dias
Sandova
R. Save
Singurugi
I. de Bazaruto
L. Chicarre
Gaza
Chimbala
Macarete
B. de Inhambane
Inhambane
Elefantes
Cumbana
Inharrime
Chibuto
Zavala
V. de João Belo
Xinavane
R. Limpopo
Moamba
Lourenço Marques
I. Inhaca
Goba
Reg. 10

gneiss. Na zona média predominam ainda os *gneiss* e xistos cristalinos, havendo também algumas manchas de terrenos primários, constituídos principalmente por xistos argilosos e grés.



Lourenço Marques — Estátua erigida ao Comissário Régio António Enes (1892-1895), iniciador do período de grande desenvolvimento de Moçambique

As zonas baixas são formadas principalmente pelos terrenos secundários, terciários e post-terciários.

Os terrenos cristalinos e primários são os que apresentam maior desenvolvimento, predominando os *gneiss* e micaxistos, mas aparecendo também quartzites, calcáreos cristalinos e xistos argilosos, cloritosos e talcosos.

A partir do paralelo 20º para o Norte, o território da Colónia, excepção feita a uma pequena faixa litoral que apresenta a sua máxima penetração no seguimento do curso do rio Zambeze, pode dizer-se que é exclusivamente formado pelos referidos terrenos, nos quais aparecem, em geral sob a forma de *dykes*, os granitos, pegmatites e granulites, diábases e gabros, meláfiros e porfirites.

As manchas de primário que mais interessa mencionar, pela sua extensão, são as que se encontram no vale do Zambeze, desde o paralelo 18º até quási à fronteira no distrito de Tete. Aí aflora abundantemente o carbonífero que, aliás, também aparece no norte do Niassa.

Os terrenos secundários afloram junto da costa, na baía de Condúcia, contendo belos exemplares de amonites e belemnites.

Em outras localidades, como por exemplo em Inhambane, na Inhaca, nas margens do Maputo e na Matola, perto de Lourenço Marques, aparecem grés, calcáreos e conglomerados fossilíferos, pertencentes à formação costeira, que se têm ligado às formações secundárias.

O terciário aflora em alguns pontos, como, por exemplo, em Panda e Morrumbene, no distrito de Inhambane, na confluência dos rios Búzi e Revuè, no rio Muda, perto dos montes Chiruvo, bem como em alguns pontos do distrito de Quelimane.

As aluviões modernas cobrem largas áreas, que constituem extensas planícies, sobretudo situadas na parte sul da Colónia, isto é, a partir do paralelo 20º para o sul.

Parà o norte dêste paralelo, a zona de aluviões ainda se estende bastante, seguindo o litoral, sobretudo até Quelimane.

Essas aluviões, ora arenáceas, ora argilosas, ora mistas, mais ou menos carregadas de húmus, formam, por vezes, extensas planícies extremamente férteis, e, freqüentemente, irrigáveis com relativa facilidade, nos vales dos rios, onde já há culturas em larga escala.

Para o sul do Save e ao longo da costa estende-se também uma zona de medos, freqüentemente altos, junto aos quais se formaram lagoas, por vezes navegáveis, e em comunicação com o mar.

As formações coralinas abundam também ao longo da costa, sobretudo na parte norte da Colónia, constituindo mesmo numerosas ilhas, entre as quais está incluída a ilha de Moçambique.

Finalmente, separando o distrito de Lourenço Marques do Transvaal, temos uma longa formação de rochas eruptivas, constituídas por riolites, meláfiros e porfirites.

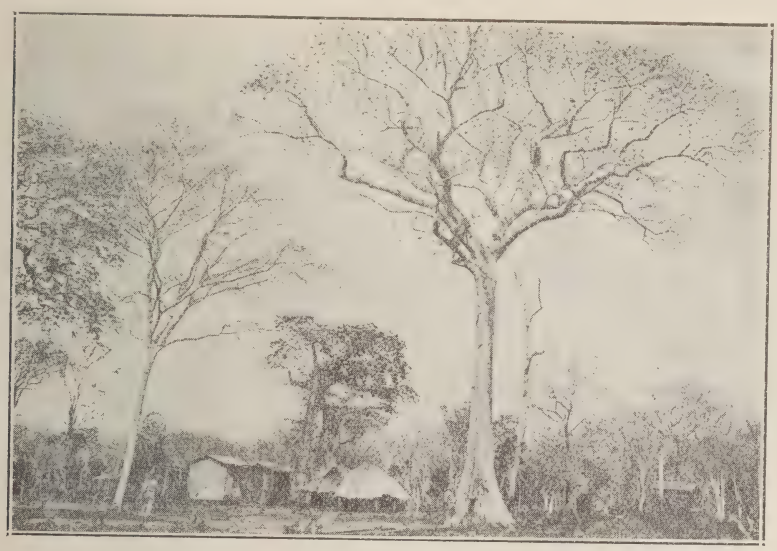
Orografia

Com excepção da região central da Colónia compreendendo: Manica, Báruè, Alta Zambézia, e das regiões que ficam a S e SE do lago Niassa, que todas são muito montanhosas, o relêvo orográfico da Colónia é pouco importante e caracterizado por uma variável mas gradual elevação de terreno a partir do litoral, encontrando-se na zona mais próxima da costa vastas planícies, ou pouco pronunciadas mas vastas ondulações do terreno. Nos maciços centrais encontram-se altitudes que

excedem 2:000 metros e nos distritos de Quelimane, Moçambique e territórios do Niassa são freqüentes grandes massas rochosas que abruptamente se levantam das planícies e que dão a toda aquela região uma feição peculiar.

O grupo orográfico mais notável na Colónia é o dos Montes Namúli, que constituem uma das mais belas regiões montanhosas de todo o continente africano. Levanta-se sôbre uma base de cêrca de 700 metros de altitude e culmina no pico Namúli, quási inacessível e de 2:700 metros de altitude, e é circundado por vários outros picos de 2:000 a 2:500 metros, cobertos de vegetação luxuriante.

A cordilheira Drakenberg, ou os seus primeiros contrafortes, que são a grande muralha em que se apoia o planalto da África Central do Sul, percorre irregularmente toda a Colónia de Moçambique de norte a sul e nela se encontram as grandes altitudes de Manica, Báruè, Angónia e Alta Zambézia. É por esta longa região que se desenvolve a linha de fronteira entre Moçambique e os países vizinhos.



Distrito de Moçambique — Um lindo exemplar de metil na mata do Liúpo

Hidrografia

A Colónia de Moçambique, sendo uma faixa relativamente estreita da vertente oriental do continente, tem como característica hidrográfica um grande número de rios que com maior ou menor regularidade correm de O para E e todos desaguam no Canal de Moçambique, parte do Oceano Índico.

O maior dêsses rios é o Zambeze, que vindo da Colónia de Angola entra em Moçambique no ponto dela mais afastado do litoral e permite a navegação por barcos de vapor em uma extensão de 500 qui-

lómetros. É o único rio de toda a Colónia que tem tais condições de navigabilidade. No seu delta encontram-se dois portos de mar utilizados pela navegação de cabotagem: Quelimane e Chinde.

Lourenço Marques — Hotel da Polana, o melhor da África do Sul — Fachada sôbre a baía

O segundo rio em importância de caudal e em extensão navegável é o Limpopo, que vem do Transvaal e é navegável por pequenas embarcações de vapor. Pôsto que a sua importância comercial seja muito inferior à do Zambeze, está destinado a um grande desenvolvimento pois que o Limpopo atravessa no seu curso inferior um longo e fertilíssimo vale onde mais de 40:000 hectares podem ser valorizados desde já pela irrigação.

Em toda a costa inúmeros são os portos com estuários onde desaguam outros tantos rios de importância variável mas nenhum dêles notável. No entanto êles comportam, na sua grande maioria mas em pequena extensão dos seus cursos inferiores, navegação por pequenas embarcações de vela, cuja função é concentrar nos portos principais os produtos do solo destinados a exportação.

Portos e baías

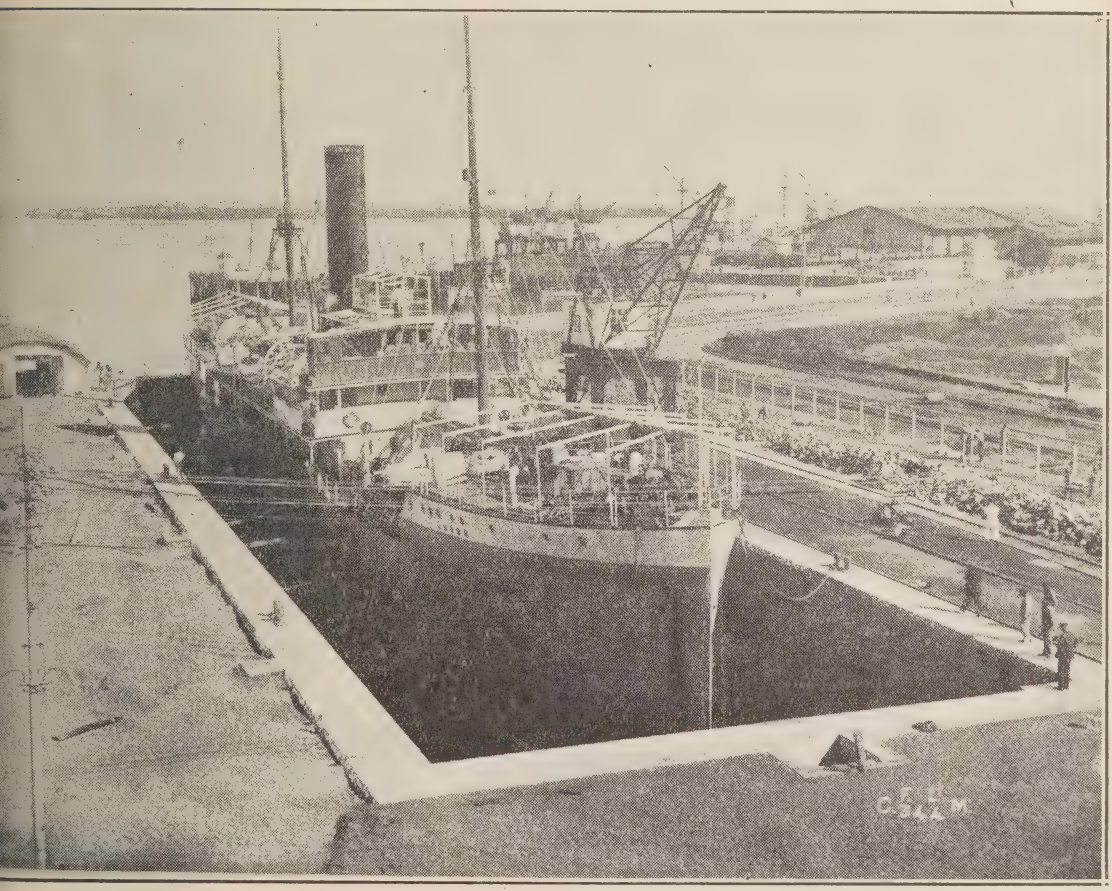
São muitos e excelentes os portos da costa moçambicana, podendo citar-se, como principais, Lourenço Marques, Beira, Moçambique, Pôrto Amélia, Ibo, Quelimane, Inhambane, António Enes, Chinde, Inhampura, Vilanculos, Bartolomeu Dias e Tungue.

A costa é em geral mais recortada ao norte do que ao sul.

As baías mais importantes, excelentemente abrigadas, são a de Pôrto Amélia, Nacala (Fernão Veloso), Moçambique e Lourenço Marques, sendo dignas de nota ainda as de Memba, Mocambo, Angoche e Moma.

Clima

A Colónia de Moçambique pode considerar-se dividida, quanto ao clima, em três zonas: duas costeiras, uma ao sul e outra ao norte, e uma interior.



Pôrto de Lourenço Marques — Doca sêca para navios de cabotagem

O clima da **zona costeira do norte** é governado pelo regime das monções do Oceano Indico.

De Outubro a Março sopra o vento NE; de Maio a Agosto sopra o vento SW (de S a WSW, caminhando de norte para sul, isto é, sensìvelmente paralelo à costa); os meses de Abril e Setembro são de transição. Na segunda época o vento não tem a mesma direcção que no Oceano livre, o que deve ser devido à acção perturbadora do continente e da ilha de Madagascar.

O vento NE, carregado da humidade que traz do mar, é o vento das chuvas; por vir do lado do equador é mais quente que o SW, mas a diferença de temperatura é pequena.

A temperatura do ar, nesta zona, tem um valor médio anual entre 24º e 25º, valor quási constante durante o ano, porque a diferença entre o mês mais quente e o mais fresco é apenas de 5º a 6º. Os meses mais quentes são Novembro, Dezembro e Janeiro com temperaturas sensìvelmente iguais; o mês mais fresco é Julho.

No valor médio notam-se, como é natural, os efeitos da latitude e da altitude: a temperatura é tanto mais elevada quanto mais para o norte, e decresce com a altitude.

A chuva cai de Dezembro a Março ou Abril; nos outros meses chove apenas 5 por cento do total do ano.

A quantidade de chuva varia de 700 a 1:300 milímetros por ano; cresce do norte para o sul e da costa para o interior, parecendo esta última circunstância um efeito da altitude. O regime das chuvas é irregular, embora esta irregularidade seja muito menor que na zona costeira do sul.

A humidade relativa varia entre 60 e 80 por cento, sendo os meses mais húmidos os da monção de NE.

A **zona costeira do sul** compreende os distritos de Lourenço Marques e Inhambane e a parte oriental do território da Companhia de Moçambique.

O clima desta zona é governado pelo regime de depressões e anticiclones do sul do continente. Já se notam as quatro estações, mas tam pouco vincadas que melhor é considerar o ano dividido em duas épocas: sêca ou fresca, e quente ou das chuvas, respectivamente de Maio a Setembro e de Outubro a Abril.

O valor médio da temperatura varia de 22º a 24º e a diferença entre o mês mais quente e o mais fresco é de 7º a 8º; a diferença entre os valores extremos é grande, notando-se máximas superiores a 40º e mínimas inferiores a 10º. Os meses mais quentes são Janeiro e Fevereiro, que têm sensìvelmente a mesma temperatura; o mês mais fresco é Julho.

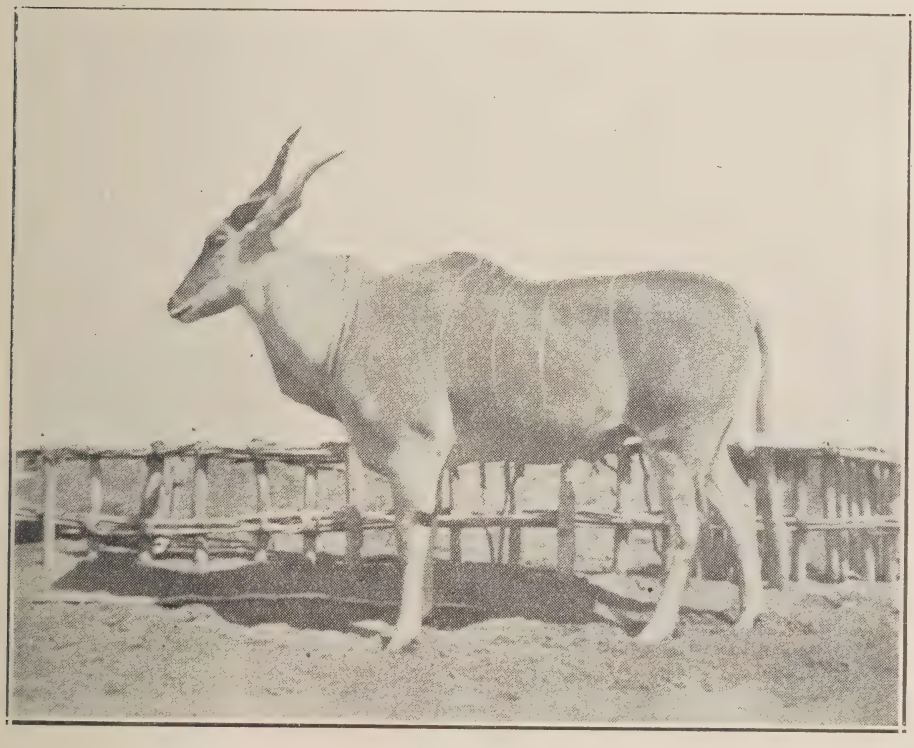
Na época sêca predomina um regime de altas pressões com ventos fracos que, na costa, se apresentam como brisas de mar e terra. O céu mantém-se quási sempre limpo. Na época quente predomina um regime de baixas pressões com ventos de fôrça variável. O céu apresenta-se muitas vezes nublado.

Mas tanto num como noutro dêstes regimes se nota a passagem de depressões que seguem geralmente uma trajectória de SW para

NE e provocam ventos dos quadrantes do norte antes da passagem do centro e dos quadrantes do sul depois, estes quási sempre mais fortes do que aqueles. Na época sêca estas depressões raras vezes provocam chuvas e nunca trovoadas; na época quente dá-se o contrário.

Os ventos do norte são quentes e os do sul frescos. No extremo sul desta zona a aproximação das depressões provoca um vento NW que, quente e sêco por provir duma região quente e árida, mais aquece (e, conseqüentemente, perde em percentagem de humidade) por compressão ao descer dessa região.

A percentagem de humidade nesta zona varia entre 70 e 90 por cento, um pouco superior à zona do norte, embora ainda dentro dos limites que a fazem classificar como moderadamente húmida. No extremo sul os casos de saturação são muito vulgares e a percentagem de humidade mantém-se freqüentemente acima dos 80 por cento, mas o vento NW muito sêco que na época sêca chega a apresentar valores da humidade próprios dos desertos (10 a 15 por cento) faz baixar, nas poucas horas em que sopra, os valores médios da humidade aos limites assinalados atrás. Ao norte do paralelo 25º o vento NW não é tam quente nem tam sêco como ao sul porque êsse vento ao chegar ali não provém de regiões próximas altas e sêcas. Pode pois dizer-se que a percentagem de humidade cresce de norte para sul, ao contrário da



Môfo ou *Eland*

temperatura. O distrito de Inhambane é, pelo que respeita à temperatura e humidade do ar, a região de melhor clima da Colónia.

A chuva tem nesta zona um valor que varia de 600 a 1:200 milímetros por ano com uma distribuïção geográfica irregular. Irregular é também o regime de chuvas, havendo anos em que sobe ao dôbro do valor médio e outros em que desce a um têrço.

Chove em todos os meses, mas nove décimos do total anual caem de Outubro a Março.

No território da Companhia de Moçambique e parte meridional do distrito de Quelimane dá-se a transição entre as duas zonas costeiras, estando esta região sob a influência dos dois regimes indicados: o das monções (do norte) e o das depressões e anticiclones (do sul). A chuva apresenta nesta região um máximo, talvez por se juntarem as chuvas das monções com as ciclónicas.

A **zona interior,** com um clima continental, apresenta grandes diferenças de ponto para ponto, não só pelas diferenças de latitude como pelo relêvo do terreno.

O valor médio da temperatura do ar varia entre 20º e 26º, aumentando de sul para norte e diminuindo com a altitude, como é natural; a diferença entre o mês mais quente e o mês mais fresco é de 9º,5 e independente daqueles factores.

A quantidade de chuva varia de 500 a 1:800 milímetros por ano, conforme a altitude do lugar, sendo mínima nas terras baixas e máxima nas altitudes entre 500 e 700 metros.

A percentagem de humidade varia de 60 a 80 por cento, sendo os valores mais elevados os das grandes altitudes.

Flora

Nos distritos de Lourenço Marques e Inhambane encontram-se essências espinhosas, constituídas freqüentemente por árvores leguminosas e várias espécies de acácias, encontrando-se também a trepadeira da borracha, *Landolphia*, e várias espécies do género *Ficus*.

Encontram-se também árvores que fornecem madeiras aproveitáveis para a construção e mobiliário, mas em geral ou demasiadamente macias ou excessivamente duras, e por isso difíceis de trabalhar. Entre as madeiras do distrito de Lourenço Marques merece especial menção a *chanfuta*, que tem alguma semelhança com o mogno, a qual é dificilmente atacada pelos insectos, sendo por isso muito utilizada para mobiliário.

A mafurreira é muito abundante nas planícies arenosas do distrito de Inhambane, sendo a sua madeira de mediano valor, mas de grande rendimento a sua semente oleaginosa, a que chamam *mafurra*.

A flora do distrito de Quelimane é a flora característica das regiões tropicais. Na região do Boror há extensas florestas que produzem magníficas madeiras próprias para construções.

A flora do distrito de Tete é muito variada, encontrando-se árvores com aplicações utilíssimas.

No distrito de Moçambique, nas grandes planícies e margens dos cursos de águas abundam as gramíneas; nos terrenos mais elevados há extensas florestas, com numerosas espécies próprias para a construção e marcenaria, tais como o *mecrusse*, a *imbila*, o *jambire*, etc.

Nas margens dos rios é muito abundante o mangal, branco e encarnado, de casca rica em tanino.

Nos territórios de Manica e Sofala as principais plantas produtoras são as que fornecem a borracha.

Nos territórios do Cabo Delgado e Niassa a flora é muito variada e as espécies numerosíssimas, sobretudo de madeiras, tais como o sândalo africano, a teca, o pau-ferro, uma espécie de mogno, o caju, etc.

Seguem os nomes de alguns dos produtos vegetais do solo moçambicano, acompanhados dos respectivos nomes scientíficos:

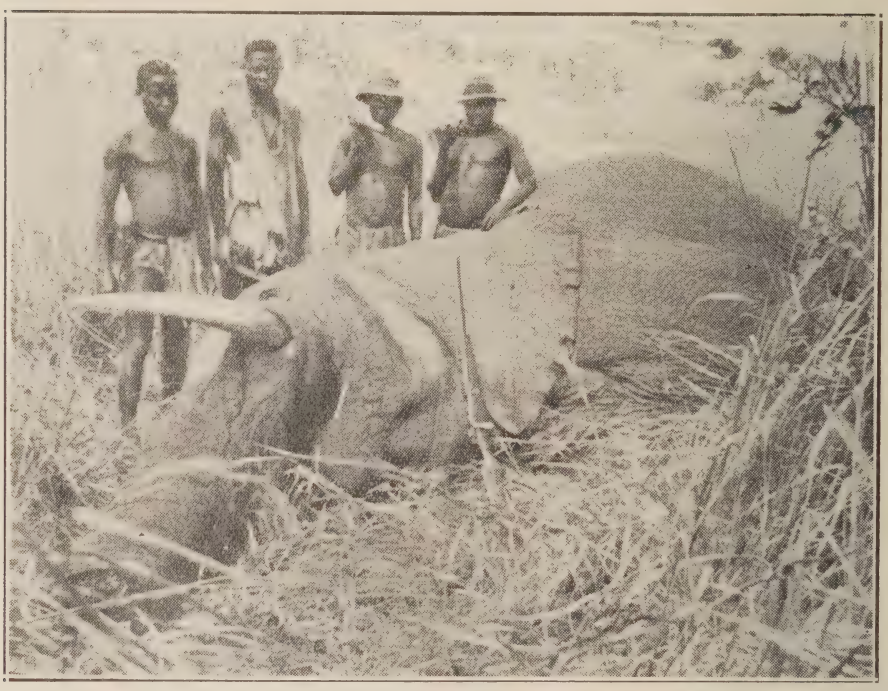
Nomes vulgares	Nomes scientíficos
Acácia	*Acaeia sp.*
Algodão	*Gossypium herbaceum, L.*
Amendoim	*Arachys hypogœa, L.*
Ananás	*Ananasa sativa* ou *Bromelia ananas, L.*
Árvore da febre	*Acacia xanthophlœa, Benth.*
Ata	*Anona squamosa, L.*
Bambu	*Bambusa vulgaris, L.*
Bananeira	*Musa paradisica* e *Musa sapientum, L.*
Baobab ou Embondeiro	*Adamsonia digitata, L.*
Borracha (trepadeira)	*Landolphia Kirkii.*
Cafezeiro	*Coffea sp.*
Cajueiro	*Anacardium occidentale, L.*
Calumba	*Jateorhiza palmata, Lamk.*
Coqueiro	*Cocos nucifera, L.*
Chanfuta	*Afzelia quanzensis, Welw.*
Ébano	*Dalbergia melanoxylon, Guill. & Perr.*
Imbila	*Pterocarpus erinaceus, Poir.*
Jambire	*Lonchocarpus mossambicensis, Sim.*
Macieira brava	*Zizyphus jujuba, Lamk.*
Mafurreira	*Trichilia emetica, Vahl.*
Mangal branco	*Avicennia officinalis, Lam.*
Mangal encarnado	*Bruguiera gymnorhiza* e *Rhizophora mucronata, Lam.*
Massala	*Strychnos spinosa, Lam.*
Mecaia	*Acacia Welwitschii, Oliv.*
Mecrusse	*Androstachys Johnsonii, Prain.*
Metil	*Dipterocarpus sp.*
Muave	*Erytrophloeum guineense, G. Don.*
Ocanheira ou Canho	*Sclerocaria caffra, Sond.*
Papaia	*Carica papaia, L.*
Pau-ferro	*Swartzia madagascariensis, Desw.*
Sândalo africano	*Excœcaria africana, Mull.*
Sevadilha	*Nerium oleander, L.*

Fauna

A fauna da Colónia de Moçambique é extremamente variada.

Mamíferos

Pelas selvas moçambicanas encontram-se representadas quási todas as ordens de mamíferos: primates, quirópteros, carnívoros, insectívoros, roedores, proboscídeos, artiodáctilos, perissodáctilos, desdentados, e pelos seus mares os cetáceos. Assim se encontram *quadrúmanos* de várias espécies, *macacos* (os cinocéfalos são muito vulgares no distrito



Elefante do Baixo Zambeze

de Inhambane); o *morcego*, o *leão*, o *leopardo*, a *onça*, o *lince*, o *gato bravo*, o *cão do mato* ou *mabeco*, o *chacal*, a *hiena*, a *raposa*, o *rato*, a *doninha* e o *mangusso (Herpestes caffer)*, o *coelho*, a *lebre*, o *porco-espinho*, o *elefante*, o *rinoceronte*, o *búfalo*, a *girafa*, os *antílopes*, o *porco do mato*, o *javali*, a *zêbra*, o *pangolim*, etc., etc.

Pela costa moçambicana encontram-se muitas *toninhas* e tem-se pescado a *baleia*.

Pesca-se também com certa freqüencia na costa moçambicana o mamífero sirenídeo que é conhecido no Oceano Índico por *dugong (Halicore Dugong)* e que nesta costa chamam *peixe-homem* e *peixe-mulher*. Chega a ter 2m,80 de comprimento.

Pertencem à fauna fluvial moçambicana alguns mamíferos, como o *hipopótamo* (ou *cavalo-marinho*) (*Hippopotamus amphibius*) e a *lontra*.

Aves

Abundam também as aves mais variadas: corredoras, como o *avestruz*; de rapina, como a *águia*, a *águia sem cauda* (*Helotarsus ecaudata*), o *milhafre*; nocturnas, como a *coruja* e o *mocho*; pássaros, como a *andorinha*, o *corvo de colar* (*Corvultur albicollis*), o *corvo de escapulário* (*Pterocorax*); espécies de *papagaios*, *periquitos* e *chiricos*; trepadoras, como o *pato das árvores* (*Dendrocycna*), *pica-pau* e o *cuco*; columbídeos, como a *pomba* e a *rôla*; galináceas, como a *galinha do mato* (*Numida cornuta*), a *abetarda*, a *perdiz* e a *codorniz*; pernaltas, como o *grou*, o *marabu*, o *secretário*; palmípedes, como o *pato*, o *pato de esporão*, (*Plectropterus gambensis*), o *cisne*.

Algumas aves, porque não podem viver longe dos rios ou das regiões alagadiças, devido principalmente à alimentação de que precisam, freqüentam as margens dos rios e lagoas; tais são o *pelicano*, a *garça*, o *pato*, a *narceja*, o *pica-peixe*, a *águia pescadora* (*Haliaetus vocifer*).

Répteis

Encontram-se em quási todos os rios o *jacaré* ou *crocodilo*; por toda a parte se encontra o *camaleão*, o *lagarto* e a *lagartixa*, bem como *cobras* ou *serpentes* várias, das quais algumas das mais perigosas são a *mamba*, de que há a variedade *preta* e a *verde*, a *cobra cuspideira*, etc. No Niassa encontram-se serpentes do género *python*, a *boa* ou *giboia*, a *cobra alcatifa*, etc. É vulgar o *cágado* e a *tartaruga*.

Têm sido apanhados exemplares enormes de *tartaruga marítima* (*Chelone imbricata*).

Peixes

A fauna marítima e fluvial, ictiológica, é muito abundante devido principalmente à favorável temperatura das águas e à extensão da plataforma continental. Encontra-se nas águas da Colónia o *carapau*, a *enchova*, a *garoupa*, o *linguado*, a *mermilha*, o *pargo*, a *pescada*, a *pescadinha*, o *salmonete*, a *sarda*, o *peixe-serra*; a *corvina*, *o charéu*, a *douradinha*, o *peixe-pedra*, *peixe-roncador*, a *sardinha*; o *peixe-agulha*, o *peixe-china*, o *peixe-sapateiro*; a *raia*, o *cação*, o *peixe-espada*, o *peixe-ladrão*, a *lasca*, o *safio* e muito outro peixe miúdo de que se alimentam os indígenas.

Crustáceos, moluscos, etc.

Por toda a costa há muito marisco: *amêijoa*, *ostra*, *camarão*, *caranguejo*, *caranguejola*, *lagosta*, *lagostim*, *berbigão*; tem-se pensado em

facilitar aqui a propagação da *ostra portuguesa (Ostrea angulata,* Lamarck).

Os indígenas vendem nos paquetes que tocam nos portos do norte da Colónia *madréporas* e *equinodermes (estrêlas do mar* e *ouriços).*

São freqüentíssimas nestes mares as *holotúrias.* A *Holothuria edulis* é chamada nesta costa *macojojo* e constitui artigo de exportação para a China, onde é consumida com o nome de *tripang.* É o *bicho do mar* dos antigos navegadores.

Nas praias do norte apanha-se o *cauril (Cypraea moneta)* pequeno búzio que se exportava para a Costa da Mina, pois valia nesse país como moeda corrente. Encontra-se a *ostra perlífera (Maleagrina fucata)* no arquipélago do Bazaruto, em Moçambique e Cabo Delgado, e, mais raramente, em Lourenço Marques, e colhem-se *esponjas.*

Certas conchas dos mares do norte de Moçambique são exportadas para Hamburgo, onde as utilizam na manufactura de camafeus e ornatos e utensílios de sala.

Insectos e aracnídeos

São inumeráveis as espécies de insectos que se encontram nesta Colónia, e muito dignas de estudo, pois se algumas são úteis à agricultura, outras são prejudiciais; muitas outras têm um grande papel na transmissão de doenças.

Encontra-se espalhada pela Colónia a *abelha,* havendo mesmo uma apicultura cafreal, que dá ensejo a uma certa exportação de cera.

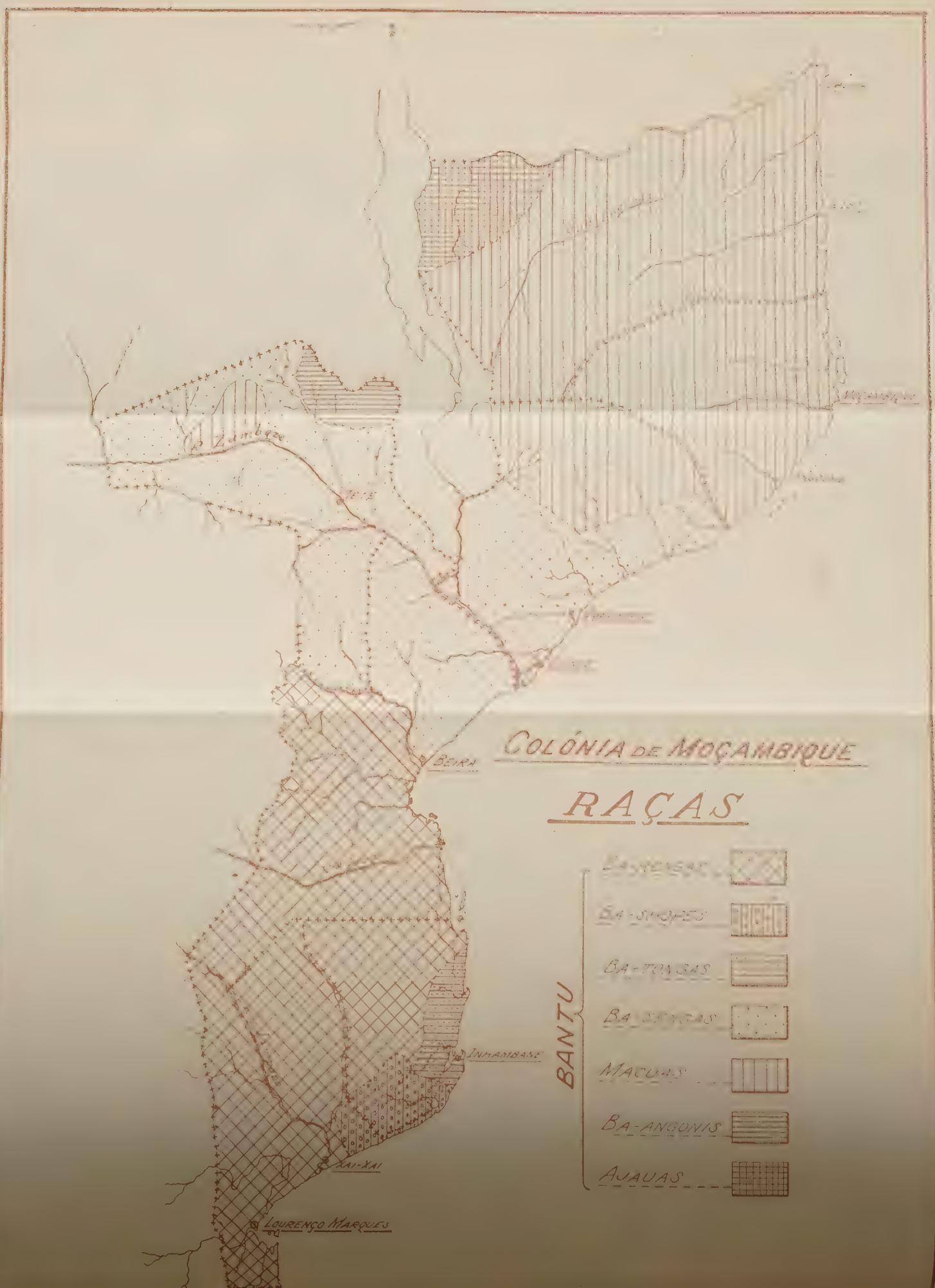
Por vezes os *gafanhotos* ou *saltões* abatem-se como verdadeira praga sôbre as culturas. Encontra-se a *môsca,* seja a môsca vulgar, *doméstica,* transmissora de doenças como a disenteria amibiana, etc., seja a môsca *tsé-tsé,* que infesta algumas regiões do Niassa, de Moçambique, de Quelimane e de Tete, e que pode transmitir ao homem a doença do sono, e aos animais, sobretudo ao gado bovino, outras tripanosomíases.

A *carraça,* que se encontra espalhada por toda a parte, é transmissora de doenças ao gado bovino, que precisa de ser freqüentemente banhado em tanques carracicidas. Ao homem transmite também a carraça a *febre das carraças,* a *tick-fever* dos ingleses.

Nos charcos e pântanos são muito freqüentes uns pequenos caracóis, os *planorbes* e os *bulinus,* que transmitem a bilarziose.

Há muita variedade de mosquitos: *culex, anopheles, stegomya.* Os *anopheles* são transmissores do *paludismo, malária* ou *sezonismo,* a que vulgarmente se chama *febre de África.*

Um insecto muito doméstico é a *barata,* de grande tamanho, de côr castanha, roedora implacável dos nossos livros. Há também a *formiga,* e, mais temível, a *formiga-branca* ou *térmite,* vulgarmente chamada *muchém.* Constrói, pelo mato, os seus ninhos, por vezes enormes, constituindo verdadeira praga para a agricultura. Quando se instala nas casas é capaz de as fazer desmoronar em pouco tempo. Nos matos encontra-se a *formiga-cadáver,* que deve o seu nome ao cheiro repugnante que exala.


COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE
RAÇAS
BANTU
BA-TONGAS
BA-SENGAS
MACUAS
BA-ANGONIS
AUAUAS
BEIRA
INHAMBANE
XAI-XAI
LOURENÇO MARQUES

Onde há insectos, forçosamente há-de haver *aracnídeos*, seus canibais. E na Colónia há-os, alguns de dimensões enormes, grandes *aranhas*, *escorpiões* ou *lacraus*, etc.

No Museu da Colónia encontra-se uma excelente colecção de insectos, incluindo môscas, tsé-tsés e mosquitos, mas sendo sobretudo famosa a colecção de borboletas

Junto da Direcção dos Serviços de Agricultura há uma secção de entomologia, encarregada do estudo dos insectos em relação à agricultura da Colónia.

População

Raças indígenas

Os indígenas que habitam a Colónia de Moçambique pertencem à grande família banta (Bântu), de que fazem parte todos os povos da África equatorial e do sul, com exclusão dos boximanes e dos hotentotes.

Os bantos de Moçambique subdividem-se nos grupos seguintes, em que podem filiar-se todas as tríbus da nossa Colónia: landins, vátuas, muchopes, tongas, angónias e macuas.

Ao sul do Zambeze existem os *vátuas*, que, saídos do país dos zulos, alastraram para o norte, espalhando-se do Incomáti ao Alto Búzi. São *landins* todos os povos que adoptaram os usos e costumes dos zulos, desde Lourenço Marques até Sofala.

Os *muchopes* (1) habitam as margens do Inharrime, estendendo-se desde Manjacaze até as terras de Zavala.

Os *tongas* habitam a região que vai desde o sul da Lupata até o Baixo Limpopo, sendo desta raça os indígenas da vila de Inhambane.

Angúni, mangúni, *angóni* são os nomes que as populações do sul deram aos *zulos* ou vátuas. Com o nome de zulos ou vátuas ficaram habitando ao sul da Colónia o país de Gaza, e cabeceiras do Búzi a ocidente do Save; os que emigraram para o norte são chamados angónis e habitam entre o Niassa, o Lujenda, o Messalo e o Rovuma em toda a sua extensão, e bem assim o planalto que, do nome do povo, se chama Angónia.

Ao grupo dos vátuas pertencem os *ajaus*, que, ocupando toda a região entre o Niassa, o Rovuma e o Lujenda, se têm desviado para SW até as terras altas do Chire.

Os *macuas* habitam a parte setentrional da Colónia, a saber, todo o distrito de Moçambique, e ainda ao norte do Lúrio, nas vertentes setentrionais da serra Mandimba, a região do Mêdo, e na região costeira entre o Rovuma e o Messalo. O seu território pode dividir-se em

(1) Os prefixos *ma-*, *mu-*, *ba-*, etc., servem nas línguas bantas para formar o plural dos nomes de raças, povos, tríbus, etc. Há, pois, inccerência em dar ainda a estes nomes o sinal de plural em português, com o acrescento de *-s*. Submetemo-nos, porém, ao uso, que embora incorrecto já passou em julgado.

quatro regiões principais: a Macuana superior ou Lómuè, a Macuana inferior, o Maua e o Mêdo.

Os principais dialectos falados por estes povos são: a língua *xi-*

Pôrto de Lourenço Marques — Um aspecto da faina do cais

ronga, falada pelos landins e por isso também chamada a língua landina, ou simplesmente, o landim; o *xitsua,* falado em Gaza e Inhambane; o *xichope,* falado pelos muchopes; o *guitonga,* língua dos tongas; o *xissena,* dos indígenas da maior parte dos territórios de Manica e Sofala; o *xinhúnguè,* dialecto tetense; o *xixuabo,* de Quelimane; o *qui-*

32°
34°
36°
38°
40°
42°
12°
14°
16°
18°
20°
22°
24°
26°
Rio
Rovuma
NIASSA
Ibo
Pôrto Amelia
COMPANHIA DO
MOÇAMBIQUE
Moçambique
António Enes
Zumbo
Rio Zambeze
TETE
QUELIMANE
Quelimane
Chinde
Rio Pungue
Macequece
Beira
COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE
Rio Save
INHAMBANE
Barra de Inhambane
LOURENÇO MARQUES
Rio Limpopo
Rio Incomati
Vila de João Belo
LOURENÇO MARQUES
Rio Maputo
LEGENDA
Limite de territorio
Limite de Distrito
Area de cada dialecto
"Shironga"
"Shishope"
"Gwitonga"
"Shitsua ou Shishengane"
"Shisena"
"Kikua"
"Shishuabo"
"Shi-yao"
"Shishungue"
"Shindau"
"Kissuahili"

cua, ou língua macua; o *xiiau*, falado pelos ajaus, no Niassa; finalmente, o *quissuaíli*, linguagem cafreal muito influenciada pelo árabe, e que é a língua do território do Cabo Delgado.

* * *

A côr predominante dos indígenas da Colónia de Moçambique é a parda escura; o negro carregado ou o negro claro são menos vulgares; muitos casos de xantismo e alguns de albinismo. Dolicocefalia acentuada, fronte estreita, lábios muito grossos, ventas achatadas e abertas, bons dentes. Carapinha espêssa, barba rala. É rara a calvície e só depois dos 50 anos o cabelo começa a embranquecer. As mulheres envelhecem cedo; aos 40 anos a mulher indígena já é velha.

É entre os rongas que se encontra maior número de indígenas com feições mais correctas e mais bem constituídos (1m,66). Os macuas, sobretudo os do litoral, são geralmente feios e de menor estatura (1m,62). Cruzamentos sucessivos, porém, vão concorrendo para o desaparecimento dos tipos definidos.

Ao indígena moçambicano mesmo quando musculoso faltam em geral qualidades de resistência ao trabalho aturado. Suporta, porém, longas caminhadas, sem cansaço nem enfado.

Boa vista e bom ouvido. O desenvolvimento intelectual na criança africana é rápido, para estacionar e diminuir até, quando chega à puberdade.

Os rongas, os angónis, os ajaus e os macuas são valentes e dêles se fazem bons soldados.

A indolência do indígena é uma característica congénita da raça; incapaz dum esfôrço prolongado, só excepcionalmente dará provas de actividade.

O indígena tem, muitas vezes em alto grau, a noção do pudor; isto não o impede, porém, de cantar em voz alta e em público as mais obscenas canções.

Em amor, o indígena é muitas vezes ciumento, muitas outras indiferente a quaisquer zelos. A mulher raríssimas vezes mostra ciúmes do marido, que, como se sabe, é polígamo.

A mãe é em geral carinhosa para os filhos.

Os velhos inválidos são por vezes abandonados, até pelos filhos.

O indígena, na sua palhota, é hospitaleiro para qualquer transeúnte, mesmo que lhe seja inteiramente desconhecido, repartindo com êle de bom grado da sua comida e bebida.

Conhecem-se actos de verdadeira coragem, por parte de indígenas. Sirvam de exemplo os praticados pelos soldados que conquistaram a Cruz de Guerra, ou por marinheiros pretos em casos de naufrágio.

Um indígena doente pouco receia da morte. Não esqueçamos que êle é profundamente fatalista, não só o maometano, por influência da religião do Islam, mas também o aborígene gentio por sentimento inato.

Em muitas tríbus é comum a tatuagem, tendendo porém a desaparecer. Os rongas ou landins furam o lóbulo da orelha, usando por vezes brincos.

Encontra-se ainda o uso de limar os incisivos, tornando-os aguçados, e bem assim, no norte, o de as mulheres furarem o lábio superior, introduzindo-lhe uma rodela de madeira.

População indígena

A densidade da população moçambicana é muito baixa, pois esta não chega a atingir 3.500:000 se dermos fé aos números que representam a estimativa da população indígena da Colónia. Supondo mesmo que possa haver um êrro de 10 por cento para menos e que a população indígena de Moçambique seja de quási 4.000:000 indígenas, o que é certo é que, dado o seu dilatado território, a densidade de população é muito pequena, ainda que variável de distrito para distrito. Vejamos resumida num quadro a população absoluta e a relativa da Colónia, por distritos:

Área da Colónia, por distritos

Estimativa da população indígena — Densidade da população

Distritos	Área Km²	População	Densidade
Lourenço Marques	79:505	430:993	5,4
Inhambane	53:003	223:930	4,2
Quelimane	100:505	842:989	8,4
Tete	125:732	351:719	2,8
Moçambique	84:136	879:550	10,5
Soma	442:881	2.729:181	6,16
Manica e Sofala (Companhia de Moçambique)	155:028	306:759	2,0
Cabo Delgado e Niassa (Companhia do Niassa)	189:876	451:835	2,4
Soma	344:904	758:594	2,2
Total	787:785	3.487:775	5,1

População não indígena

Diluída, por assim dizer, nesta população indígena de quási 4.000:000 de almas, há a população não indígena, cujo primeiro recenseamento integral foi feito, por meio de boletins de família, em 3 de Maio de 1928.

Verificou-se a existência na Colónia de 35:759 não indígenas, assim distribuídos em grupos raciais:

Europeus	18:028
Indianos	7:950
Chineses	784
Mestiços	8:997

Colonia de Moçambique
DENSIDADE DA POPULAÇÃO
COMPANHIA DO NIASSA
DISTRITO DE MOÇAMBIQUE
DISTRITO DE QUELIMANE
DISTRITO DE TETE
TETE
R. Zambeze
COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE
DISTRITO DE INHAMBANE
DISTRITO DE LOURENÇO MARQUES
LOURENÇO MARQUES
Numero de habitantes
4,2
2,8
2,0
Ibima
Mocimboa da Praia

A divisão por distritos é a seguinte:

Distritos	Total	Europeus	Indianos	Chineses	Mestiços
Lourenço Marques	18:064	10:703	3:913	380	3:068
Inhambane	3:004	693	629	5	1:677
Quelimane	2:801	1:157	705	11	928
Tete	831	302	174	1	354
Moçambique	2:835	1:065	1:054	16	700
Manica e Sofala	7:368	3:813	1:146	363	2:046
Cabo Delgado e Niassa	856	295	329	8	224

Europeus

Os europeus dividem-se em:

Portugueses	14:447
De outras nacionalidades	3:581

Dos estrangeiros são mais numerosos os britânicos (1:894), seguindo-se-lhes os gregos (534), alemães (310), italianos (239), suíços (163), franceses (119).

Por distritos a divisão é a seguinte:

Distritos	Portugueses	Britânicos	Gregos	Alemães	Italianos	Suíços	Franceses
Lourenço Marques	9:203	892	203	57	93	82	48
Inhambane	612	21	15	1	4	6	2
Quelimane	998	69	5	22	9	28	9
Tete	246	20	1	10	12	2	-
Moçambique	954	16	3	48	2	23	12
Manica e Sofala	2:239	857	306	100	116	22	46
Cabo Delgado e Niassa	195	19	1	72	3	-	2

Indo-Britânicos

Os indianos são dos mais antigos colonos de Moçambique. Quando Vasco da Gama aportou à ilha de Moçambique, já lá encontrou os *árabes*, que estabeleceram sultanatos e xecados por toda esta costa etiópica e oriental, e o comerciante *mouro* já infestava estas paragens desde o Ibo até Angoche e Sofala.

O indiano veio após, e ainda não perdeu o sestro e o vêzo de imigrar em Moçambique, estando hoje o *monhé* (1) espalhado por toda a Colónia por assim dizer, só não tendo chegado até aos recessos de Ribáuè e de Malema, no distrito de Moçambique.

(1) Nome que na Colónia se dá hoje aos asiáticos maometanos.

Há aproximadamente 70 anos que o monhé da India começou a assentar arraiais na cidade de Lourenço Marques. Predominava então o baneane, português, de Damão e Dio, o indiano português de Goa, e o indiano inglês do Kathiavar e redondezas. Eram os primeiros, em geral, artífices, os segundos principalmente comerciantes. Essa emigração foi aumentando sempre, e hoje predomina talvez o monhé de Bombaim, havendo também muitos baneanes e alguns parses, etc., numa concorrência terrível ao comerciante europeu.

O indiano permanece muitos e muitos anos na Colónia, ou aqui se fixa definitivamente, só de longe a longe indo visitar o seu país de origem. Amealha, exporta dinheiro para a India, e chega muitas vezes a acumular riqueza, adquirindo bens imóveis, o que é demonstrado pelo facto de, só em Lourenço Marques, 20 por cento da propriedade urbana e 15 por cento da rústica pertencerem a indianos.

O número de indo-britânicos actualmente em Moçambique é de 4:837, assim repartidos por distritos:

Lourenço Marques	1:974
Inhambane	205
Quelimane	461
Tete	122
Moçambique	843
Manica e Sofala	923
Cabo Delgado e Niassa	309

Indo-Portugueses

Ao lado da emigração do indiano monhé há a do indiano canarim, indo-português, de Goa.

Êste não é em geral comerciante; muitos, porém, exercem a sua actividade em mesteres, como o de alfaiate, sapateiro, criado de hotel, etc.

O goano descendente das antigas famílias portuguesas que no século XVI se estabeleceram na velha Goa, emigra também muito para a Colónia de Moçambique.

O número de indo-portugueses na Colónia é de 3:113, assim distribuídos pelos distritos:

Lourenço Marques	1:939
Inhambane	424
Quelimane	244
Tete	52
Moçambique	211
Manica e Sofala	223
Cabo Delgado e Niassa	20

Amarelos

A emigração chinesa para Moçambique começou, pode dizer-se, em 1887, quando da construção do caminho de ferro de Lourenço

Lourenço Marques — Rua Consiglieri Pedroso

Marques, em que se importou mão-d'obra chinesa, chegando a juntar-se cêrca de 1:000 operários vindos de Cantão.

De então para cá, êsse contingente tem diminuído quási sempre pela morte, poucas vezes pela remigração. Poucos chineses têm aqui a sua família constituída legìtimamente, relativamente grande é a mortalidade que os dizima (36 por mil) e quási não vem da China refôrço para a colónia chinesa que aqui vive.

Os chineses dedicam-se em grande número à horticultura, um menor número à agricultura, há alguns pequenos comerciantes, outros são operários, lavadeiros, etc.

População mestiça

A mestiçagem é um dos fenómenos demográficos de estudo mais curioso e importante, já sob o ponto de vista moral, já sob o de investigação da energia física e mental dos produtos de cruzamentos.

Quando dizemos que na Colónia se contam 8:997 mestiços englobamos nesta designação não só os euro-africanos, como também os indo-africanos, os sino-africanos e os misto-mistos.

Na Colónia há numerosos mauricianos, assim como indígenas de Madagascar, Comores, Reünião e Seychelles.

Principais centros de população

Os principais centros de população da Colónia de Moçambique são as três cidades de Lourenço Marques, Beira e Moçambique, as quatro capitais de distritos administrativos, Inhambane, Quelimane, Tete e Pôrto Amélia, e três sedes de concelho ou circunscrição.

A população não indígena dêstes centros consta do quadro seguinte:

Cidades:	
Lourenço Marques (Capital da Colónia)	14:391
Beira (Sede administrativa dos terrritórios de Manica e Sofala)	3:758
Moçambique (Sede do distrito de Moçambique)	1:309
Vilas, capitais de distrito:	
Inhambane	1:289
Quelimane	990
Tete	627
Pôrto Amélia	154
Vilas, sedes de concelho ou circunscrição:	
Vila de João Belo	446
Chinde	263
Ibo	243

Lourenço Marques, cidade — capital da Colónia — situada na margem esquerda do estuário do rio do Espírito Santo, com uma população de 9:001 europeus, em crescente e rápido progresso. É um dos melhores e mais bem apetrechados portos da África do Sul, com um magnífico cais onde atracam constantemente paquetes e navios de carga, vindos da Europa, da América, da India e do Extremo Oriente.

O seu clima, especialmente de Junho a Outubro, é temperado e agradável, sendo grande a afluência de turistas nesta época do ano.

Possui uma bela praia de banhos, que, além de ser o refúgio predilecto da população da cidade, é muito concorrida nos fins de semana por gente do Rand.

Tem uma boa rêde telefónica, três estações de T. S. F., uma para serviço da navegação, outra para as comunicações com a Colónia e uma da Companhia Marconi para o serviço internacional, que comunica directamente com a de Lisboa.

É dotada de um regular serviço de carros eléctricos, de ómnibus e automóveis, possuindo largas e belas avenidas e oferecendo aos seus visitantes cómodos e alguns luxuosos hotéis.

Com a realização dos melhoramentos projectados, esta cidade tornar-se há o principal ponto de turismo da África do Sul.

Beira, cidade com grande desenvolvimento, é a capital dos territórios de Manica e Sofala, sob a administração da Companhia de Moçambique, e deve a sua importância ao seu magnífico pôrto e a ser testa de dois caminhos de ferro internacionais, o que liga a Beira com a Rodésia, e o Transzambeziano, que estabelece a ligação com a Niassalândia.

Moçambique, a mais velha cidade da África Oriental Portuguesa, antiga capital da Colónia, situada na ilha de Moçambique, domina um pôrto comercial muito importante.

Além das dez povoações atrás citadas, são ainda dignas de menção:

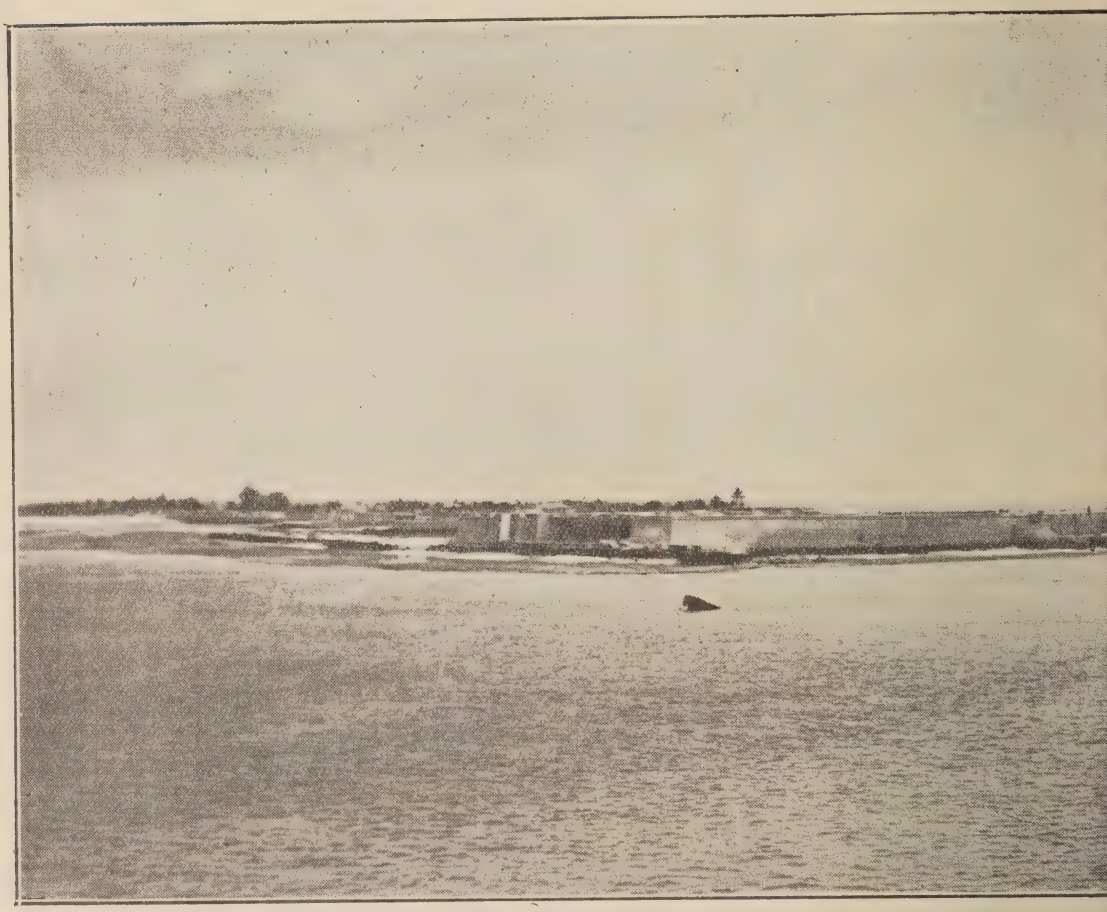
No distrito de Lourenço Marques:

Moamba, sede da circunscrição do Sábiè, a 53 quilómetros de Lourenço Marques, importante estação de caminho de ferro, entroncamento da linha de Ressano Garcia com a de Xinavane.

Vila Luísa (Marracuene), à margem do Incomáti, a 33 quilómetros de Lourenço Marques, a que está ligada por uma estrada, por um caminho de ferro e pelo rio Incomáti.

Goba, *terminus* de linha férrea, a 13 quilómetros da fronteira da Suazilândia, a 75 quilómetros de Lourenço Marques por uma estrada excelente.

Namaacha, estação sanitária e estância de recreio a 76 quilómetros de Lourenço Marques; excelente estrada; 600 metros de altitude; bom hotel; internato de crianças do sexo feminino.



Praça de S. Sebastião, na cidade de Moçambique

Ressano Garcia, última estação da linha férrea portuguesa que liga Lourenço Marques a Pretória e Joanesburgo, no Transvaal. Importante povoação comercial.

Bela Vista (Maputo), *Magude, Manhiça, Xinavane,* com uma importante açucareira, *Macia (Bilene), Chibuto, Manjacaze (Muchopes)*, todas no distrito de Lourenço Marques.

No distrito de Inhambane: *Maxixe, Manhica (Homoíne), Jacubécua (Panda), Jangamo (Cumbana), Inharrime, Quissico (Zavala).*

No distrito de Quelimane: *Maganja, Nhamarrói, Pebane*, com o seu excelente pôrto de mar, *Mopea,* povoação açucareira.

No distrito de Tete: *Chicoa; Fingoè*, na Marávia; *Massangano,* histórica povoação; *Mutarara, Zumbo,* a mais longínqua povoação portuguesa desta Colónia; *Vila Vasco da Gama,* a 1:350 metros de altitude; *Vila Mousinho,* a 1:343; *Vila Coutinho*, a 1:459, todas três no planalto da Angónia; *Vila Gouveia (Catandica).*

No distrito de Moçambique: *Angoche,* antiqüíssima povoação comercial, histórica pelas guerras contra o sultão daquela região; *Moma,* onde há uma importante plantação de sisal; *Cabaceira,* povoação comercial na baía de Moçambique; *Mossuril*, fronteira à ilha de Moçambique; *Lumbo*, testa do caminho de ferro do distrito; *Meconta*, no centro do distrito; *Memba,* na foz do Mecubúri; *Nacala,* numa impor-

Uma vista de Ribáuè, no interior do distrito de Moçambique

tante baía; *Nampula*, futura capital do distrito, a 415 metros de altitude; *Ribáuè*, a 540 metros de altitude, sede de uma estação agrícola experimental para a cultura do algodão, tabaco, café e quina; *Malema*, a 650 metros de altitude, mas a 400 quilómetros do litoral, ao qual a ligam óptimas estradas, como aliás todas as outras povoações do distrito.

Nos **territórios administrados pela Companhia de Moçambique** podem citar-se, entre outras, as povoações de *Sofala, Sena, Vila Fontes, Vila Paiva de Andrada, Vila Machado, Vila Pery (Chimoio), Macequece,* no país da Maxona, a 720 metros de altitude; *Nova Lusitânia (Búzi); Espungabera (Neves Ferreira),* a 1:050 metros de altitude, etc.

Nos **territórios administrados pela Companhia do Niassa** citaremos *Vila D. Luís Filipe, Amaramba, Metangula (Lago), Mocímboa*, na baía do mesmo nome; *Palma,* sede do concelho de Tungue, etc.

II

Esbôço histórico

A descoberta

Em 22 de Novembro de 1497 a frota de Vasco da Gama, à procura do caminho para a India, dobrava o Cabo das Tormentas, descoberto e assim chamado por Bartolomeu Dias em 1486, e a que D. João II de Portugal pôs o nome de Cabo da Boa Esperança, e tendo entrado em 25 do mesmo mês na Angra que chamou de S. Brás, hoje Mossel Bay, e em 25 de Dezembro avistado a Terra a que, em atenção ao dia, pôs o nome de Natal, chegou no dia 1 ou 2 de Março de 1498 à ilha de Moçambique, depois de encontrar em 10 de Janeiro do mesmo ano o pequeno rio denominado *do Cobre* (Inhambane) e ter colocado em terra o padrão de S. Rafael, em Quelimane, junto ao rio que ali desagua, e que foi por êle apelidado *dos Bons Sinais*.

Em 1500, acabando de descobrir o Brasil, aportou Álvares Cabral à ilha de Moçambique, donde despachou Sancho de Tovar à exploração do pôrto de Sofala. Vasco da Gama, voltando segunda vez à Índia, em 1502, visitou de passagem o pôrto de Sofala, como lhe era ordenado em suas instruções, sendo bem agasalhado pelo xeque da terra.

Data de 1505 a ocupação portuguesa no território da África Oriental, depois Província de Moçambique, e hoje Colónia de Moçambique, e que então começou com o modesto título de Capitania de Sofala.

Pero de Anaia, primeiro capitão da Colónia, entrou a bôca do rio de Sofala em Setembro do mesmo ano.

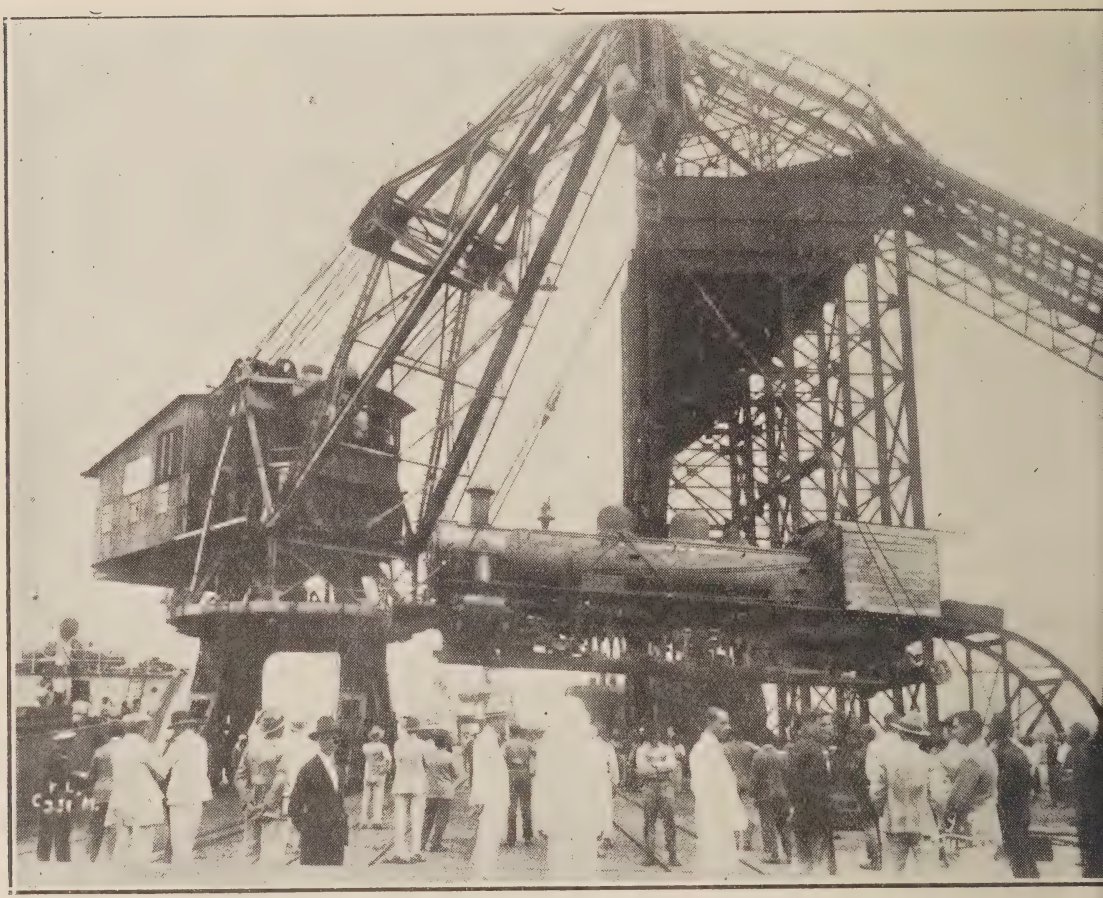
No seu livro *Etiópia Oriental*, escrito em 1609, refere-se Fr. João dos Santos à Etiópia e ao Oriente. Etiópia é a África. Etiópia Oriental seria a África Oriental. Fr. João diz-nos também «Vária história de coisas notáveis do Oriente, e da cristandade que os religiosos da Ordem dos Prègadores nêle fizeram», referindo-se à India e ao Cathayo. Mas o que mais êle nos descreve são as coisas da África Oriental, nomeadamente de Sofala e Moçambique, de Tete e de Sena e do reino do Quiteve, ou seja de onde é hoje a Colónia de Moçambique. São textos em que se reflectem ideas, sentimentos e noções de um mundo que desapareceu.

Ocupação e soberania

Foi o português Lourenço Marques quem primeiro explorou algumas das terras que fazem parte do distrito que tem o seu nome. Parece que o primeiro nome que teve a baía foi o de Boa Paz ou da Boa

Morte. Quando Lourenço Marques para ela veio chamava-se Baía da Lagoa.

Em 1544 mandou D. João III construir uma feitoria-fortaleza na margem direita do rio do Espírito Santo, cujos vestígios ainda se encontravam há alguns anos na Catembe, no local chamado Ponta Maona.



Pôrto de Lourenço Marques — Desembarque duma locomotiva com o pêso de 58 toneladas

Por ordem de D. João III a Baía da Lagoa passou a ser designada por Baía ou rio de Lourenço Marques, e começou a ser visitada anualmente por uma embarcação, que o capitão de Moçambique mandava carregada de fazendas para trocar por escravos, marfim e produtos da terra.

As tripulações e passageiros dos navios portugueses que naufragavam nas costas do Natal e da Cafraria (actual Província do Cabo), dirigiam-se por terra à Baía de Lourenço Marques, já para aqui esperarem o navio do Capitão de Moçambique, já para daqui irem por terra para Sofala.

Entre os náufragos que estiveram na Baía de Lourenço Marques, há um muito ilustre — Manuel de Sousa de Sepúlveda — que aqui passou, em 1552, com sua mulher D. Leonor de Sá e seus filhos em direcção a Sofala, tendo tido todos um fim profundamente triste em terras da Manhiça. Ao triste caso do naufrágio de Sepúlveda se refere Camões nos *Lusíadas*.

A posse do Brasil, que chamava para lá todas as atenções, fez com que Moçambique, por muito tempo, só servisse para exportar escravos para a grande colónia americana. Depois, abolido o tráfico de escravos (1836), a Colónia esteve desprezada ainda por muito tempo, sem que se pensasse em aproveitar as suas imensas riquezas naturais. Por fim, o Govêrno de Portugal começou a voltar para ela as suas atenções e a cuidar do seu desenvolvimento, mas já quando a Inglaterra começava a apresentar as suas pretensões a uma parte da Colónia.

Pôrto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques — Carvão do Transvaal para a navegação e para *bunkers*

Com o andar dos tempos, as viagens de navio para Moçambique começaram a fazer-se, mas com irregularidade, passando-se às vezes anos que a baía de Lourenço Marques não era visitada por navios portugueses.

E assim os ingleses aparecem, então, a freqüentar a baía por 1868 e a comerciar com os indígenas, como fizeram os holandeses, que, em 1721, fundaram um estabelecimento na Catembe, próximo da povoação portuguesa, que então ali existia, mas de onde foram expulsos.

Em 19 de Abril de 1752 foi a Colónia de Moçambique desligada do govêrno da Índia e constituída em govêrno independente.

Era o que nos restava dos vastíssimos domínios que possuíamos nestas paragens, que na costa oriental africana chegaram a estender-se à embocadura do Mar Vermelho.

Mais tarde, em 1777, William Bolts, tenente-coronel inglês, ao serviço da Companhia Austríaca de Trieste, vem a Lourenço Marques, e aqui deixa gente e artilharia; mas em 1781, uma expedição vinda de Goa, destruiu e arrasou uma feitoria e uma bataria que aqueles haviam levantado.

Em Novembro de 1781 partiu para Lourenço Marques Joaquim de Araújo, o primeiro governador da Capitania.

Foi por esta época que os portugueses começaram a construir uma fortificação na margem esquerda do Rio do Espírito Santo, no local onde está hoje a cidade — fortificação que estava concluída em 1787.

Ainda não estava concluído o forte, já a sua pequena guarnição tinha de travar renhidas lutas com as tríbus indígenas; e daí por diante até aos últimos anos do século XIX, houve freqüentes guerras com os naturais. Entre essas guerras deve mencionar-se a de 1833, em que os vátuas saquearam e incendiaram o presídio, e mataram cruelmente o seu governador Dionísio António Ribeiro; a de 1868, em que o governador José Augusto de Sá e Simas, à frente de 50 europeus e alguns soldados indígenas, derrotou heròicamente milhares de homens do régulo Amule, que atacaram o presídio para o saquear; e, finalmente, a de 1894–95, que terminou em Chaimite com o aprisionamento do régulo Gungunhana, por Joaquim Mousinho de Albuquerque, no dia 28 de Dezembro de 1895.

Em Setembro de 1822, o capitão W. F. Owen, da marinha real inglesa, aportara a Lourenço Marques, munido de cartas de recomendação do Encarregado dos Negócios de Portugal em Londres, e do Ministro da Marinha e Ultramar, com o fim de levantar uma carta «para benefício da navegação e da sciência». Êste capitão abusou da hospitalidade que lhe foi concedida, fazendo tratados, em nome de Jorge IV de Inglaterra, com o régulo do Maputo, e aceitando também a cessão de território do régulo da Catembe.

Em Novembro de 1861, em face das indevidas doações feitas a Owen, desembarcou no presídio um oficial do navio de guerra britânico «Narcisus», portador de ofício para o governador, em que se declarava ir o comandante do mesmo navio tomar posse da Ilha da Inhaca, para ficar fazendo parte da colónia do Natal. Finalmente, em Outubro de 1869, Duprat avisava o Govêrno de que a corveta inglesa «Pontevel»

recebera ordem para arvorar a bandeira da Inglaterra na Inhaca e tomar posse dessa Ilha.

Mas, no dia 5 de Abril de 1870, o Governador de Lourenço Marques, Sá e Simas, indo à Inhaca com 40 soldados e 3 peças de campanha, fez de novo arvorar nessa ilha a bandeira portuguesa.

Em vista de tam repetidas contendas, deliberaram os governos de Portugal e de Inglaterra submeter o pleito ao julgamento do Presidente da República Francesa, então o Marechal Mac-Mahon, que julgou provados os direitos de Portugal aos territórios em litígio, por sentença de 24 de Julho de 1875, datada de Versalhes, e cuja parte final é como segue:

. . . . . .

«Atendendo a que as convenções assinadas pelo capitão Owen e os chefes indígenas de Tembe (Catembe) e de Maputo, ainda quando tivessem tido lugar entre partes aptas para contratar, ficariam hoje sem efeito, estipulando o acto relativo a Tembe (Catembe) condições essenciais que não tiveram execução e os actos que dizem respeito a Maputo, referindo-se a períodos determinados de tempo, que não foram renovados depois da expiração de tais períodos:

Por estes motivos:

Julgamos e decidimos que as pretensões do govêrno de Sua Majestade Fidelíssima aos territórios de Tembe (Catembe) e de Maputo, à península de Inyack (Unhaca) e às ilhas da Unhaca e dos Elefantes, se acham provadas e estabelecidas».

. . . . . .

Mas a Inglaterra não desistiu dos seus propósitos, e em 1890, após o *ultimatum* de 11 de Janeiro, tivemos de ceder-lhe uma parte dos territórios do *hinterland* onde a nossa influência já se fizera sentir. A Alemanha levou-nos a baía de Quionga, com o território adjacente. Só em 1917, mercê da nossa intervenção na Grande Guerra, Quionga voltou para a posse de Portugal.

Por sua parte, também os cafres, convencidos, até certo ponto, de que não tinham que respeitar uma soberania que se não impunha com energia, várias vezes se sublevaram. Em 1875 revoltou-se João Vicente da Cruz, o Bonga, capitão-mor de Massangano, e a sua revolta levou-nos à desastrosa guerra da Zambézia que só veio a terminar em 1887. Em 1895–1896 a revolta do Gungunhana, do Zixaxa e dos outros régulos seus aliados ou seus tributários, alarmou não só a Colónia como a Metrópole, obrigando a um esfôrço penosíssimo em dinheiro e em sangue para a sufocar, esfôrço que deu uma hora de glorioso renome às armas portuguesas e que determinou, por fim, o govêrno português a ocupar-se mais da importante Colónia de Moçambique.

III

Situação económica

Riquezas minerais

A existência de jazigos minerais nesta Colónia é conhecida dos portugueses desde a época das primeiras explorações ao interior. Êsse conhecimento foi-se aperfeiçoando através dos tempos, mas todas as atenções se dirigiam, muito naturalmente, para os metais preciosos.

Modernamente tem-se procurado conhecer completamente a riqueza do solo da Colónia, embora em regiões limitadas, por meio de pesquisas mais ou menos regulares, que sobretudo se intensificaram desde há cêrca de 30 anos para cá, nos territórios concedidos às Companhias de Moçambique e da Zambézia, revelando a existência de ouro, estanho, cobre, chumbo, ferro e carvão.

O *ouro*, o *cobre* e o *chumbo* encontram-se nos territórios de Manica; o *estanho* foi descoberto próximo de Vila Machado, e o *carvão*, a *grafite* e ainda o *ouro* e o *cobre* no distrito de Tete.

O *ferro*, sob a forma de hematite ou de magnetite, existe, em grande quantidade, em muitos pontos da Colónia.

O *carvão* é particularmente abundante no vale do Zambeze, onde tem sido largamente pesquisado; mas aflora também no Niassa. No distrito de Lourenço Marques têm sido feitas diversas pesquisas na esperança de encontrar a continuação dos jazigos descobertos no Transvaal.

O *petróleo* tem sido procurado nos distritos de Lourenço Marques e Inhambane, parecendo haver aí indícios da sua existência.

A descoberta das grandes riquezas mineiras nos territórios da União Sul-Africana e as perturbações económicas resultantes da Grande Guerra contribuíram para desviar muito das riquezas mineiras desta Colónia as atenções dos industriais; no entanto alguns novos pesquisadores vão aparecendo e iniciando os seus trabalhos, sendo de esperar que novos jazigos se descubram na já conhecida «zona mineira» da Colónia.

Produtos vegetais, espontâneos e cultivados

Há na Colónia campo vasto para grandes desenvolvimentos agrícolas, nela se podendo produzir quási todas as variedades dos produtos tropicais e sub-tropicais. A mão-d'obra é abundante, como numerosos são os rios e grandes as áreas de terreno férteis, sendo geralmente as chuvas em quantidade suficiente para as necessidades agrícolas. As zonas mais férteis da Colónia encontram-se, no sul, nos vales do Limpopo, Incomáti e Umbelúzi, e, no norte, no vale do Zambeze, nordeste do distrito de Quelimane e em quási todo o distrito de Moçambique.

O valor da exportação de produtos do solo de Moçambique foi em

1928 de 1.850:000 libras, sendo os principais produtos exportados os seguintes: açúcar, milho, copra, sisal, algodão, tabaco, sementes oleaginosas, casca de mangal e frutas.

Açúcar. — Grande parte do açúcar é produzido nos territórios administrados pela Companhia de Moçambique, tendo a produção aumentado gradualmente de ano para ano.

No território da Companhia de Moçambique há a Sena Sugar Estates e a Companhia Colonial do Búzi. No distrito de Quelimane há a Sena Sugar Estates, com as fábricas de açúcar de Mopea e Luabo, nas margens do rio Zambeze, tendo uma capacidade de produção de 40:000 toneladas anuais. No distrito de Inhambane há a fábrica da Mutamba Sugar Estates, podendo produzir 1:600 toneladas anualmente. No distrito de Lourenço Marques há uma fábrica de açúcar da Incomati Estates, em Xinavane, com uma capacidade de produção de 15:000 toneladas.

Das muitas variedades de cana cultivada, têm maior preferência as espécies Juba, Green Natal, Lusier e Fanna.

A produção anual anda actualmente à roda de 70:000 toneladas.

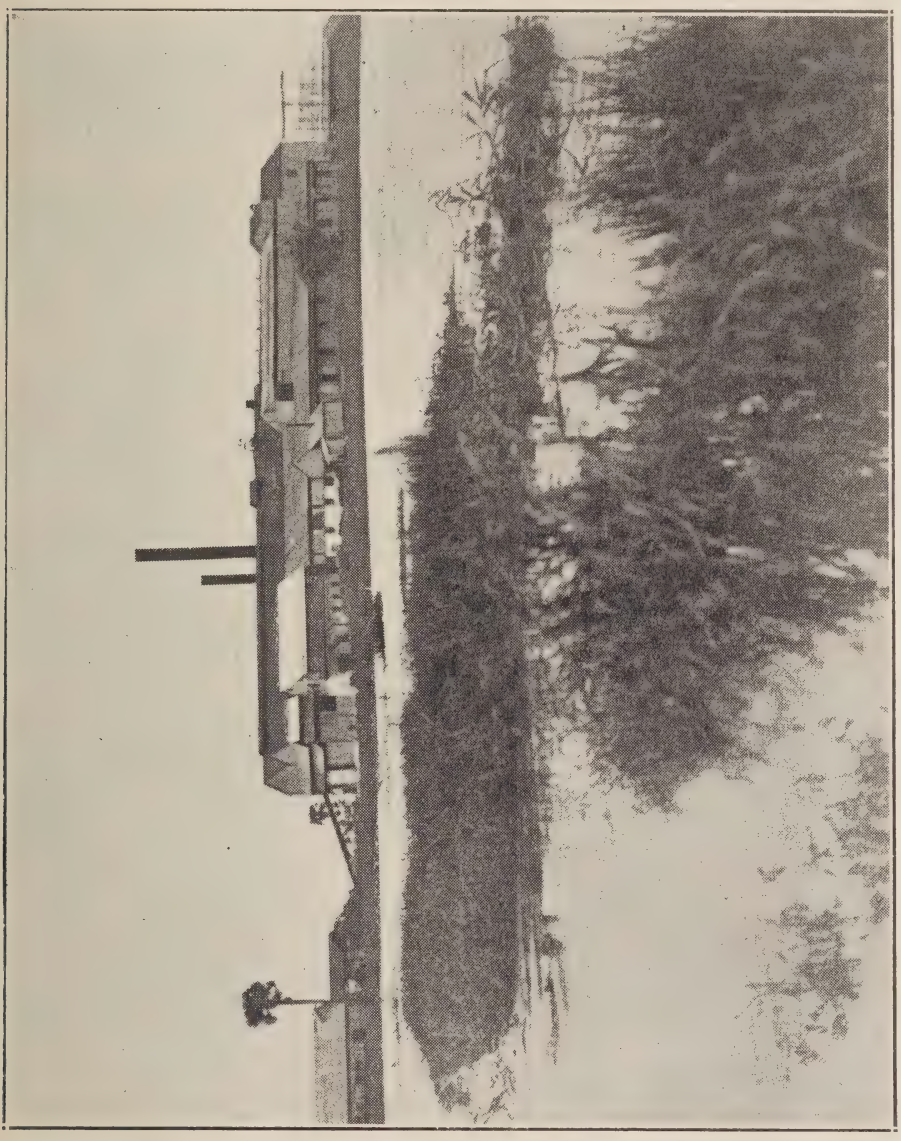
Milho. — A cultura do milho é uma das que tem feito mais sensíveis progressos nos últimos anos. Tanto nos territórios sob a directa administração do Estado como nos da Companhia de Moçambique, onde os respectivos governos têm procurado auxiliá-la, tem sido rápido o seu desenvolvimento. O milho é também livremente cultivado pelo indígena, sendo notáveis os tratos cultivados em todo o fértil vale do Incomáti, mas sobretudo os do fertilíssimo distrito de Moçambique.

Copra. — É no distrito de Quelimane que mais se tem desenvolvido a cultura da palmeira, embora haja já plantações de vulto nos distritos de Moçambique e Inhambane. A palmeira guarnece quási toda a costa do distrito de Quelimane, onde o seu desenvolvimento é auxiliado por condições favoráveis de temperatura. É nesta região que se encontra a maior plantação de palmeiras do mundo, para cima de 1.000:000, pertencente à Companhia do Boror, arrendatária de vários prazos do distrito.

Sisal. — Foi a cultura do sisal introduzida em 1910 no distrito de Quelimane pelas Companhias da Zambézia e do Boror e desde então tem-se ela desenvolvido extraordinàriamente, sendo já hoje uma das mais importantes da Colónia. O sisal requere solo leve mas rico e grandes massas de água para a sua preparação, factores estes que concorrem no mencionado distrito, que de ano para ano aumenta a sua exportação, principalmente para a França. No distrito de Moçambique existe, entre várias outras, uma grande plantação de sisal pertencente à Sociedade Agrícola de Angoche, possuindo duas fábricas desfibradoras de sisal.

Algodão. — Tem o Govêrno da Colónia procurado, com interêsse, desenvolver a cultura do algodão, muito tendo sido conseguido nos últimos anos.

Peritos estrangeiros, ao serviço do Govêrno, têm estudado as condições do solo para esta cultura, sendo as suas opiniões verdadeiramente optimistas. Oferecem condições favoráveis para a sua cultura especialmente as regiões situadas ao longo do rio Chire, na Zambézia,



A fábrica de açúcar em Mopea, no vale do Zambeze, durante a inundação de 1925

quási todo o distrito de Moçambique e o distrito de Lourenço Marques, onde já ela emprega importantes capitais nacionais e estrangeiros.

Com o constante desenvolvimento das vias de comunicação, e em especial a contínua abertura de novas estradas, desapareceram grande parte dos riscos a que estavam sujeitos os agricultores do interior e aumentaram portanto as probabilidades de êxito desta cultura.

Tabaco. — A Colónia possui vastíssimas áreas adaptadas à cultura das melhores variedades de tabaco. O melhor tabaco é cultivado na Alta Zambézia, no distrito de Inhambane e no distrito de Lourenço Marques. Em todos os outros produzem-se também já grandes quantidades de tabaco.

Sementes oleaginosas. — Toda a Colónia produz, e exporta em grande quantidade, sementes oleaginosas — de algodão, amendoim, gergelim, mafurra, napupa, rícino, etc. O valor destas exportações constitui um dos principais factores do movimento comercial de Moçambique.

Casca de mangal. — É especialmente nos distritos de Moçambique, Quelimane e territórios da Companhia de Moçambique que se extraem grandes quantidades de casca para tinturaria, obtida do mangal vermelho, que cresce em abundância ao longo da costa da parte norte da Colónia.

Frutas. — Encontram-se em abundância, por toda a Colónia, inúmeras variedades tropicais e sub-tropicais de produtos desta natureza, e em especial bananas, citrinas — laranjas, tangerinas e limões — cuja exportação pelo distrito de Lourenço Marques é já importante; e ainda mangas, goiabas, ananases, melões, pêssegos, etc.

Seguem os nomes de alguns dos produtos vegetais cultivados em Moçambique, acompanhados dos respectivos nomes scientíficos:

Nomes vulgares	Nomes scientíficos
Arroz	*Oryza sativa, L.*
Batata	*Solanum tuberosum, L.*
Batata doce	*Convolvulus batata, L.*
Cana de açúcar	*Saccharum officinarum, L.*
Cidra, cidreira	*Citrus medica, L.*
Chá	*Thea Bohea, L.*
Feijão	*Phaseolus vulgaris, L.*
Gergelim	*Sesamum indicum L.*
Goiabeira	*Psidium Guayava, L.*
Laranjeira	*Citrus aurantium, L.*
Limoeiro	*Citrus limonium, Risso.*
Mandioca	*Manihot utilissima, Pohl.*
Mangueira	*Mangifera indica, L.*
Mapira	*Sorghum vulgare, Pers.*
Melancia	*Cucumis citrulus, L.*
Melão	*Cucumis melo, L.*
Mexueira	*Holcus sorghum, L.*
Milho	*Zea mays, L.*
Milho miúdo	*Panicum miliaceum, L.*
Noz moscada	*Miristica fragrans, Hautt.*
Pimenteira	*Piper nigrum, C.*
Sisal	*Agaves, L.*
Sumaúma	*Eriodendron anfractuosum, D. C.*

Caça

Em todos os distritos da Colónia de Moçambique se encontra muita caça, sobretudo o elefante, o leão, o leopardo, o búfalo, o rinoceronte, o javali, os macacos, e, com menor freqüência, a girafa, a zebra, etc. Nos rios encontra-se o hipopótamo, o crocodilo, etc.

Mas a caça mais numerosa é a dos antílopes, que os portugueses chamam às vezes cabritos do mato.

Seguem os nomes scientíficos de alguns dêstes antílopes, acompanhados dos nomes que lhes correspondem em português:

Nome latino	Nome português
Æpicerus melampus	Pala, empala ou mezande
Connochætes taurinus	Gnu
Cervicapra arundinum	Chango
Cobus ellipsirymnus	Cobo de crescente, piva ou inhacoso
Damaliscus lunatus	Egocero (vermelho ou negro)
Cephelophus grimmi	Impuge
Gazella dorcas	Gazela
Hippotragus niger	Palapala ou empalapala
Nautotragus melanotis	Nhunte
Oreotragus saltator	Musagogo
Raphicerus campestris	Engala
Strepsicerus kudu	Cudo
Taurotragus oryx	Cana, môfo ou tuca
Tragelaphus angasi	Nhala
Tragelaphus sylvaticus	Embabala

Há uma reserva de caça abundante e variadíssima na circunscrição de Panda (Inhambane).

São também numerosas as espécies de aves que se podem caçar, tais como avestruz, águia, garça, marabu, corvo, perdiz, pato, narceja, rôla, pombo, galinha da Índia, a que os franceses chamam *pintade,* do português *(galinha) pintada*, ou de pintas.

Animais domésticos

As espécies de mamíferos domésticos mais importantes e as quantidades de indivíduos de cada espécie são as seguintes, aproximadamente:

Bovino	400:000
Caprino	150:000
Ovino	50:000
Suíno	50:000
Asinino	5:000
Muar	400
Cavalar	150

As principais aves domésticas são a *galinha,* o *pato* e o *pombo.*

Pesca

As águas marítimas que banham todo o litoral de Moçambique são abundantemente fornecidas de peixes, crustáceos e moluscos. No entanto a indústria da pesca ainda não atingiu um grande desenvolvimento por falta de mercado próximo e pela impossibilidade de distribuir, com facilidade, o pescado por entre a população indígena. Só a parte desta população que habita uma pequena faixa no litoral se aproveita desta importante fonte de alimentos e se entrega a esta indústria, empregando instrumentos rudimentares mas suficientes para largamente abastecer os centros de população europeia.

Desde alguns anos estão em execução estudos oceanográficos com o fim de se reconhecer as possibilidades do aproveitamento intensivo da riqueza das águas marítimas, não se tendo ainda chegado a conclusões definitivas.

No arquipélago do Bazaruto é conhecida a existência de bancos perlíferos que estão sob vigilância e protecção com o fim da sua valorização.

A pesca da baleia tem sido praticada esporàdicamente e sem possibilidade de se fixar tam importante indústria. Os regulamentos de 1923 e 1928, uniformizando a indústria da pesca da baleia nos mares de Moçambique com a dos da União Sul-Africana, tendem a defender e proteger as diversas variedades daquele cetáceo.

Desenvolvimento industrial

A **indústria mineira** tem sido praticada na Colónia desde tempos remotos. Existem documentos comprovativos da existência de explorações de metais preciosos pelos fenícios 1500 anos A. C. e no século XVI foi reconhecida pelos portugueses a existência de exploração de ouro e prata pelos indígenas. Nos tempos modernos tem-se feito a exploração de ouro na região de Manica, o qual atinge o valor de alguns milhares de contos anualmente.

São bem conhecidas as minas de carvão do distrito de Tete, uma já em exploração (Muatize), que só poderá desenvolver-se quando forem criados meios de transporte económicos para o litoral.

As **indústrias agrícolas** são as mais importantes da Colónia estando em primeiro lugar a do fabrico do açúcar, estabelecida em várias regiões e cuja produção global já atinge 70:000 toneladas.

Outras indústrias do mesmo género são as da preparação da fibra do sisal, do chá, tabaco, extracção do tanino da casca do mangal, extracção de óleos vegetais, fabrico de cerveja, moagens, massas alimentícias, havendo, além destas, de mobílias, gêlo, sabões, tejolos, cal e cimento.

A importância destas indústrias vai indicada nas páginas seguintes.

As **indústrias indígenas** são várias e se bem que não sejam de grande monta na economia da Colónia têm uma certa importância

não só no aspecto da vida doméstica dos indígenas mas também na indicação que fornecem sôbre as suas aptidões e faculdades artísticas.

De facto, entre a população indígena que ainda não abandonou os seus hábitos primitivos, há artistas que se dedicam ao fabrico de objectos de uso doméstico e de adôrno, bem como das suas armas e ferramentas de trabalho, devendo destacar-se, entre os objectos de adôrno, o fabrico de belas filigranas de ouro, cuja tradição parece

Escultura indígena

remontar ao tempo das primitivas explorações portuguesas, no princípio do século XVI.

O fabrico de armas e ferramentas é precedido do fabrico do ferro necessário, por processo primitivo bem conhecido na Europa.

A observação dos objectos provenientes da indústria caseira indígena mostra bem que à população da Colónia não faltam aptidões, que o Govêrno tem procurado desenvolver com a criação de escolas de artes e ofícios, algumas já a funcionar e outras em organização.

Com o desenvolvimento dêste ensino, das vias de comunicação e do estudo das riquezas naturais, pretende o Govêrno da Colónia facilitar o seu desenvolvimento económico, nomeadamente o das suas indús-

trias existentes e o advento de outras, que certamente se não fará esperar.

Indústrias

Açúcar. — Existem na Colónia nove fábricas açucareiras, sendo cinco nos territórios directamente administrados pelo Estado e quatro nos da Companhia de Moçambique.

A capacidade de produção é a seguinte:

Distritos	Fábricas	Capacidade de produção — Toneladas
Lourenço Marques	Incomáti	15:000
Inhambane	Mutamba	1:600
	Teixeira Dias	100
Quelimane	Mopea	15:000
	Luabo	25:000
Companhia de Moçambique	Marromeu	16:000
	Caia	15:000
	Nova Lusitânia	6:000
	Inhanguvo	12:000
		105:700

A exportação da Companhia de Moçambique foi no ano de 1928 de 36:000 toneladas e a dos distritos também de 36:000.

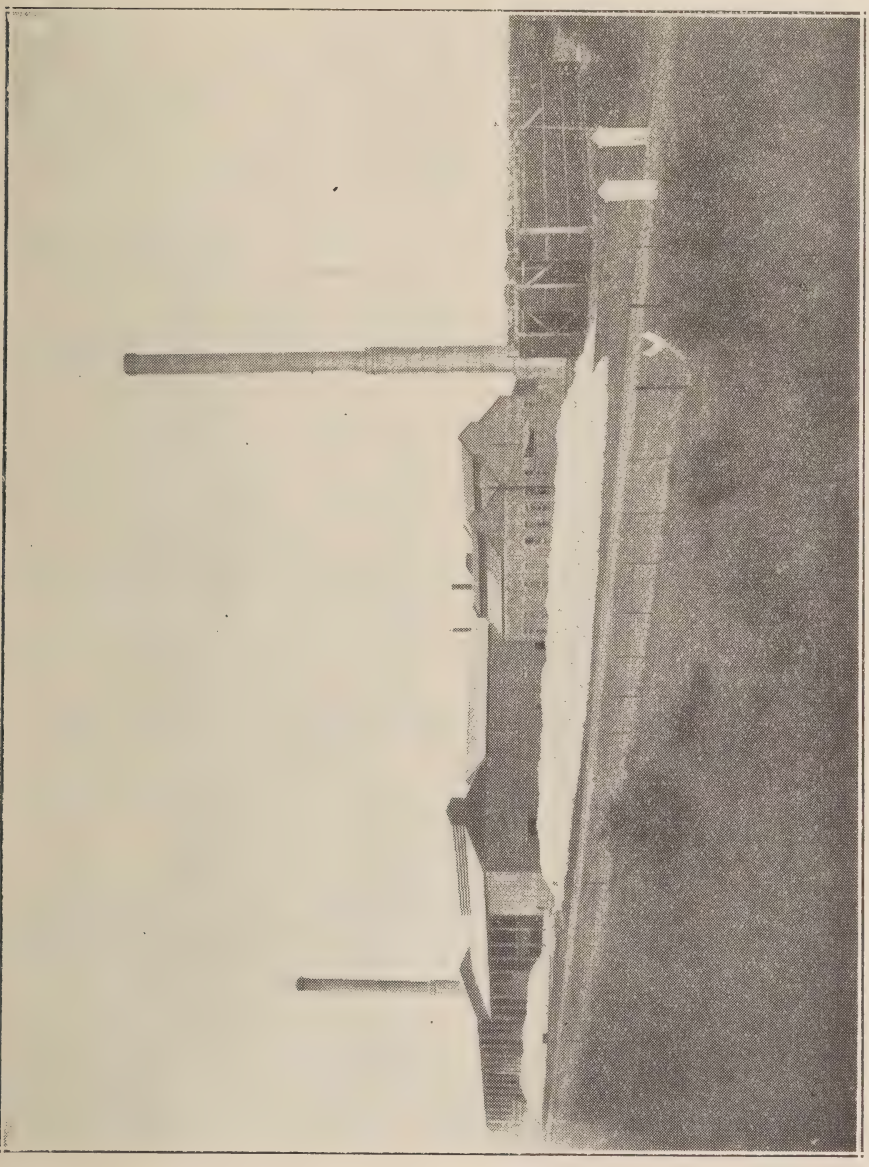
Alcool. — Um decreto do Alto Comissariado da Colónia, de 1921, autoriza as fábricas açucareiras a aproveitar os resíduos da sua laboração para o fabrico de alcool industrial.

Cal. — A cal fabrica-se em toda a Colónia. No distrito de Lourenço Marques há uma fábrica importante, cuja produção oscila entre 200 e 300 toneladas.

Cerveja. — Há uma única fábrica de cerveja, em Lourenço Marques. A sua produção oscila entre 20:000 e 55:000 litros.

Cimento. — Há uma única fábrica de cimento Portland, em Lourenço Marques, com exclusivo. Funciona desde 1924 e é dotada dos mais aperfeiçoados maquinismos. A sua produção, que no primeiro ano foi de 7:000 toneladas, atingiu em 1928 um total de 14:000.

Tem a fábrica 40 empregados europeus ou assimilados e 300 operários indígenas.



Distrito de Lourenço Marques — Fábrica de cimento na Matola

O cimento por ela fabricado tem sido empregado com êxito em toda a qualidade de obras na Colónia. Vende-se em Lourenço Marques a 30$ cada saco de 85 Kgs., e é fornecido para os distritos com um acondicionamento excelente.

A capacidade de produção anual da fábrica é de 35:000 toneladas.

Gêlo — Existem em Lourenço Marques dois estabelecimentos, e em Moçambique um, que entre outros produtos fabricam gêlo e águas gasosas.

A produção anual não vai ainda além de 14:000 toneladas de gêlo e 1.600:000 dúzias de garrafas de águas gasosas.

Moagem. — Das várias fábricas de moagem existentes na Colónia a mais importante é a Fábrica de Moagens e Massas Alimentícias, em Lourenço Marques. A sua capacidade de produção é, para a farinha de milho, de 11:520 toneladas, e para as massas alimentícias de 360 toneladas.

A matéria prima empregada para farinha é o milho da Colónia e do Transvaal. Para as massas é a farinha de trigo do Canadá e da Austrália, ovos de avestruz e pó de ovos.

A produção de farinha de milho é actualmente de cêrca de 2:700 a 2:800 toneladas. A de massas alimentícias oscila entre 100 e 160 toneladas.

Óleos. — Existem na Colónia várias fábricas de óleos, a mais importante das quais funciona em Lourenço Marques. Tem uma capacidade de produção de 1:920 toneladas, mas produz apenas entre 400 e 580 toneladas anuais.

As matérias primas empregadas são todas da Colónia: amendoim, gergelim, rícino, mafurra, copra e algodão.

Sabão. — Existe uma fábrica em Lourenço Marques e outra em Moçambique.

A de Lourenço Marques tem uma capacidade de produção de 720 toneladas, mas a produção actual de sabão atinge apenas 400 por ano e a de sabonetes 7. A importação de sabão é quási nula.

As matérias primas empregadas são todas produtos da Colónia: óleos de copra, de mafurra, amendoim e sebo.

Tabaco. — Existem na Colónia seis fábricas de tabaco, sendo três em Lourenço Marques, duas em Moçambique e uma na Beira. A produção regula entre 250 a 300 toneladas. A exportação anda em volta de 150.

Xaropes. — Existe uma fábrica de xaropes e refrigerantes em Lourenço Marques, cuja capacidade de produção é de 45:000 litros.

A sua produção actual anda por 10:000 litros, destinando-se ao consumo da Colónia, e, em pequena escala, a exportação.

A matéria prima empregada é açúcar da Colónia.

Indústrias novas. — Com o fim de animar o desenvolvimento de novas indústrias promulgou o Govêrno da Metrópole em 1914 um decreto, regulamentado em 1915, o qual concede o direito de exclusivo da exploração de qualquer indústria que à data da concessão não esteja sendo explorada na área a que o exclusivo se referir, se o Govêrno o julgar oportuno e conveniente aos interêsses públicos, e sò-

mente a quem provar estar habilitado com os fundos necessários ao empreendimento e quando o custo da instalação não seja inferior a 5.000$.

À sombra dêste decreto têm sido concedidos vários exclusivos, entre êles o do cimento, sabão e cerveja. Tem também sido pedido o exclusivo para o fabrico de tubos de cimento armado, perfumes, mobiliário, curtumes, calçado, blocos de cimento para construções e olaria.

Nos restantes distritos da Colónia há indústrias de óleos, de moagens, de refrigerantes, de limpeza, descaroçamento e enfardamento de algodão, de desfibramento de sisal, de sal, de cal, etc., algumas das quais montadas com todos os requisitos modernos.

Produção anual de produtos industriais da Colónia

Açúcar	Tons.	70:000
Cal	»	200 a 300
Cerveja	Litros	20:000 a 55:000
Cimento	Tons.	14:000
Gêlo	»	14:000
Moagem — Farinhas	»	2:700 a 2:800
Moagem — Massas	»	100 a 160
Óleos	»	400 a 580
Sabão	»	400
Sabonetes	»	7
Tabaco	»	250 a 280
Xaropes	Litros	10:000

Vias de comunicação

Via marítima

Ocupando a Colónia de Moçambique cêrca de 2:500 quilómetros de costa marítima do Oceano Índico, é evidente que o mar é a mais importante das suas vias de comunicação pois só por ela toma contacto com as outras partes do mundo.

Com efeito, o movimento dos seus três principais portos comerciais excedeu, em 1928, 7.500:000 toneladas, tendo cabido aos principais portos os seguintes números:

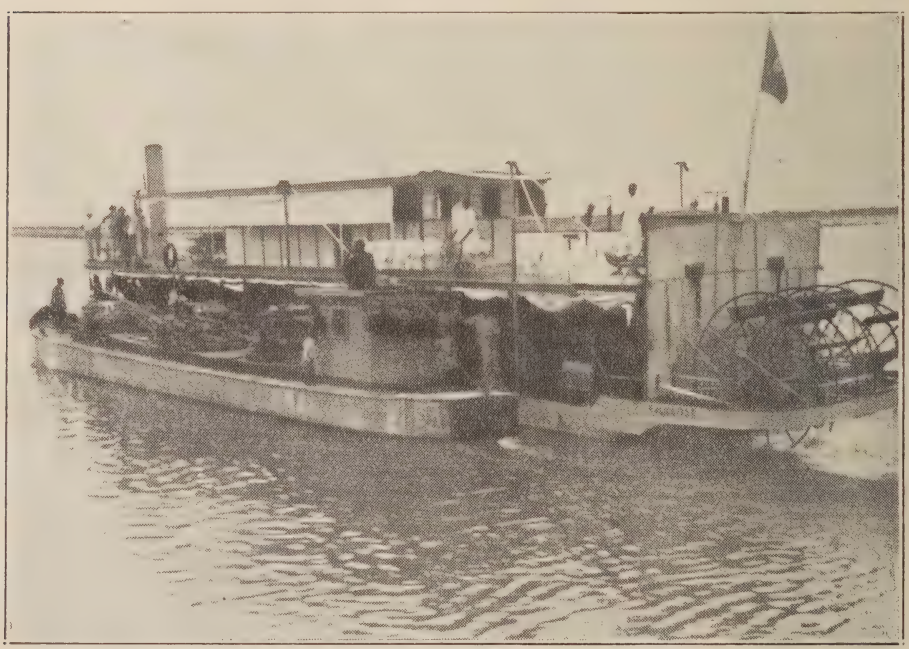
Portos	Número de navios entrados	Tonelagem bruta
Pôrto de Lourenço Marques	774	3.797:600
Pôrto da Beira	594	2.600:000
Pôrto de Moçambique	531	1.138:700

São muitas as linhas regulares de vapores que freqüentam os portos da Colónia e a põem em comunicação mais ou menos directa com as Américas, a Europa e a Ásia; entre elas destacam-se as seguintes:

Companhia Nacional de Navegação	Portugal.
Union Castle Line	Inglaterra — África Oriental — França.
Deutsche Ost-Afrika Linie	Inglaterra — Alemanha.
British India Line	India — China — Japão.
Holland Afrika Lijn	Holanda — Inglaterra.
Marittima Italiana	Itália — África Oriental.
Natal Direct Line	Inglaterra.
Osaka Shosen Kaisha	Japão — Extremo Oriente.
John T. Rennie & Sons	Inglaterra.
Ellerman & Bucknall Co.	Inglaterra.
Clan Line	Inglaterra.

As comunicações marítimas são também utilizadas em serviço de cabotagem entre os portos da Colónia, e a sua importância é grande visto que algumas regiões produtoras, pôsto que dispondo de portos de mar, não podem neles receber vapores de longo curso e têm de enviar os seus produtos para os portos principais.

Estão neste caso parte do distrito de Moçambique, a Zambézia, Quelimane, Inhambane e Gaza. Em alguns casos esta cabotagem é reforçada por comunicações terrestres na mesma direcção.



Zambeze — Vapor do rio

O serviço de cabotagem é feito principalmente por navios portugueses que permanecem nas águas da Colónia; mas a Deutsche Ost-Afrika Linie e a British India Line também participam nela na região que fica ao norte da Beira.

Distrito de Lourenço Marques — Um belo exemplar de chanfuta

Vias fluviais

O Zambeze é o único rio da Colónia que comporta navegação importante com regularidade quási perfeita. O seu pôrto marítimo é o Chinde, que tem cabotagem para o pôrto da Beira, e por êle saem os produtos das regiões mais remotas da Colónia, tais como Tete e Angónia, e bem assim o açúcar produzido nas margens do Baixo Zambeze.

O Limpopo também permite a navegação por pequenos vapores que façam cabotagem para Lourenço Marques, mas a importância desta é por emquanto pequena. Poderá aumentar muito quando se realize a irrigação do vale do Limpopo, o que faz parte das intenções do Govêrno no que respeita à exploração económica da Colónia, tendo sido já aprovado pelo Govêrno da Metrópole o projecto de irrigação daquele vale.

Alguns outros rios da Colónia são navegáveis por lanchas de vela, mas só em poucos quilómetros a montante da sua foz.

Vias terrestres

Caminhos de Ferro

A Colónia de Moçambique possui 1:580 quilómetros de caminhos de ferro, divididos por nove linhas, das quais as mais importantes são: a de *Lourenço Marques à fronteira do Transvaal,* a da *Beira à fronteira da Rodésia,* o *Transzambeziano* e o *Caminho de Ferro de Moçambique.* Esta última é pròpriamente uma linha de penetração e de fomento económico, tendo determinado a duplicação da exportação agrícola daquela região em menos de três anos; a sua extensão é actualmente de 122 quilómetros, mas está-se procedendo ao seu prolongamento até à região do Lago Niassa, num total de 600 quilómetros aproximadamente.

O **Caminho de Ferro de Lourenço Marques à fronteira** é o mais antigo da Colónia e data de 1887; liga o pôrto de Lourenço Marques com o Transvaal. O seu comprimento é apenas de 87 quilómetros e sendo a via natural de comunicações do centro e norte do Transvaal com o mundo exterior tem sido um importante auxílio ao desenvolvimento das minas de ouro, de carvão, e outras, como se vê do seu movimento nos últimos anos:

Movimento ascendente			Movimento descendente		
Anos	Passageiros	Mercadorias — Toneladas	Anos	Passageiros	Mercadorias — Toneladas
1925	128:596	288:525	1925	136:014	914:993
1926	127:073	325:258	1926	160:398	954:458
1927	157:437	338:449	1927	178:556	729:176
1928	156:185	393:239	1928	162:040	840:294

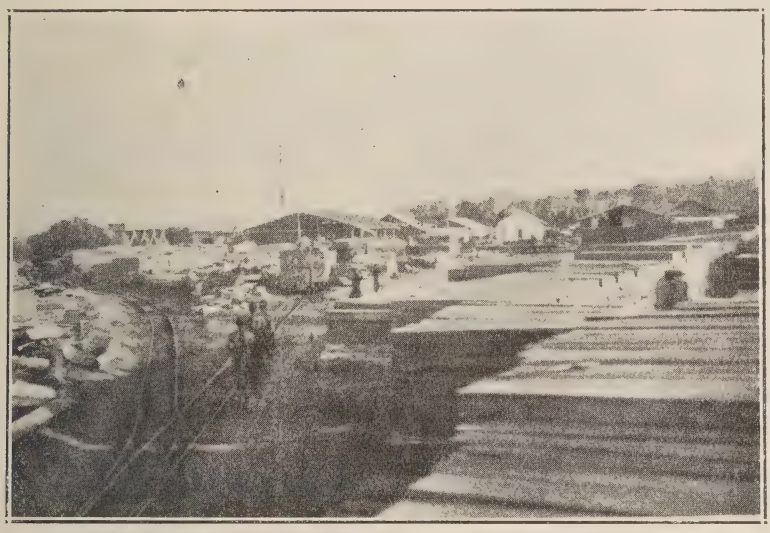
A segunda linha férrea da Colónia é a que liga o pôrto da Beira com a Rodésia e com o Congo Belga; a sua extensão é de 300 quilómetros e o seu *terminus* é em Macequece, onde se faz a sua ligação com os Caminhos de Ferro da Rodésia. É uma das duas únicas vias férreas da Colónia pertencentes a companhias estrangeiras por concessão do Govêrno Português.

O Caminho de Ferro Transzambeziano, com 281 quilómetros de extensão em território português, da Beira à Murraça, foi inicialmente construído para servir a Niassalândia. Para completa eficiência desta linha torna-se necessária a construção de uma ponte sôbre o Zambeze, que, segundo cálculos feitos, não custará menos de 2.000:000 de libras.

A sua construção representa, porém, um importante meio para o fomento daquele protectorado inglês.

A quarta linha férrea que dá serventia a regiões estrangeiras do interior é a que liga Lourenço Marques a Goba, localidade que fica a 13 quilómetros da Suazilândia, colónia inglesa; todavia a função

desta linha é pròpriamente de fomento interno por não existir ainda uma linha férrea naquela colónia, nem estrada que possa trazer, em condições económicas, os produtos daquela região à testa da linha portuguesa em Goba.



Distrito de Moçambique — Vista geral da serração no Crusse

A extensão desta linha é de 64 quilómetros e o seu movimento nos últimos anos foi o seguinte:

Anos	Passageiros	Mercadorias — Toneladas
1925	19:882	8:172
1926	19:183	6:519
1927	12:884	5:135
1928	18:625	3:940

As restantes vias férreas da Colónia, que são propriedade sua e por ela exploradas, são de interêsse local e em número de cinco:

O **Caminho de Ferro de Xinavane**, no sul da Colónia, com uma extensão de 89 quilómetros, foi originalmente construído para servir uma fábrica de açúcar, cuja produção já atingiu 10:000 toneladas.

O **Caminho de Ferro de Gaza** liga a região do Baixo Limpopo com o distrito de Inhambane e tem o comprimento de 98 quilómetros, sendo principalmente utilizado no transporte de mafurra, semente oleaginosa espontânea naquela região.

O **Caminho de Ferro de Inhambane**, com uma extensão de 90 qui-

lómetros, é principalmente utilizado no transporte da mesma oleaginosa para o pôrto de Inhambane, donde é exportada.

O **Caminho de Ferro de Marracuene** (35 km.), no sul da Colónia, e o de **Quelimane-Mocuba** (145 km.), na Baixa Zambézia, são de interêsse puramente local e transportam produtos agrícolas destinados a exportação e principalmente copra, cocos e fibras.

Estradas

A rêde de estradas carroçáveis em Moçambique tem uma extensão de cêrca de 18:000 quilómetros, desigualmente distribuídos pelo

Residências do pessoal do Caminho de Ferro do distrito de Moçambique, no Lumbo

território. Estas estradas são percorridas por grande número de automóveis, que transportam os produtos do solo às vias férreas, que por seu turno as levam aos portos marítimos.

Algumas dão comunicação com os países vizinhos, sendo as principais a de Lourenço Marques à União Sul-Africana e as da Beira, de Quelimane, de Tete e de Moçambique à Rodésia e Niassalândia.

Dentro da Colónia poucos são já os locais aonde se não possa ir de automóvel.

Portos de mar

Como já dissemos, são muitos e excelentes os portos que existem na costa moçambicana, entre os quais se podem citar como os mais

importantes sob o ponto de vista do seu actual movimento comercial os seguintes, indo indicados adiante de cada um deles os números aproximados de passageiros desembarcados no ano de 1928 e de tonelagem descarregada.

Portos	Passageiros	Milhares de toneladas
Lourenço Marques	34:000	1:000
Beira	24:500	720
Moçambique	1:500	82
Inhambane	3:800	35
Inhampura	3:000	4
Quelimane	460	38
António Enes	200	19
Pôrto Amélia	194	7
Chinde	80	17
Pebane	18	8
Moma	12	9

Faróis

A costa marítima de Moçambique é a parte da costa de toda a África mais perfeita e completamente iluminada e balizada, com a única excepção da costa do Mediterrâneo. O número de faróis na costa e nos portos é de 20 e o de bóias luminosas é de 50.

Os faróis principais, de grande navegação, são os seguintes:

Designação	Alcance (milhas)
Lourenço Marques (Inhaca)	26
Inhampura (Limpopo)	24
Ponta Závora	21
Inhambane (Ponta da Barra)	15
Bazaruto	26
Beira (Ponta Macúti)	16
Bôcas do Zambeze	18
Quelimane (Vilhena)	16
Ponta Matirre (Pebane)	20
Ilha do Fogo	17
Ponta Caldeira	19
Ilha de Mafamede	14
Sangage	24
Infusse	14
Moçambique (Ilha de Goa)	16
Baixo Pinda (Memba)	21
Pôrto Amélia	12
Ibo	10
Cabo Delgado	12

Estão além dêstes projectados ou em construção mais os seguintes faróis costeiros:

Designação	Alcance (milhas)
Barra Falsa	20
Quissico (Zavala)	15
Cabo Inhambane	20
Ponta do Ouro	15
Chiloane	15

A navegação em toda a extensão do Canal de Moçambique é perfeitamente segura e cómoda e a entrada e saída nos portos de Moçambique e de Lourenço Marques é acessível a qualquer hora do dia e da noite em qualquer estado da maré.

Comércio interno

Preços

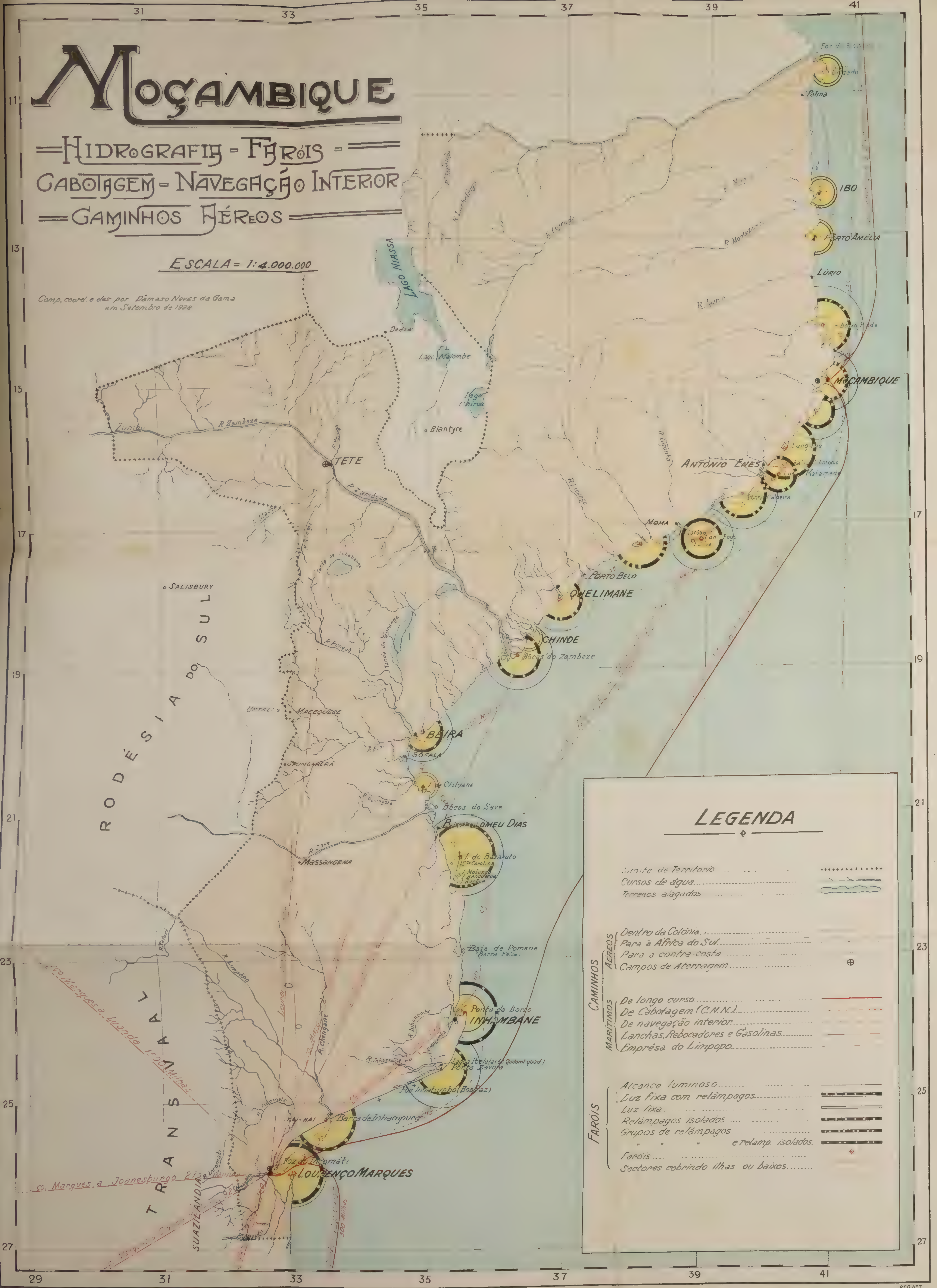
O preço da vida ainda é elevado em Lourenço Marques e nos restantes centros de população da Colónia, se bem que a tendência que mais e mais se vem acentuando há dois anos para cá é de uma baixa lenta mas segura, que neste período tem sido de mais de 25 por cento.

Assim, o aluguer de uma casa pode ir de 500$ a 1.500$. Os criados recebem uma soldada mensal de 100$ a 400$, e mesmo 500$ se pagam por vezes a um bom cozinheiro.

Os géneros alimentícios têm os seguintes preços médios:

Pão	Quilo	1$00 a 2$00
Peixe	»	3$00 a 6$00
Carne	»	2$00 a 4$00
Galinha	»	11$00 a 12$00
Ovos	Dúzia	13$00 a 15$00
Toucinho	Quilo	7$00 a 9$00
Batatas	»	1$00 a 2$00
Feijão	»	2$00 a 3$00
Arroz	»	2$00 a 2$50
Açúcar	»	2$00 a 2$50
Azeite	Litro	1$00 a 12$00
Bananas	Dúzia	1$00 a 1$20
Leite	Litro	4$00 a 5$00
Café	Quilo	14$00 a 15$00

Nos restantes centros de população os preços dos géneros importados são em geral sobrecarregados com cêrca de 10 a 15 por cento, em virtude de maior preço do frete. Alguns géneros da região são porém mais baratos; assim, em Moçambique, a carne de vaca custa de 13$ a 14$, o toucinho 12$, mas a galinha custa 9$, os ovos 5$ e o feijão 1$50.


MOÇAMBIQUE
HIDROGRAFIA - FARÓIS -
CABOTAGEM - NAVEGAÇÃO INTERIOR
CAMINHOS AÉREOS
ESCALA = 1:4.000.000
Comp, coord. e des. por Dâmaso Neves da Gama
em Setembro de 1928
LEGENDA
Limite de Territorio
Cursos de água
Terrenos alagados
CAMINHOS
AÉREOS
Dentro da Colónia
Para à Africa do Sul
Para a contra-costa
Campos de Aterragem
MARITIMOS
De longo curso
De Cabotagem (C.N.N.)
De navegação interior
Lanchas, Rebocadores e Gasolinas
Emprêsa do Limpopo
FARÓIS
Alcance luminoso
Luz fixa com relâmpagos
Luz fixa
Relâmpagos isolados
Grupos de relâmpagos
" " " e relamp. isolados.
Faróis
Sectores cobrindo ilhas ou baixos
Palma
IBO
PORTO AMÉLIA
LÚRIO
MOÇAMBIQUE
ANTONIO ENES
Sangage
Mafamede
Ponta Caldeira
MOMA
I. do Fogo
PÔRTO BELO
QUELIMANE
CHINDE
Bôcas do Zambeze
BEIRA
SOFALA
I. de Chiloane
Bôcas do Save
BARTOLOMEU DIAS
I. do Bazaruto
Sta Carolina
I. Bengueruá
Baia de Pomene
Barra Falsa
Ponta da Barra
INHAMBANE
Lagoa Poelela (60 Quilom. quad.)
Ponta Zavora
Foz Inhatumbo (Boa Paz)
Barca de Inhampura
HAI-HAI
Foz do Incomati
LOURENÇO MARQUES
300 Milhas
SUAZILÂNDIA
TRANSVAAL
RODÉSIA DO SUL
LAGO NIASSA
Lago Malombe
Lago Chirua
Blantyre
Dedza
TETE
Zumbo
R. Zambeze
R. Lugenda
R. Montepuez
R. Lúrio
R. Ligonha
R. Licungo
SALISBURY
UMTALI
MACEQUECE
SPUNGABERA
R. Púnguè
R. Save
MASSANGENA
R. Limpopo
R. Changane
R. Incomati
R. Inhanombe
Lourenço Marques a Joanesburgo
Lourenço Marques a Luanda
31
33
35
37
39
41
29
11
13
15
17
19
21
23
25
27
REG Nº 7

Comércio externo

Importação

A importação de Moçambique pode dividir-se em dois grupos perfeitamente distintos: A **importação de origem nacional** e a **importação de origem estrangeira.**

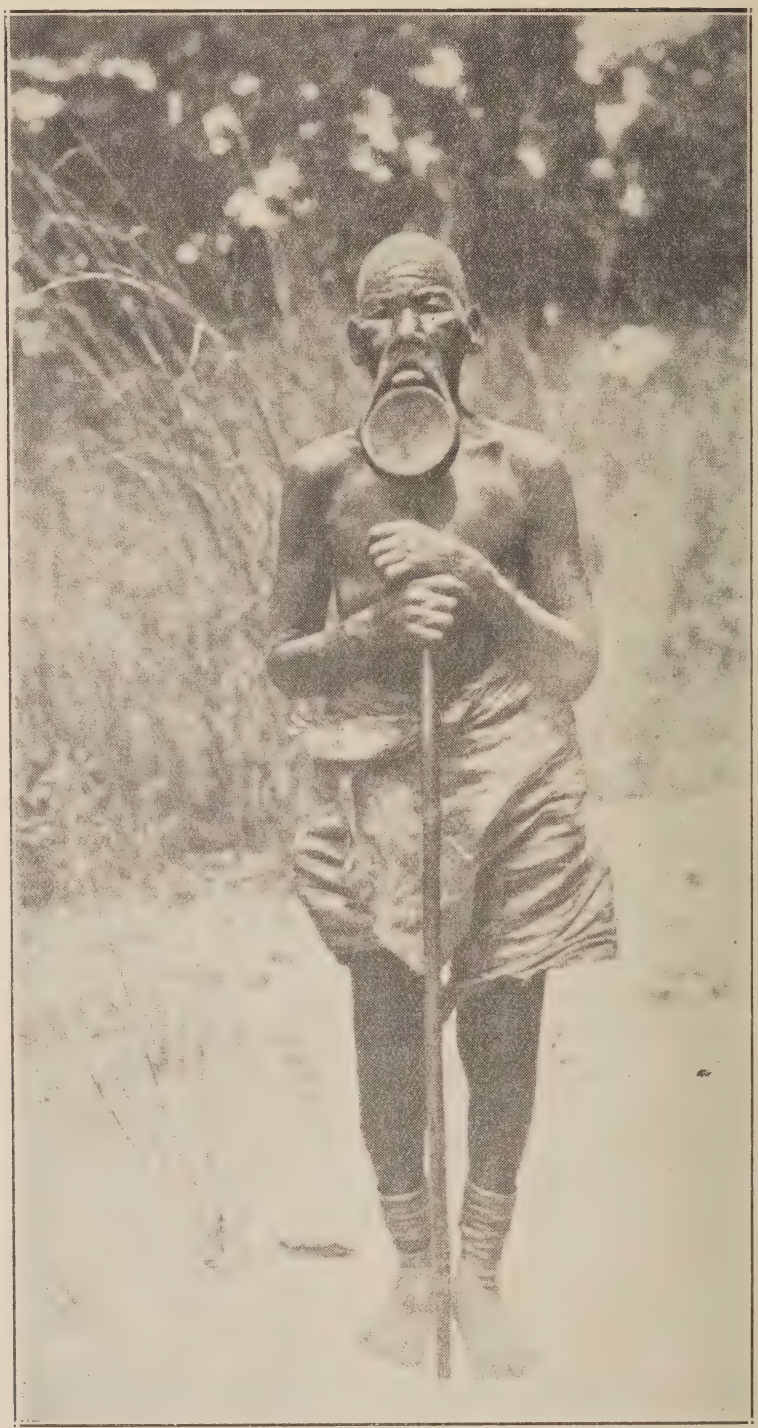
De Portugal e suas Colónias, Moçambique importa azeite de oliveira, tecidos, vinhos, sabão, águas minerais, carnes sêcas fumadas, peixe sêco e salgado, e calçado.

Do estrangeiro importa carvão mineral, tecidos, máquinas agrícolas e industriais, cerveja, aço, ferro, arroz, farinha de trigo, bebidas alcoólicas e manteiga.

Constam do quadro seguinte as percentagens de mercadorias que couberam a cada um dos países que as forneceram à Colónia:

Países	Importação para consumo					
	1923	1924	1925	1926	1927	1928
Portugal e Portugal (reexp. de)	14,49	17,43	14,10	13,86	15,52	21,04
Possessões portuguesas	1,55	1,79	2,05	3,05	2,58	2,80
Alemanha	9,32	9,48	17,71	14,11	18,14	17,10
América	3,21	5,43	6,89	7,05	8,16	7,45
Áustria	-	0,01	0,17	1,07	0,17	0,11
Argentina	-	0,01	0,01	-	-	0,02
Bélgica	1,93	0,83	0,71	1,22	0,73	3,41
Brasil	0,08	0,20	0,20	0,23	0,03	0,12
Checo-Eslováquia	-	-	-	0,08	0,10	0,18
China	0,05	0,11	0,06	0,06	0,06	0,09
Dinamarca	0,35	0,20	0,01	0,24	0,11	0,07
Espanha e possessões	-	-	-	0,02	0,01	0,01
Finlândia	-	-	-	0,31	0,25	0,35
França e possessões	1,13	1,09	1,01	1,53	1,61	1,25
Holanda e possessões	2,31	3,85	4,07	5,42	4,16	1,70
Inglaterra e possessões	53,20	42,21	43,51	33,07	30,45	27,15
Itália	0,30	0,30	0,62	0,98	1,26	1,11
Japão	0,22	0,53	0,52	1,30	1,34	1,52
Noruega	0,15	0,18	0,10	0,67	0,17	0,18
Rodésia	-	-	-	-	0,03	0,03
Rússia	0,06	0,02	-	0,12	0,02	0,02
Sião	-	-	-	0,25	0,32	0,38
Suazilândia e Zululândia	-	0,01	0,02	-	0,01	0,03
Suécia	1,18	0,93	0,40	0,76	0,26	0,30
Suiça	0,36	0,45	0,40	0,52	0,70	0,62
União Sul-Africana	9,54	13,92	12,24	14,46	12,06	12,49
Zanzibar	0,17	0,11	0,04	0,17	0,25	0,07
Outras procedências	0,40	0,91	1,16	0,35	0,36	0,38
Gastos de embarcação	-	-	-	0,03	-	-
Vendas em leilão	-	-	-	-	0,06	0,02

Dêste quadro se conclui que quási metade do valor da importação feita pela Colónia de Moçambique provém da Inglaterra e seus Domínios e Colónias.



Mulher lómuè (Quelimane)

Principais mercadorias importadas pela Colónia no território sob a directa administração do Estado, nos anos de 1924, 1925, 1926, 1927 e 1928

Mercadorias		1924		1925		1926		1927		1928	
		Quantidades	Libras	Quantidades	Libras	Quantidades	Libras	Quantidades	Libras	Quantidades	Libras
Farinha de trigo	Tons.	3:892	59:262	3:407	66:338	3:390	64:922	3:879	67:582	3:503	76:576
Arroz	»	1:789	44:791	3:230	56:063	3:066	57:025	3:999	69:963	4:956	79:589
Tecidos	»	1:304	558:660	2:454	713:924	2:277	625:776	3:435	704:066	3:138	790:957
Milho em grão	»	-	-	46	230	2:138	-	3:637	27:314	2:629	22:570
Aço e ferro em barra, chapa, etc.	»	1:689	35:468	1:434	26:531	1:735	20:573	2:416	20:512	3:282	44:476
Bebidas alcoólicas, cerveja e vinho	»	321	31:033	362	35:023	392	37:454	459	36:442	5:795	229:944
Sabão	»	452	1:092	3	334	262	-	-	-	404	16:545
Manteiga natural	»	159	30:701	163	30:852	172	29:124	155	29:332	196	23:206
Carvão mineral	»	63	54:771	76	66:232	67	52:388	75	60:364	76	60:317
Farinha de milho	»	3.892	59:262	200	1:801	51	-	-	-	99	972
Perfumarias	»	37	5:168	33	6:794	40	-	-	-	63	14:484
Chá	»	57	11:150	67	12:803	27	-	-	-	46	9:727
Máquinas agrícolas e industriais	»	875	99:3 0	-	188:902	-	60:565	-	174:526	-	110:387
Madeira em obra	»	9	295	44	4:663	-	-	-	-	425	11:833
Calçado	»	-	-	-	403	-	-	-	-	56	28:624
Automóveis e camiões	»	-	29:837	-	27:586	-	48:937	-	81:495	-	104:214
Gasolina	»	764	20:018	895	23:391	1:282	33:085	1:612	37:906	2:423	47:608

Exportação

Os principais produtos da exportação da Colónia de Moçambique são os que constam do quadro da página seguinte.

Os países que recebem a exportação da Colónia e as percentagens que nela lhes cabem constam do quadro que segue:

Países	Exportação nacional					
	1923	1924	1925	1926	1927	1928
Portugal	27,24	30,00	18,12	20,19	15,84	13,26
Possessões portuguesas	2,21	1,42	1,36	2,63	1,66	1,02
Alemanha	4,48	7,55	3.75	11,48	12,37	15,69
América	2,61	1,25	1,12	0,66	0,01	0,28
Bélgica	0,11	0,05	1,54	5,64	9,86	6,62
França e possessões	33,32	35,31	43,46	37,79	39,17	36,64
Holanda e possessões	3,35	2,39	4,03	2,95	4,60	2,99
Inglaterra e possessões	17,21	12,95	11,69	9,38	7,93	6,71
Itália	0,05	0,18	0,14	0,38	0,52	2,40
Japão	-	-	-	-	0,07	-
Suazilândia	-	-	-	0,02	-	-
União Sul-Africana	9,07	8,07	14,30	8,15	7,06	13,60
Zanzibar	0,33	0,56	0,35	0,63	0,72	0,35
Outros destinos	0,02	0,29	0,14	0,10	0,19	0,26
Consumo de embarcações	-	-	-	-	-	0,18

Moçambique exporta para França principalmente algodão, borracha, cera, marfim, sementes oleaginosas, milho, peles, couros e sisal;

Para a Inglaterra: açúcar, algodão, casca de mangal, cera, feijão, macojojo, marfim, milho, peles, couros, sementes oleaginosas e sisal;

Para a Alemanha: algodão, borracha, casca de mangal, castanha de caju, madeiras, marfim, milho, sementes oleaginosas e sisal;

Para a União Sul-Africana: castanha de caju, feijão, frutas sêcas, madeira, óleos vegetais, peixe salgado, peles e couros, telha e tejolo.

Dos distritos da Colónia são os de Moçambique e Quelimane os que mais exportam, cabendo aos distritos do sul uma percentagem bastante pequena.

As principais mercadorias de produção e indústria da Colónia exportadas durante os últimos cinco anos foram em valor e pêso as que constam dos quadros seguintes.

Principais mercadorias de produção do solo e indústria da Colónia exportadas, nos anos de 1924, 1925, 1926, 1927 e 1928, do território sob a administração directa do Estado

Designação das mercadorias		1924			1925			1926			1927		1928	
		Quantidades	Libras	Contos	Quantidades	Libras	Contos	Quantidades	Libras	Contos	Quantidades	Libras	Quantidades	Libras
Açúcar	Tons.	18.129	344:357	46:391	20.456	258:250	28:234	31.010	337:255	1:517	33.962	413:522	36:342	348:925
Algodão em rama	»	386	54:275	7:124	692	76:036	8:651	1.154	81:765	367	955	71:923	544	57:603
Borracha	»	9	722	100	15	859	91	54	-	14	-	-	-	54
Carvão mineral	»	384	305	42	915	746	84	3 256	-	12	-	-	2:065	1:573
Casca de mangal	»	1.815	5.774	752	2.995	11:673	1:212	1.685	6:597	29	3.611	15:689	5:655	24:395
Castanha de caju	»	245	1:668	208	1.142	7:260	851	1:637	-	43	-	-	4:019	18:048
Cera	»	39	3:334	479	34	3:931	416	87	-	54	-	-	83	11:229
Feijão	»	1.679	10:113	1:417	1.581	8:444	932	1.516	7:384	33	1.757	13:105	858	6:423
Frutas frescas	»	1.619	18:354	2:671	1.140	15:257	1:908	1.793	23:084	103	4.646	59:845	5:872	74:539
Holotúrias, macojojo	»	127	9:416	1:326	49	3:633	442	47	3:037	13	51	3:402	36	2:218
Madeira	»	1.173	7:776	1:100	4.168	2:032	799	1.203	-	34	-	-	369	1:619
Mapira e mexueira	»	22	204	29	35	301	31	280	-	12	-	-	37	319
Marfim	»	1	1:387	118	2	2:352	249	2	-	12	-	-	2	3:609
Milho	»	16.646	100:336	13:976	10.244	53:108	6:385	7.940	36:722	165	8.692	34:876	14:716	73:681
Óleos vegetais	»	313	11:557	1:580	306	10:177	1:256	283	-	37	-	-	365	11:507
Peles e couros	»	112	5:967	840	141	7:143	865	113	-	28	-	-	261	12:834
Sal	»	2.569	5:165	703	2.315	4:336	435	2.170	-	11	-	-	1:925	2:142
Sementes oleaginosas	»	29.760	514:868	72:123	36.146	653:889	70:752	52.029	810:862	3:649	62.284	1.086:410	61:111	1.017:125
Sisal	»	2.850	93:332	14:311	2.999	115:838	11:646	2.945	104:892	472	3.631	118:666	5:317	155:837
Tabaco	»	143	9:005	1:291	110	7:153	88	209	10:777	48	155	14:281	120	6:884

Exportação dos principais produtos do solo pelas principais alfândegas no ano de 1928

Produtos		Distritos				
		Lourenço Marques	Inhambane	Quelimane	Tete	Moçambique
Açúcar	Tons.	8:502	31	27:808	-	-
Algodão	»	310	-	130	6	97
Amendoim	»	1:845	2:121	781	379	29:507
Arroz	»	-	-	5	-	-
Chá	»	-	-	53	-	-
Chanfuta	»	352	-	-	-	-
Cocos	»	155	-	-	-	1
Copra	»	32	619	18:093	-	161
Farinhas	»	122	-	48	-	-
Feijão	»	189	-	159	-	509
Bananas e laranjas	»	5:535	-	-	-	-
Gergelim	»	5	-	88	24	1:799
Mafurra	»	3:029	1:829	-	-	-
Mangal	»	-	-	2:126	-	3:528
Milho	»	-	-	43	-	14:672
Óleo de amendoim	»	207	-	-	-	-
Óleo de copra	»	25	-	-	-	-
Óleo de gergelim	»	23	-	-	-	-
Óleo de mafurra	»	38	-	-		-
Óleo de rícino	»	70	-	-	-	-
Sisal	»	-	24	2:224	-	3:068
Tabaco	»	96	-	15	7	8

Valores em contos, ouro, da exportação e importação dos distritos no ano de 1928

Distritos	Importação	Exportação	Diferenças a favor	
			Da exportação	Da importação
Lourenço Marques	8:407	4:644	-	3:763
Inhambane	386	293	-	93
Quelimane	2:133	3:431	1:298	-
Tete	330	124	-	206
Moçambique	2:050	3:383	1:333	-
Soma	13:306	11:875	2:631	4:062

IV

Situação financeira

Receitas públicas

As receitas públicas são de muito diversas proveniências e subiram no ano de 1927–1928 a um total de 240:475 contos (1), compreendendo receitas ordinárias e extraordinárias.

As receitas ordinárias foram as seguintes, em contos:

Contribuïções e impostos directos	101:638
Registo e sêlo	6:017
Impostos indirectos	78:269
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	18:445
Compensações de despesa e rendimentos com aplicação especial	28:569

As receitas extraordinárias foram 7:537

As principais fontes de receita são descritas no quadro seguinte, com o seu rendimento em 1927–1928, em contos:

Imposto indígena	66:199
Imposto de sêlo	5:450
Contribuïção de registo	567
Contribuïção predial	3:689
Contribuïção industrial	7:786
Imposto de emigração de indígenas	24:074
Direitos de importação	52:862
Direitos de exportação	15:542
Outros impostos aduaneiros	8:520
Rendimentos dos Correios, Telégrafos e Telefones	5:082
Taxas das capitanias de portos, impostos sôbre a navegação e de pilotagem	3:180

(1) O conto vale mil escudos e ao câmbio de 1928 representa dez libras ouro.

Despesas de Administração

As principais despesas da Colónia orçadas para o ano de 1928-1929 foram as seguintes, em contos:

Administração Geral		33:427
Fomento Económico:		
Obras Públicas	14:895	
Serviços de Agricultura	2:246	
Serviços de Veterinária	2:909	
Outras despesas de fomento	13:334	33:384
Administração indígena		23:601
Exército		22:876
Serviços de Fazenda		16:596
Serviços de Saúde e Higiene		14:070
Assistência médica a indígenas		12:886
Serviços de Marinha		12:163
Correios, Telégrafos e Telefones		10:613

Encargos financeiros

Dívida da Colónia

	Contos
1.º Uma dívida à Metrópole amortizável até 1980 e no valor de	5:347
2.º Pequenos empréstimos internos amortizáveis até 1937, no valor total de	2:006
3.º Uma dívida ao Govêrno da Metrópole amortizável até 1957 no valor de	192:773
Soma	200:126

No ano de 1927-1928 a Colónia pagou encargos financeiros num total de 2:807 contos, tendo de pagar no ano seguinte pelo mesmo título apenas 6:930 contos.

Regime monetário e bancário

As moedas que têm curso legal na Colónia são as de ouro, prata e cobre da Metrópole, as notas do Banco Emissor das Colónias, que é o Banco Nacional Ultramarino, e a libra esterlina. O banco emissor tem o privilégio exclusivo da emissão de notas, que têm hoje curso forçado; nenhumas outras notas são admitidas em circulação.

As moedas metálicas da Metrópole só têm, de facto, circulação no

norte da Colónia, onde são empregadas quási exclusivamente nas relações com os indígenas, que têm grande aversão à moeda papel.

A libra ouro, pôsto que introduzida em grandes quantidades pelos indígenas que vão trabalhar nas minas do Transvaal, não circula, pois é ràpidamente absorvida pelos comerciantes e bancos que, não menos ràpidamente, as exportam para equilíbrio da balança de pagamentos no exterior.

A grande circulação é a de notas do banco emissor, única de que a população dispõe, mesmo para as ínfimas operações.

Toda esta circulação tem, como a da Metrópole, uma grande depreciação; assim, sendo a paridade das moedas metálicas de 100 escudos para 22 libras, 100 escudos de papel não valem mais de uma libra e três dinheiros esterlinos.

Esta situação cambial está melhorando constantemente, mas com grande lentidão, de modo que pràticamente a situação cambial pode considerar-se estabilizada.

O regime bancário é o de completa liberdade, sujeita a certas restrições.

Os bancos que hoje funcionam na Colónia são:

Banco Nacional Ultramarino (Emissor de notas).

National Bank of South Africa.

Standard Bank of South Africa.

Estes bancos praticam as operações vulgares de desconto, transferência, fornecimento de créditos diversos, etc.

V

Govêrno e Administração Pública

Sistema de Administração

Esquema do organismo administrativo

As funções de Govêrno e administração política, financeira, civil, militar e marítima são exercidas por um corpo de funcionários cujo chefe supremo é o Governador Geral da Colónia. A Administração da Justiça é independente do Governador Geral.

O Governador Geral é assistido por um Conselho do Govêrno composto de funcionários públicos, de vogais nomeados pelo Governador Geral e vogais eleitos, sendo dos primeiros 4, dos segundos 5 e dos últimos 5, representando estes os interêsses dos distritos e os das classes económicas.

Sob as ordens imediatas do Governador Geral estão os governadores de distrito, que são quatro: Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique. O território de Manica e Sofala e o do Niassa, que estão sob a administração de Companhias com atribuïções majestáticas por concessão temporária do Govêrno da Metrópole, são governados por governadores sujeitos à fiscalização do Governador Geral da Colónia. Um dêstes territórios, o do Niassa, vai passar para a posse do Estado em Outubro próximo, por terminar a concessão.

A escala hierárquica dos funcionários da Colónia é muito sub-dividida, sendo as principais classes as de chefes ou directores de serviços, directores, sub-directores e mais funcionários de repartições administrativas, administradores de circunscrições civis, chefes ou directores e mais funcionários de estabelecimentos públicos de carácter técnico, scientífico ou económico (tais como hospitais, escolas, observatórios, laboratórios, caminhos de ferro), funcionários militares de terra, da marinha de guerra e dos serviços marítimos, civis, faróis, etc., num total de 8:776.

A administração é levada a efeito por organismos que têm as designações de Serviços, Direcções ou Administrações e que são as seguintes:

Administração Civil e Instrução
Fazenda e Património
Serviços e Negócios Indígenas
Serviços Aduaneiros
Serviços Marítimos
Administração da Justiça.

Outras instituïções de carácter técnico, scientífico ou económico:

Serviços Militares
Obras Públicas e Minas
Caminhos de Ferro
Correios, Telégrafos e Telefones
Agrimensura e Cartografia
Agricultura
Veterinária
Saúde e Higiene
Estatística

Divisão territorial administrativa

Para a execução dos actos do Govêrno e administração da Colónia é o território dividido em regiões chamadas distritos, territórios sob a administração de companhias privilegiadas e intendências. Os distritos são em número de cinco, os territórios em número de dois, havendo também duas intendências:

Distritos	Lourenço Marques
	Inhambane
	Quelimane
	Tete
	Moçambique
Territórios	Manica e Sofala
	Niassa
Intendências	Báruè
	Chinde

Os distritos e os territórios são ainda divididos em regiões com a denominação de circunscrições civis, que por seu turno se dividem em postos administrativos.

Há em toda a Colónia 77 circunscrições e 145 postos.

Administração Civil

A Direcção dos Serviços de Administração Civil superintende nos serviços de administração civil, companhias privilegiadas, instrução pública, colonização, comércio em geral, instituïções comerciais, sociedades anónimas e comerciais, cultos, instituïções de beneficência, assistência a europeus e assimilados, segurança pública, *Boletim Oficial* e Imprensa Nacional.

Instrução Pública

Todo o ensino ministrado na Colónia, é fiscalizado ou superintendido pelo Govêrno da Colónia, por intermédio do inspector da Instrução Pública, que é o Director dos Serviços de Administração Civil.

É ministrada a instrução primária, a secundária, a comercial, a profissional e a feminina, sendo a despesa de 7:046 contos anuais.

A **instrução primária** é ministrada em cêrca de 250 escolas. A freqüência total nestas escolas foi de cêrca de 35:000 alunos no ano de 1928.

Distrito de Lourenço Marques — Gado melhorado da Sociedade Pecuária

Há dois inspectores da instrução primária: um para os distritos de Lourenço Marques e Inhambane, outro para os de Quelimane, Tete e Moçambique.

A **instrução secundária** é ministrada no Liceu 5 de Outubro, na cidade de Lourenço Marques. A sua organização é em tudo igual à dos liceus da Metrópole e os seus diplomas têm o mesmo valor dos daqueles. O curso geral abrange cinco anos, e continua-se por dois cursos complementares, um de letras, outro de sciências, de dois anos cada um. Estes cursos além de darem uma cultura geral, habilitam para a entrada nos cursos superiores da Metrópole e ao acesso aos serviços públicos da Colónia.

A freqüência do Liceu é de 180 alunos, europeus e mestiços, sendo 50 do sexo feminino.

A **instrução comercial** compreende um curso nocturno de 4 anos que funciona anexo ao Liceu. A sua freqüência é de 40 alunos.

O **ensino profissional** é ministrado em três escolas, todas destinadas a indígenas, e nas quais, além de rudimentos de instrução primária, são os alunos adestrados nas profissões manuais mais simples, como: alfaiataria, carpintaria, pedreiro, oleiro, encadernador e outras. Por estas escolas têm passado muitas centenas de alunos durante os últimos dez anos, muitos dêles com excelente aproveitamento.

A **instrução feminina** é ministrada em uma escola destinada exclusivamente a meninas europeias, em um instituto interno de carácter misto, no qual têm sido educadas muitas dezenas de meninas nos últimos 10 anos, e em uma escola para indígenas do sexo feminino.

Outras escolas de índole diversa funcionam junto de oficinas e estabelecimentos oficiais, das quais as principais são: a de artes gráficas, na Imprensa Nacional, a de enfermeiros no Hospital Miguel Bombarda, a de telegrafistas no Correio Central, de desenho nos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, a de agrimensores na Direcção de Agrimensura.

Brevemente entrará em funcionamento um instituto de educação de raparigas indígenas dirigido pelos missionários católicos.

Museu

O Museu da Colónia, fundado em 1903, tem secções de mamíferos, aves, répteis, batráquios, peixes, conchas e insectos.

Tem mais uma colecção de minerais da Colónia, um herbário e objectos gentílicos.

Ali estão as armas de pedra da fortaleza de Sofala, do tempo de Pero de Anaia, primeiro governador (1505), a chave da fortaleza de S. Sebastião de Moçambique e o bastão dos antigos governadores.

Existem também três retratos a óleo dos três últimos reis de Portugal, devidos aos pincéis de Ramalho, Columbano e Malhoa.

O Museu faz hoje parte das instalações do Liceu 5 de Outubro.

Polícia Civil

A segurança pública está a cargo da fôrça armada e dos corpos de polícia civil, um em cada capital de distrito e na vila do Chinde.

Um decreto do Alto Comissariado, de 1922, visa a tornar harmónicos entre si todos os serviços policiais, a cargo do Corpo de Polícia Civil de Lourenço Marques, e dependente da Direcção dos Serviços de Administração Civil.

Superintendendo em todos os serviços da segurança pública está o comissário de polícia, que exerce o seu cargo por intermédio das secções de polícia de segurança, administrativa, investigação criminal e de identificação criminal, abrangendo a galeria fotográfica e o museu de antropologia criminal.

O pessoal da polícia de Lourenço Marques é constituído por 363 agentes, guardas, cabos, chefes, etc.

Fazenda e Património

Pode dizer-se que os Serviços de Fazenda em Moçambique foram iniciados quando ali se estabeleceu a primeira autoridade portuguesa, com a fundação da Capitania de Sofala, no século XVI. Em 1787 foi criada a Junta de Fazenda.

À actual Direcção dos Serviços de Fazenda incumbe a fiscalização sôbre a cobrança e liquidação das contribuïções e impostos e quaisquer receitas, e sôbre o pagamento das despesas públicas; a centralização da contabilidade dessas mesmas receitas e despesas; a elaboração de contratos; a administração e tombo dos bens pertencentes à Fazenda Pública; estudo e propostas do regime tributário, sistema monetário, circulação fiduciária e regime bancário e, finalmente, elaboração do orçamento geral da Colónia.

Serviços e Negócios Indígenas

A Direcção dos Serviços e Negócios Indígenas foi reorganizada em 1917, com o fim de superintender em tudo o que se relacione com a vida dos indígenas.

A Direcção dos Serviços e Negócios Indígenas cuida da hospitalização, educação e justiça indígena; fiscaliza a emigração dos indígenas e exerce uma tutela sôbre êles durante a sua residência no estrangeiro por intermédio de duas curadorias, no Transvaal e na Rodésia.

O Director dos Negócios Indígenas é nomeado pelo Govêrno Central e só pode exercer o lugar tendo o curso superior da Escola Colonial. Compete-lhe fazer o recenseamento indígena, determinar as zonas reservadas aos indígenas, fazer estudos etnográficos, codificação de usos e costumes, regulamentos, fiscalização e estatística dos actos da vida civil aos indígenas da Colónia e aos que nela residam ou transitem.

Serviços Aduaneiros

Os Serviços Aduaneiros executam todas as operações necessárias para a fiscalização do tráfico internacional de mercadorias e cobrança dos impostos que sôbre êsse tráfico incidem e organiza a estatística do comércio e navegação.

Há nos territórios que estão sob a directa administração do Estado seis alfândegas, uma em cada um dos seguintes distritos: Lourenço Marques, Inhambane, Chinde, Quelimane, Tete e Moçambique.

Nos territórios das Companhias Privilegiadas há as alfândegas da Beira e de Pôrto Amélia, com regulamentos privativos.

A alfândega de Lourenço Marques tem três delegações urbanas e outras três, respectivamente, na Vila de João Belo, Ressano Garcia e Goba, e dois postos fiscais, em Massingire e Pafúri.

A alfândega de Inhambane tem uma delegação em Vilanculos.

A alfândega do Chinde tem as delegações de Chilomo, Massingire, Mopea (Murriúa), Luabo e Tuchira.

A alfândega de Quelimane tem as delegações de Macuze (Pôrto Belo), Pebane e Milange.

A alfândega de Tete tem as delegações do Chindiu, Zumbo, Vila Mousinho, Mutarara, Vila Gamito e Vila Gouveia.

Distrito de Quelimane — Trecho do rio Licungo, em Mocuba

A alfândega de Moçambique tem as delegações de António Enes, Quionga, Lumbo e Moma.

Pautas aduaneiras

As mercadorias que entrem ou saiam pelos portos, vias aéreas ou fronteiras da Colónia de Moçambique estão sujeitas ao pagamento dos direitos e taxas *específicos* ou *ad valorem*.

Os direitos *ad valorem* calculam-se sôbre o valor da exportação no

local da aquisição da mercadoria, aumentado das despesas de transporte, seguro, comissão e descarga.

Dispensa-se uma ampla protecção pautal às exportações de produtos originários da Colónia, provocando assim o aumento da produção, e nas pautas de importação há várias isenções de pagamentos de direitos com o mesmo fim.

Dificulta-se, em certos casos, a importação de artigos considerados de luxo. Dá-se ainda uma ampla protecção pautal aos produtos originários da Metrópole, tais como vinhos comuns, licorosos e espumosos, tecidos de algodão e ao calçado. As reduções concedidas vão de 70 a 96 por cento, a pesar de estar já toda a importação da Metrópole subordinada ao regime de 50 por cento de redução nos direitos gerais da pauta.

São reduzidos em 50 por cento os direitos de importação sôbre matérias primas que a Colónia não produz, quando destinadas exclusivamente às indústrias manufactureiras locais.

Distrito de Lourenço Marques — Ponte de estrada, com 122 metros de comprimento, sôbre o rio Matola

É também concedida isenção de direitos de importação sôbre artigos que possam directa ou indirectamente contribuir para o combate ao paludismo, estando por isso isenta a importação de sais de quinina e a rêde metálica destinada a impedir a entrada de mosquitos nas habitações.

A pauta de importação é dividida em 15 classes. Há ainda pautas de: exportação, reexportação, baldeação, imposto de consumo, trânsito internacional e pauta máxima e pauta mínima.

Serviços de Marinha

Os Serviços de Marinha são superintendidos pelo Chefe do Departamento Marítimo, oficial superior da armada, a quem incumbem todos os assuntos relativos às capitanias dos portos e suas delegações, bem como os relativos às fôrças navais em serviço privativo da Colónia, os serviços de polícia e fiscalização das costas, rios e canais da Colónia, fiscalização da pesca e outras indústrias marítimas, construções navais e explorações de pedreiras dentro da área da jurisdição do Departamento Marítimo, balizagem, pilotagem, semáforos, farolagem, utilização das docas e a superintendência nos serviços de observações meteorológicas, oceanografia e hidrografia da Colónia.

O adjunto do departamento marítimo exerce as funções de capitão do pôrto de Lourenço Marques, onde é a sede do Departamento.

As capitanias dos portos são as seguintes:

Lourenço Marques, com duas delegações marítimas: Inhaca e Inhampura;

Inhambane, com duas delegações: Inharrime e Vilanculos;

Quelimane, com quatro delegações: Macuze, Moebaze, Nabúri e Pebane;

Chinde, com duas delegações: Tete e Zumbo;

Moçambique, com onze delegações: António Enes (Angoche), Chaonde, Lunga, Lúrio, Matibane, Memba, Mogincual, Moma, Nacala, Quilua e Quionga.

O capitão do pôrto do Chinde é o intendente do Govêrno.

As Companhias Privilegiadas têm regulamentos marítimos especiais.

Observatório Campos Rodrigues

Em 1905 foi criado um pequeno observatório astronómico e meteorológico, não só para dar às determinações da hora um carácter de suficiente rigor, mas também para centralizar e coordenar os elementos meteorológicos coligidos já em muitos pontos da Colónia, e em 1906 foi construído o edifício próprio em que hoje funciona o Observatório Campos Rodrigues. Determinou-se nesse mesmo ano o valor absoluto das constantes magnéticas.

O Observatório Astronómico e Meteorológico Campos Rodrigues determina, por observações de estrêlas fundamentais, a hora exacta,

que é transmitida ao pôrto e à navegação; faz a comparação de quaisquer cronómetros de bordo e eventualmente outros trabalhos em diversos ramos da sciência astronómica.

O Observatório possui um óculo de passagens (amplificação, 86), duas pêndulas e um cronógrafo eléctrico, modêlo Campos Rodrigues.

O Observatório astronómico fornece subsídios para a determinação das ascensões rectas das estrêlas austrais e para o estudo da variação das latitudes, e rectifica as longitudes da Colónia.

O Observatório meteorológico compila os elementos para o estudo das leis meteorológicas do Canal de Moçambique e das suas correntes marítimas.

Estudou também o valor das constantes magnéticas da baía de Lourenço Marques e elabora anualmente a tabela das marés.

Faz diàriamente a previsão do tempo e em breve iniciará o estudo da sismologia local.

Administração da Justiça

A Colónia de Moçambique constitui um distrito judicial com oito comarcas, a saber: Lourenço Marques, Gaza, Inhambane, Quelimane, Tete, Moçambique, Beira e Cabo Delgado (Ibo).

Funciona em Lourenço Marques o Tribunal da Relação de Moçambique.

Serviços Militares do Exército

Os serviços militares são tratados pelo Quartel General do exército da Colónia, a cargo do Chefe do Estado Maior.

Organização Militar

Os portugueses na África Oriental aproveitaram na guerra, quási desde os tempos da descoberta, os serviços dos pretos militarizados, quer chamando-os a si por pacto de aliança, quer impondo aos régulos a obrigação de os auxiliarem.

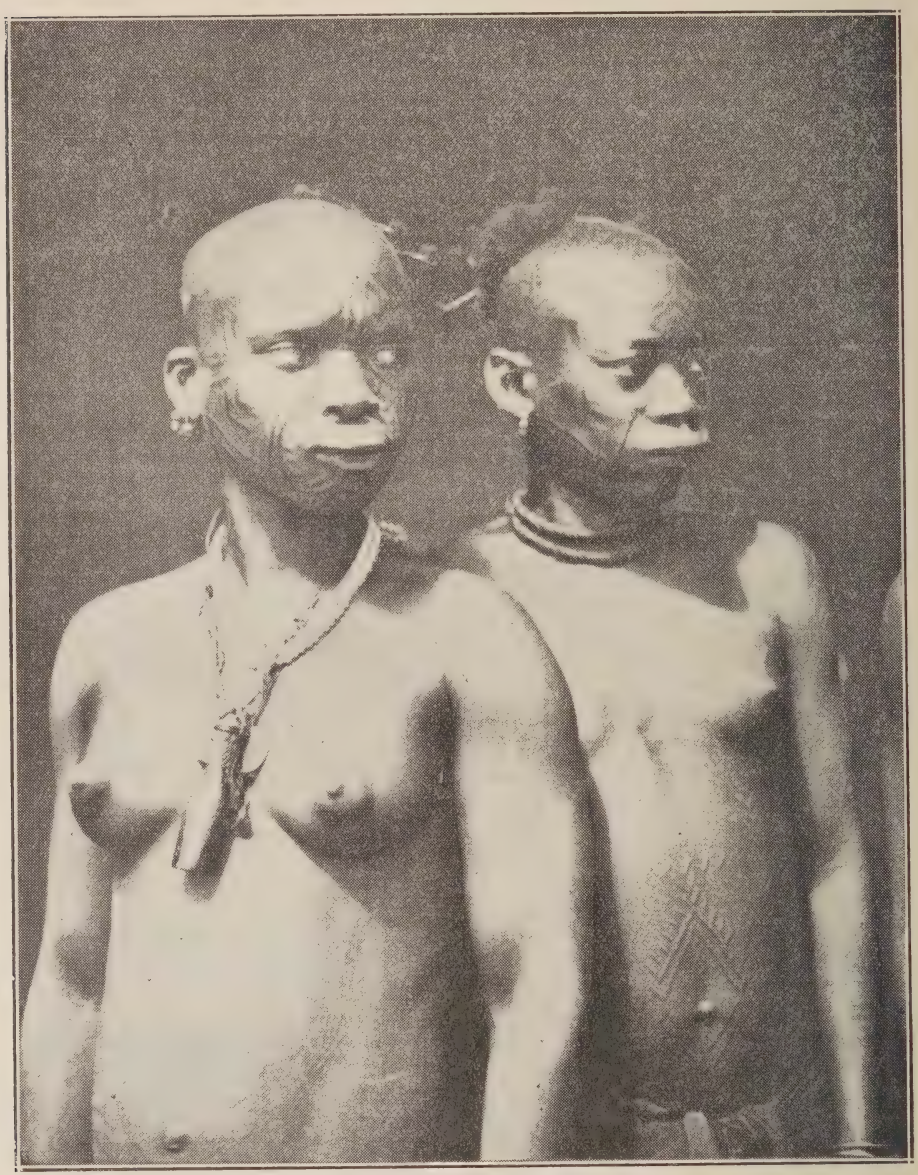
A organização militar tem sofrido várias reformas. Algumas vezes mesmo deram-se patentes de oficial até coronel a indivíduos da classe civil, que ficavam com a obrigação de se apresentarem com os seus escravos armados e equipados, quando fôsse necessário. Êste sistema terminou por 1860.

Os soldados ou eram negros do país ou degredados da Metrópole, da Índia e de Macau. Os socorros que a Colónia recebia vinham muitas vezes da Índia e outras da Metrópole, sempre tardios, tanto pela distância como pela falta de transportes.

Em 1864 apareceram pela primeira vez contingentes de voluntários.

Do primeiro, uns 6 oficiais e 33 soldados, quási todos vieram a morrer nas campanhas contra o Bonga, em Massangano.

Por um decreto de 1901 a Colónia passou a ser dotada permanentemente com núcleos de tropas europeias. O tempo de serviço para os



Raparigas macondes — Niassa

indígenas, que era de 7 a 10 anos, foi limitado a 3, e as comissões de europeus são actualmente de 4 anos.

Pelas bases da reorganização do exército colonial, de 1926, é extinto o quadro privativo das fôrças coloniais e concretizada a reorganização

do exército colonial, instituindo-se um quadro único homogéneo com o exército metropolitano.

Os europeus e outros não indígenas ficam obrigados à prestação do serviço militar na Colónia.

O recrutamento militar na Colónia, a pesar de ter sido feito apenas com elementos indígenas, tende actualmente, e em cumprimento da reorganização do exército colonial, a ser feito também com elementos europeus.

Para a realização dêste último recrutamento algumas tentativas têm sido já postas em prática: procura-se atrair a mocidade à instrução elementar de tiro, bem como aos exercícios gimnásticos preparatórios da instrução militar. Trabalha-se na delineação das suas bases numa tendência gradual para a Instrução Militar Preparatória.

Existem na Colónia de Moçambique 18 unidades militares, sendo seis em Lourenço Marques. A distribuïção dessas unidades é a seguinte:

Em Lourenço Marques: Quartel General; duas companhias indígenas de infantaria, um esquadrão de dragões, uma companhia de depósito e recrutamento, uma bataria indígena de metralhadoras, uma bataria mista de artilharia e guarnição.

Em Inhambane: uma companhia indígena de infantaria.

Em Quelimane: uma companhia indígena de infantaria (em Mocuba) e uma companhia de depósito e recrutamento.

Em Tete: junto do Govêrno do distrito uma Secretaria Militar, tendo adstrita uma delegação da Repartição do Quartel General; três companhias indígenas de infantaria (em Cachomba, em Tete e em Vila Gouveia).

Em Moçambique: três companhias indígenas de infantaria (em Nampula, em Angoche e em Memba); uma companhia de depósito e recrutamento; uma bataria indígena de metralhadoras (no Mossuril); um depósito de sentenciados e uma secção disciplinar.

O Depósito Geral de Sentenciados, na ilha de Moçambique, é a antiga fortaleza, Praça de S. Sebastião, a que foi primitivamente dado início em 1558. É destinado a recolher os condenados a trabalhos públicos e a degrêdo, sujeitando-os a um regime que os policie, moralize e torne úteis a si e à sociedade.

Os condenados não obrigados a prisão podem, pois, deixar de residir no Depósito para serem empregados em qualquer indústria ou serviço particular, quando dois cidadãos idóneos se responsabilizem por êles.

Aos condenados que se dedicarem à agricultura e se mostrarem regenerados é concedida gratuitamente uma porção de terreno do Estado à sua escolha, para nêle se estabelecerem como colonos dependentes do Depósito.

Obras Públicas e Minas

A Direcção dos Serviços de Obras Públicas compreende os vários serviços de obras públicas, estradas, hidráulica, caminhos de ferro não autónomos e os monumentos da Colónia. Está a cargo de um en-

genheiro, havendo também um arquitecto e um quadro de 10 condutores de 1.ª e 2.ª classe.

Junto desta Direcção de Serviços funciona uma Repartição Técnica de Indústria e Minas, para o estudo geológico e mineralógico da Colónia; por intermédio desta Repartição o Estado exerce a jurisdição mineira sôbre os terrenos compreendidos nos distritos de Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Moçambique e região do Báruè, e faz a concessão e registo do exercício de indústrias.

O resto do distrito de Tete, além do Báruè, constitui o território da concessão mineira da Companhia da Zambézia, a qual tem organizada uma Repartição de Minas, cujo Director pode passar licenças para pesquisas, e na qual se registam os manifestos dos jazigos mineiros encontrados.

Os territórios de Manica e Sofala estão sob a jurisdição mineira da Companhia de Moçambique, a qual tem instalada em Macequece uma Repartição de Minas.

Os territórios do Cabo Delgado estão sob a jurisdição da Companhia do Niassa. Esta Companhia nunca organizou a sua Repartição de Minas.

Regime mineiro

A pesquisa e lavra de minas na Colónia de Moçambique é regulada por diplomas de 1906; a concessão de jazigos de petróleo por um diploma de 1909 e a de pedras preciosas em aluvião por um diploma de 1914.

Nacionais e estrangeiros podem indistintamente obter concessões mineiras, mas os últimos terão que desistir do seu fôro nacional em tudo que se prenda com a indústria mineira.

A concessão de um jazigo mineiro não implica nunca a posse da superfície de terreno em que êle se encontra.

As pesquisas do petróleo só se podem fazer com licenças passadas para êsse único fim.

Há licenças ordinárias e licenças especiais, tendo ambas o prazo de validade de um ano.

Com uma licença ordinária podem ser manifestados dez quinhões *(claims)* quando se trate de pedras e metais preciosos de filão ou camadas, e um quando se trate de qualquer outro mineral, elevando-se estes números ao dôbro se o pesquisador fôr o descobridor.

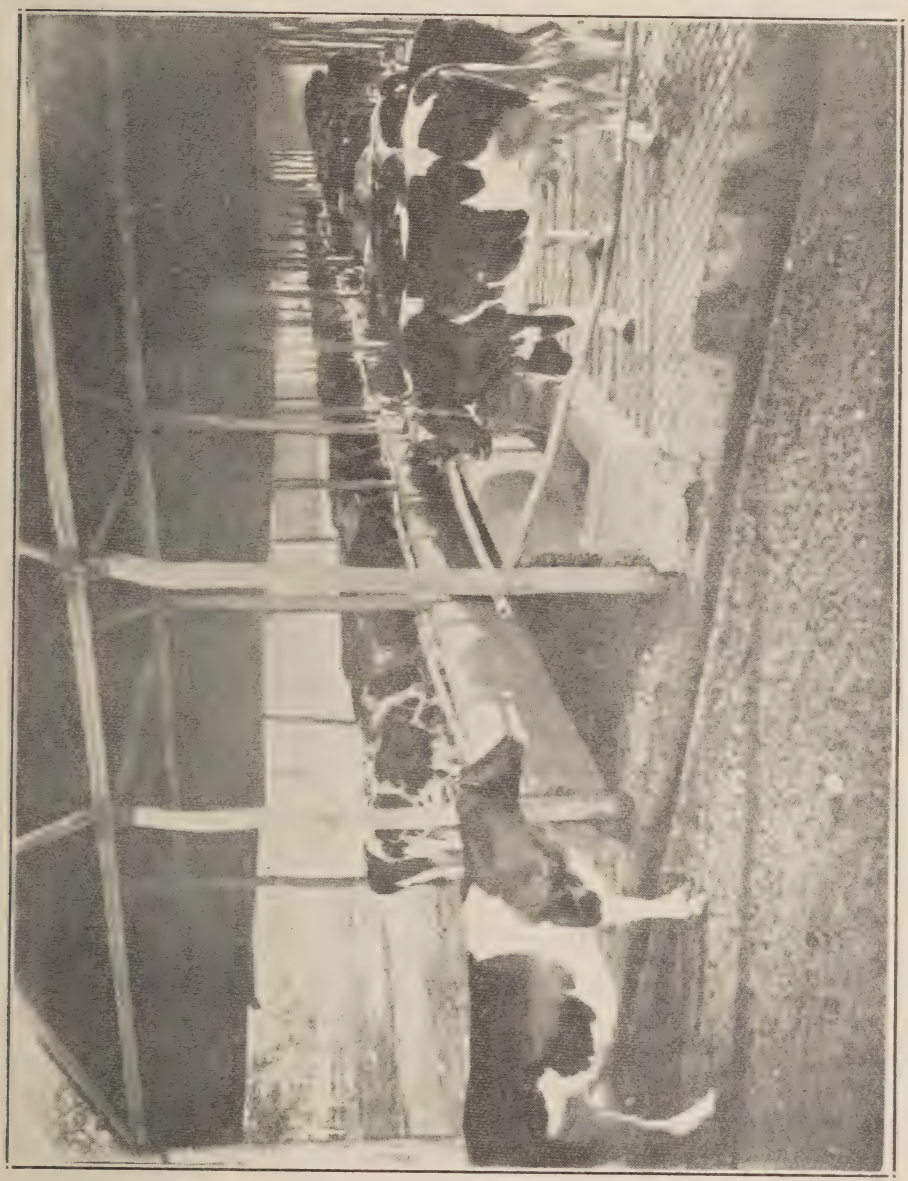
Com uma licença especial podem manifestar-se quinhentos de metais preciosos de filão, um de dragagem e cinco de qualquer outra espécie mineral.

Feito o manifesto é passado o título, que pode ser transferido por endôsso. Os direitos a uma concessão mineira transmitem-se mediante licença superior.

Pelas concessões mineiras são devidos impostos fixos e proporcionais, excepto quando se trate de minas de ferro ou de carvão, que são isentas.

A Companhia da Zambézia não tem, como as de Moçambique e do

Niassa, direitos de soberania; a sua concessão atribui participação do Estado nos negócios da Companhia.



Distrito de Lourenço Marques — Estábulo rústico do Umbeluzi Farming Syndicate

Além dos seus fins industriais, comerciais e mineiros, é destinad à exploração agrícola.

Para os terrenos auríferos do norte do Zambeze, que estão incluídos na sua concessão, tem ela chamado a atenção dos pesquisadores mineiros, por meio de sub-concessões e quinhões mineiros.

É sub-concessionária da exploração da região carbonífera do Muatize (Tete) a Société Minière.

Pôrto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques

Os serviços relativos à exploração, construção e administração do pôrto e dos caminhos de ferro de Lourenço Marques estão sob a superintendência do Conselho de Administração e a sua execução cabe ao Director dos Serviços do Pôrto e dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, como administrador-delegado, constituindo o pessoal sob as suas ordens um quadro único geral, que tem actualmente 2:188 empregados.

O pôrto de Lourenço Marques tem uma ponte-cais acostável, cuja construção foi iniciada em 1902. É de cimento armado, com a extensão de 1:777 metros, estando iniciados os trabalhos para o prolongamento de mais 250 metros, permitindo a atracação de 16 grandes navios. Sôbre êste prolongamento será construído um frigorífico com capacidade para 36:000 caixas de fruta, o qual deve estar concluído em Abril de 1930.

Estão montadas sôbre o cais quatro vias férreas, seis cabrestantes eléctricos, duas instalações carvoeiras cada uma das quais efectua o carregamento directo à razão de cêrca de 600 toneladas por hora e 23 guindastes eléctricos de 3, 5, 8, 10, 15 e 60 toneladas.

Todo o recinto do pôrto é iluminado a electricidade, o que permite a descarga e a expedição de mercadorias mesmo durante a noite.

Para a acomodação de mercadorias existem doze armazéns com uma superfície total de 20:000m² e uma área descoberta de 400:000m².

Há um serviço especial de combóios de luxo para passageiros que chegam ou partem pelos vapores da Union Castle ou da Deutsche Ost-Africa Linie, vindo os combóios receber ou largar os passageiros no cais ao portaló dos navios. Há na ponte-cais estação telégrafo-postal e telefónica e delegações dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques e da Alfândega.

Há serviço de fornecimento de água e telefone para os vapores, de mergulhadores, de desinfecção de mercadorias, de bagagens e de navios. Há também um pôsto médico.

Os navios entrados e saídos durante o ano de 1928 foram 708; desembarcaram 33:911 passageiros e embarcaram 29:289. Movimento de mercadorias: descarregadas, 287:515 toneladas, e carregadas, 68:604 toneladas; carvão embarcado, 722:415 toneladas.

A extensão das linhas dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, não metendo em conta 166 quilómetros de desvios a linhas particulares, é de 373 quilómetros, na maior parte de bitola de 1m,067. Material: 60 locomotivas, 46 carruagens para passageiros e furgões e 924 vagões. Movimento de transportes: 335:855 passageiros e 1.266:295 toneladas de carga, das quais 736:300 de carvão destinado à exportação.

A receita atingiu £ 619:000 e a despesa £ 474:000. Saldo, £ 145:000.

Correios e Telégrafos

Há na Colónia 142 estações telégrafo-postais e 52 estações postais, de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe, assim distribuídas, respectivamente, por distritos: Lourenço Marques, 34 e 14; Inhambane, 20 e 1; Quelimane, 26 e 3; Tete, 13 e 3; Moçambique, 28 e 5; Manica e Sofala, 12 e 17; Cabo Delgado, 9 e 9.

Agrimensura e Cartografia

Os Serviços de Agrimensura executam os trabalhos cartográficos da Colónia, organizam o cadastro geométrico e parcelar da propriedade imobiliária segundo os processos técnicos mais modernos e dão execução ao regime da concessão de terrenos.

Como conclusão dos trabalhos do cadastro geométrico é organizado o tombo geral da propriedade, cuja consulta é permanentemente pública.

Foi efectuada a triangulação geodésica do distrito de Lourenço Marques e de parte do de Inhambane, ligada ao Observatório Astronómico de Campos Rodrigues; determinação de coordenadas geográficas, dos distritos de Lourenço Marques e Inhambane, para a terminação dos seus reconhecimentos geográficos; plano cartográfico da Colónia; divisão do distrito de Lourenço Marques em compartimentos e secções, para a elaboração do Atlas Cadastral; pequenas triangulações independentes; execução do cadastro geométrico dos subúrbios; e projecto, levantamento e demarcação de numerosas povoações comerciais.

Nestes serviços funciona uma escola técnica-prática de topografia, que habilita agrimensores.

Concessão de terrenos

A concessão de terrenos da Colónia de Moçambique para o fim da sua exploração económica rege-se pelo regulamento de 16 de Março de 1918.

As concessões podem efectuar-se por venda, arrendamento ou aforamento.

As concessões de terrenos numa faixa de 10 quilómetros ao longo da fronteira terrestre só podem ser feitas ou transmitidas a indivíduos ou a sociedades portuguesas, não sendo em caso algum remível o respectivo fôro.

Nos restantes territórios da Colónia as concessões podem ser feitas indistintamente a nacionais ou a estrangeiros, mas a estes em especiais condições.

As concessões por venda, que é feita em hasta pública, só podem recair em terrenos cadastrados e divididos em lotes para êsse fim especial.

As concessões por aforamento, que são as mais freqüentes, são em regra feitas mediante hasta pública; casos há contudo em que esta

pode ser dispensada, mas para isso torna-se necessário que o interessado prove dentro do prazo máximo de cinco anos o aproveitamento do terreno.

A base para o processo de concessão é uma licença para a demarcação provisória do terreno.

Feita aquela demarcação e informada favoràvelmente a pretensão, são publicados editais convidando quem se julgue com direito ao terreno a fazer valer os seus direitos.

Não havendo reclamações ou julgadas estas pelo Governador Geral

Distrito de Moçambique — Um lindo exemplar de mecrusse

com prévia audição da Comissão de Terras, conceder-se há a sua ocupação provisória ou proceder-se há à sua demarcação definitiva, conforme o interessado tenha ou não requerido a dispensa da hasta pública.

No primeiro caso e após a prova do aproveitamento do terreno, far-se há aquela demarcação, seguindo-se o despacho de concessão que tem sempre de ser precedido do voto favorável do Conselho do Govêrno.

No segundo caso, terminada a demarcação definitiva, realiza-se a hasta pública, lavrando-se em seguida o despacho de concessão.

Os terrenos devidamente aproveitados e os vendidos pelo Estado são isentos de contribuïção predial durante 10 anos.

As concessões são anuladas se os terrenos respectivos não vierem

a ser aproveitados dentro do prazo máximo de 10 anos a partir da data da concessão.

O concessionário que não esteja em dívida de foros nem impostos e pague mais 20 pensões de fôro tem o direito de remir o fôro, quando tenha o terreno devidamente aproveitado.

A propriedade dos terrenos prova-se pelos respectivos títulos, que depois de devidamente registados na Conservatória fazem prova plena em juízo.

Os direitos conferidos pelos títulos podem ser cedidos mediante autorização do Govêrno, desde que os terrenos estejam aproveitados e os concessionários não estejam em dívida de foros e impostos.

As concessões para efeitos agrícolas e pecuários somam a totalidade de 1.100:000 hectares, dos quais 600:000 a nacionais e 500:000 a estrangeiros, tudo em números redondos. Há ainda uma disponibilidade de 40 milhões de hectares.

Agricultura

Os serviços oficiais de agricultura podem considerar-se instalados desde 1908. Nesse mesmo ano foram instaladas as estações experimentais, regidas cada uma por um regente agrícola habilitado pelas escolas da Metrópole.

Em 1917 procedeu-se a um reconhecimento agrícola-económico das regiões do distrito de Lourenço Marques, tendo sido publicados os respectivos relatórios.

No *Boletim Agrícola-Pecuário*, publicação das Direcções dos Serviços de Agricultura e de Veterinária, se encontram trabalhos parcelares de reconhecimento agrícola e florestal dos outros distritos. Há também uma publicação avulsa referente ao distrito de Quelimane.

Dirige os Serviços de Agricultura um engenheiro-agrónomo, e em cada um dos distritos há também um engenheiro-agrónomo e vários regentes agrícolas.

Junto da Direcção dos Serviços de Agricultura há uma Secção dos Serviços Florestais, a cargo de um engenheiro-silvicultor.

Veterinária

Os Serviços de Veterinária ocupam-se da sanidade pecuária, de patologia veterinária tropical e de zootecnia.

Nos distritos de Lourenço Marques e de Inhambane grassou há anos com intensidade a *East Coast Fever*, matando milhares de cabeças de gado até 1918, data do último caso. As acertadas medidas adoptadas pela Repartição de Veterinária da Colónia conseguiram extinguir por completo a epizootia.

Para lutar contra a *carraça*, um dos piores inimigos do gado, tem a Colónia cêrca de 50 tanques, onde anualmente se dão 1.500:000 banhos carracicidas.

O orçamento da Colónia inscreve importantes verbas destinadas ao povoamento dos postos zootécnicos, à instalação de uma estação

zootécnica, dum laboratório e dum parque-lazareto, para o estudo das raças que mais convenha introduzir na Colónia; para a reprodução dessas raças, a fim de serem vendidos exemplares pelo mais baixo preço aos criadores; para o estudo da bromatologia dos animais dessas raças e dos melhores elementos da sua cultura, atendendo sempre à parte económica; para o estudo dos lacticínios; para a classificação, profilaxia e tratamento das doenças reinantes, valorizando assim a riqueza pecuária e melhorando o meio para o seu desenvolvimento industrial. No parque-lazareto serão detidos os animais importados, pondo-os em quarentena, defendendo assim a riqueza pecuária da Colónia da invasão das epizootias.

Serviços de Saúde — Hospitais e laboratórios

Os quadros técnicos dos Serviços de Saúde e Higiene são constituídos por 75 médicos, 10 farmacêuticos, 110 enfermeiros europeus, 25 enfermeiras europeias, 24 ajudantes de enfermeiros europeus de ambos os sexos, 120 enfermeiros indígenas e 30 ajudantes de enfermeiros indígenas.

Os médicos, formados pelas escolas da Metrópole, são obrigados à freqüência de um curso especial preparatório na Escola de Medicina Tropical de Lisboa, e os enfermeiros de todas as classes habilitam-se numa escola especial que funciona junto do Hospital Central de Lourenço Marques, durante dois anos, num curso teórico e prático.

Os serviços de assistência médica, distribuídos por toda a Colónia, estão divididos em seis delegações de saúde: Lourenço Marques, Gaza, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique.

Em cada delegação de saúde, dirigida por um médico, funciona um hospital, para assistência geral de europeus e indígenas.

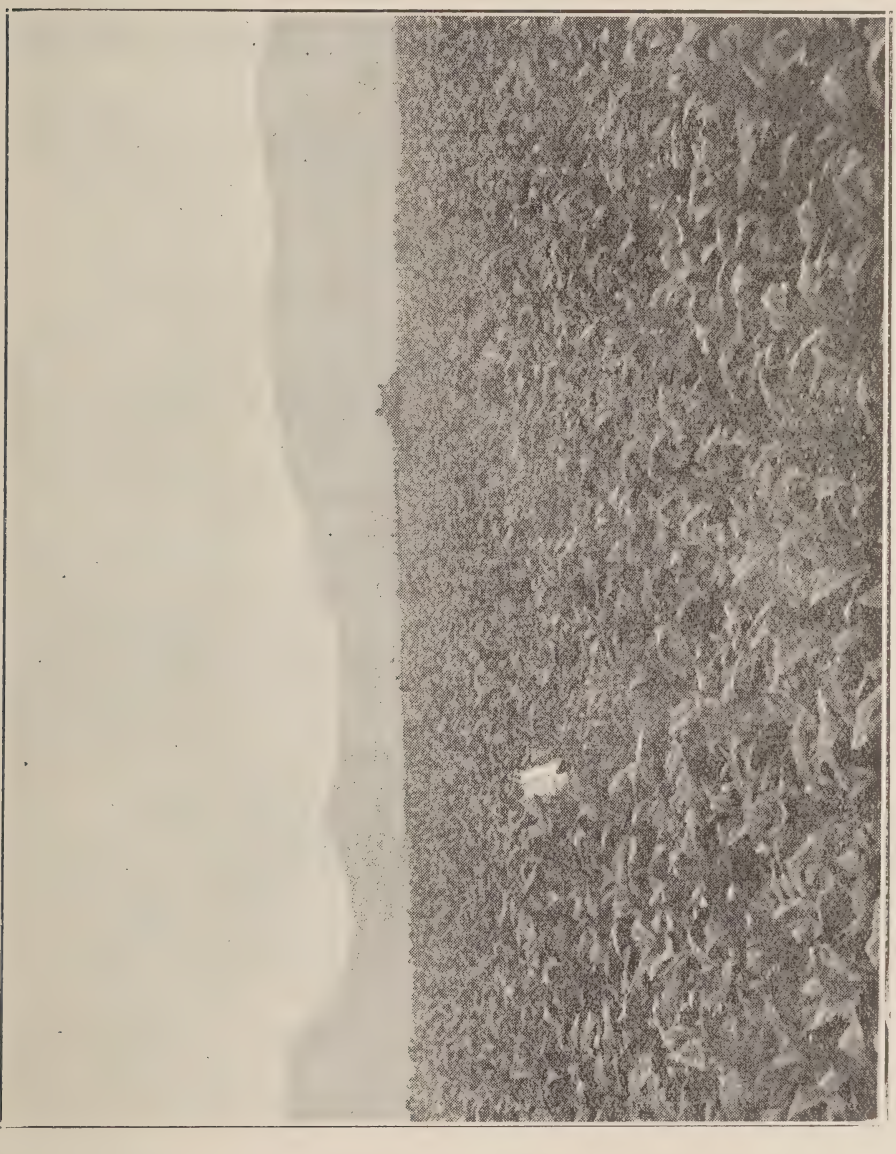
A cada delegação de saúde corresponde uma área sanitária, dividida em subdelegações de saúde, também dirigidas por médicos.

Os enfermeiros europeus dos postos de 1.ª classe, além de visitarem periòdicamente os postos de 2.ª, auxiliam os subdelegados de saúde na elaboração da estatística demográfico-sanitária. Os enfermeiros indígenas auxiliam na prática da vacinação anti-variólica.

As enfermarias regionais e postos sanitários estão assim distribuídos:

Distritos	Enfermarias regionais	Postos	
		De 1.ª classe	De 2.ª classe
Lourenço Marques	11	7	8
Inhambane	9	4	5
Quelimane	7	3	5
Tete	5	3	4
Moçambique	15	8	8
Total	47	25	30

Há na Colónia nove hospitais: Lourenço Marques, Vila de João Belo, Inhambane, Chinde, Quelimane, Tete, Angoche, Moçambique e Memba.



Campo de tabaco em Muobede, no distrito de Quelimane

O Hospital Central Miguel Bombarda é constituído por vários pavilhões de alvenaria, construídos num terreno de 167:000 metros quadrados de área, situado num dos pontos mais elevados e salubres de Lourenço Marques.

O número de leitos ocupados oscila entre 250 e 350, mas em caso de ocorrência epidémica pode alojar até 600 doentes.

Nêle funcionam clínicas de radiologia, electroterapia, oftalmologia, estomatologia, vias urinárias, pediatria e outras, dirigidas por médicos especializados, bem como um serviço cirúrgico, onde se realizam quási diàriamente operações de grande cirurgia.

Junto do Hospital de Lourenço Marques funciona um laboratório de bacteriologia e parasitologia, um parque vacinogénico e um laboratório de análises químicas, bromatológicas e toxicológicas. O parque vacinogénico tem fornecido anualmente, para as delegações e subdelegações de saúde, cêrca de 350:000 doses de vacina, em polpa sêca e linfa. Há também um lactário que fornece gratuitamente leite esterilizado às crianças filhas de pais pobres, até aos 15 meses de idade.

Estatística

À Secretaria do Govêrno incumbia até Dezembro de 1924, entre outros, o serviço de estatística geral da Colónia. Foi criada nessa época uma Repartição de Estatística da Colónia de Moçambique, à qual compete a publicação de um *Boletim Económico e Estatístico* mensal.

Dêste *Boletim* estão publicados 48 números, com princípio em Janeiro de 1925.

Além do *Boletim* está a Repartição preparando o *Anuário Estatístico de Moçambique.*

O recenseamento da população deve realizar-se nos anos em que o algarismo das unidades fôr 0 ou 5.

Presidida pelo Director de Estatística e composta por quatro funcionários, dos serviços aduaneiros, dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, dos serviços de agricultura e dos serviços de saúde, a *Comissão Permanente de Estatística* tem por fim preparar os trabalhos que têm de ser apresentados à Conferência Anual de Estatística, resolver sôbre concessão de prémios estatísticos, etc.

Em 29 de Dezembro de 1927 efectuou-se o recenseamento da população de Lourenço Marques, e em 3 de Maio de 1928 o recenseamento da população da cidade de Moçambique e das vilas de Tete, Quelimane, Chinde e Vila de João Belo e o recenseamento da população não indígena das circunscrições, prazos e intendências da Colónia, estando a ser publicados mensalmente os apuramentos já feitos.

VI

Acção civilizadora

Política indígena

Até a abolição da escravatura (1834) o regime político praticado para com as populações africanas de Moçambique foi o da mais completa sujeição; não se lhes reconhecia quaisquer direitos políticos e mesmo sociais.

Abolida a escravatura, passou-se ao regime por completo oposto, ou seja o da assimilação, reconhecendo-se ao nativo os mesmos direitos sociais e políticos de que gozavam os europeus. Chegaram os indígenas a exercer em larga escala o direito de voto para a representação parlamentar. O domínio passou a chamar-se Província de Moçambique, como se fôsse uma divisão territorial do próprio solo do continente europeu de Portugal. Foi-lhe aplicado o próprio código civil e o administrativo, sem consideração pelas diferenças existentes entre as raças europeias e africanas e entre os graus de civilização em que se encontravam.

Em poucas dezenas de anos, tal como em todas as colónias das outras nações, foi reconhecido o que havia de absurdo no regime de assimilação nas condições de então e foram introduzidas em tal regime as modificações indicadas pelo estudo scientífico que por toda a parte se fazia da sciência da colonização, que ainda hoje se encontra em formação. A Província passou a chamar-se Colónia, foram modificados os códigos, criados os tribunais para indígenas, reconhecido a estes o direito de propriedade individual, criadas escolas, instituída a assistência médica a indígenas, tornado mais íntimo o contacto entre a autoridade portuguesa e a população, tudo tendo por finalidade um mais elevado grau de civilização nos indígenas.

Certo é que, na actualidade, só depende do próprio indígena atingir as mais altas situações sociais tanto na Colónia como na Metrópole.

Situação moral, social e económica dos indígenas

As condições da vida indígena na Colónia de Moçambique são, depois da abolição da escravatura, as mais felizes e favoráveis ao progredimento da população autóctona.

O advento da soberania portuguesa estabeleceu progressivamente um completo policiamento de todo o território, libertando os indígenas de rázias e guerras intestinas e atrocidades praticadas pelo absolutismo das autoridades primitivas, condições estas que foram durante séculos a normalidade da existência humana em toda a África. Actualmente

o indígena de Moçambique dispõe de meios muito variados de prover à sua existência. Tem um acesso gratuito à terra, de que extrai com relativa facilidade não só as substâncias alimentícias mas também uma grande variedade de produtos de que fàcilmente pode dispor nos mer-

Lourenço Marques — Praia da Polana

cados locais, e mesmo no estrangeiro, por intermédio de uma extensiva organização comercial que lhe adquire aqueles produtos quási no próprio local de produção.

Além disso tem o indígena ao seu alcance meios de garantir a sua existência pelo trabalho remunerador de variadíssima natureza, como o que pode prestar nas povoações de europeus, em trabalhos domésticos, industriais, serviços dos portos, caminhos de ferro, estradas, serviços do Estado e municipais, estes cada dia mais extensivos, e, sobretudo, na agricultura capitalista, que de ano para ano adquire maior desenvolvimento.

A população indígena tem o benefício de uma assistência médica

e higiénica, já hoje muito organizada e vasta, que constantemente se alastra pelo interior. As epidemias são desconhecidas nos últimos dez anos.

Sob o ponto de vista da educação e instrução nada têm os indígenas a desejar, pois podem adquirir uma e outra nas muitas missões e nas escolas que estão disseminadas em todo o território.

As escolas de todos os graus são acessíveis a todos sem discriminação de côres e nada impede os indígenas de atingirem as mais distintas e elevadas profissões, que podem exercer não só na Colónia mas também na Metrópole.

A justiça é ministrada gratuitamente a todos os indígenas segundo um estatuto especial que regula as contendas de carácter civil entre os indígenas e entre estes e os europeus. Os crimes comuns são julgados em tribunais privativos.

Em cada circunscrição compete ao administrador o julgamento dos *milandos* (causas cafreais) em que uma das partes não seja indígena. Os *milandos* entre régulos e entre estes e os seus subordinados, refe-

Lourenço Marques — Avenida da República — Á esquerda o Mercado Municipal

rentes a exercício de autoridade ou a posse de terras, serão resolvidos pelo governador do distrito, mediante informação dos administradores.

Aos indígenas que vivem nas suas povoações longe dos centros europeus é permitida a prática e uso das suas tradições tribais em tudo que não é repugnante aos princípios elementares da moral da raça branca.

O Govêrno empenha-se particularmente na repressão das práticas de feitiçaria e sobretudo na abolição e extirpação da medicina primitiva e oculta.

Assistência médica e hospitalar aos indígenas

A assistência médica aos indígenas é prestada por 6 delegações e 28 subdelegações de saúde, a cada uma das quais corresponde uma área sanitária. Os 9 hospitais principais são os de Lourenço Marques, Moçambique, Quelimane, Inhambane, Tete, Vila de João Belo, Chinde, Angoche e Memba. Há em cada subdelegação de saúde uma enfermaria regional. Existem, além disso, 25 postos sanitários de 1.ª classe a cargo de enfermeiros europeus e 30 de 2.ª classe, a cargo de enfermeiros indígenas. Uns e outros são freqüentemente visitados pelo subdelegado de saúde.

Às subdelegações de saúde dedica o Govêrno da Colónia o seu maior cuidado, pois nelas se exerce de uma maneira directa a assistência médica privativa aos indígenas. Para esta votou o Govêrno da Colónia, no ano económico de 1923–1924, a quantia de £ 40:000, e no ano económico decorrente elevou-a a 6:065 contos.

A difusão dos serviços médicos pela Colónia está produzindo os seus efeitos, que se manifestam de uma forma evidente no desaparecimento e decrescimento de certas epidemias, sobretudo da *varíola*.

A vacinação anti-variólica constitui uma prática obrigatória em todas as dependências dos Serviços de Saúde e, desde que se instalou um parque vacinogénico junto do Laboratório Central de Higiene em Lourenço Marques, são distribuídas, anualmente, pelas delegações e subdelegações de saúde, cêrca de 350:000 doses de vacina.

Para a *lepra*, que hoje constitui uma epidemia atenuada, existem duas gafarias no sul da Colónia e está projectada a construção de outras duas nos distritos do norte.

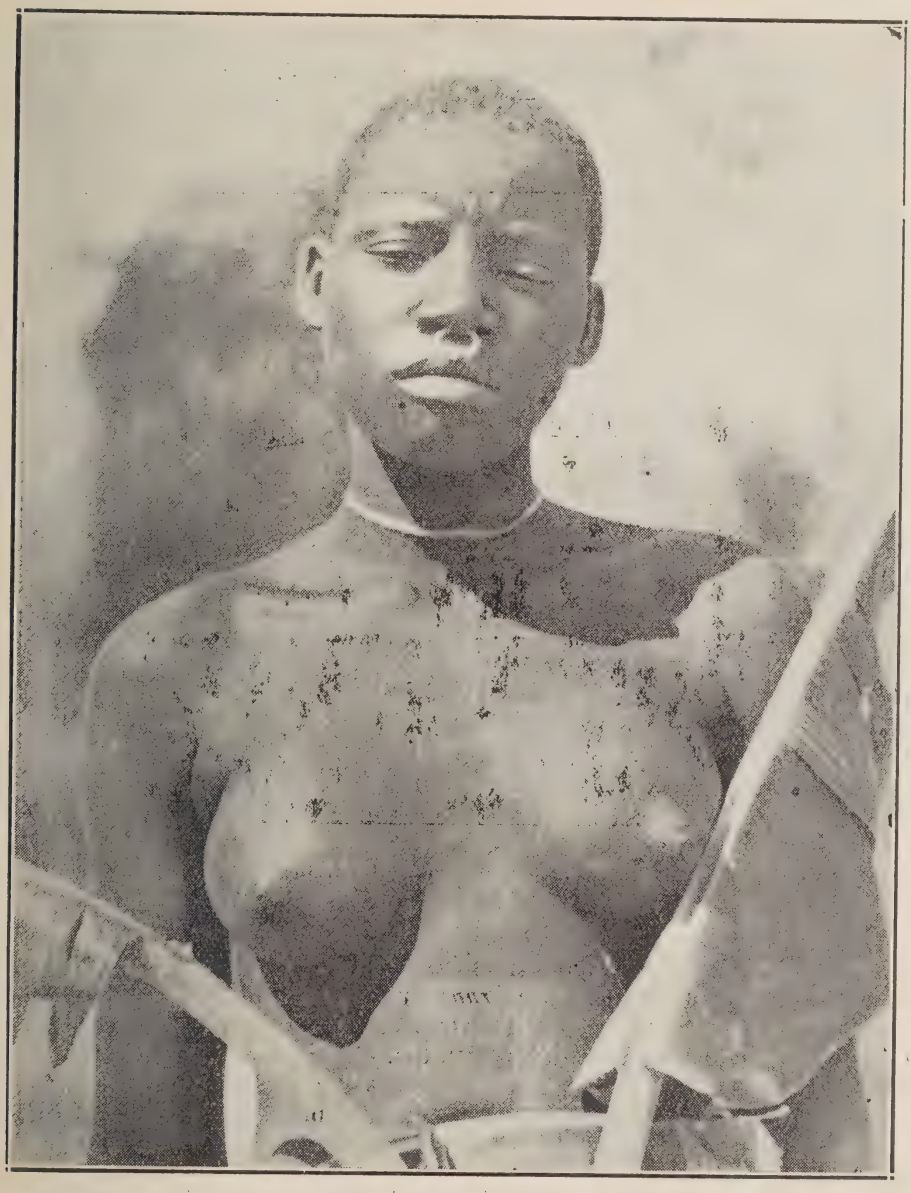
Exerce-se a acção terapêutica directa no tratamento das *bilarzioses* e *ancilostomíases*, doenças comuns entre a raça indígena, e projecta-se levar a efeito uma obra de saneamento profiláctico, dando o maior desenvolvimento ao estudo da parasitologia experimental e da entomologia médica.

Instrução aos indígenas

A instrução primária está sendo ministrada a cêrca de 30:000 indígenas em 250 escolas espalhadas por toda a Colónia, instaladas umas nas missões, outras nas sedes das circunscrições.

O ensino profissional é ministrado em três escolas, nas quais, além

de rudimentos de instrução primária, são os alunos adestrados nas profissões manuais mais simples, como alfaiataria, encadernação, tipografia, serralharia, carpintaria e sapataria.



Rapariga macua — Distrito de Moçambique

Por estas escolas têm passado muitas centenas de alunos, que hoje são artífices por vezes muito hábeis.

O ensino da enfermagem é-lhes ministrado em todos os hospitais da Colónia. Na Imprensa Nacional habilitam-se para as artes gráficas. Nas oficinas dos Caminhos de Ferro muitos indígenas se instruem em várias profissões manuais.

Missões

Ninguém como os portugueses se internou pelo sertão africano. Os nossos missionários e os nossos comerciantes subiram os rios mais alongados e visitaram as tríbus mais recolhidas. Livingstone descobriu

Casa de educação para raparigas indígenas da Missão de Sant'Ana da Munhuana, em Lourenço Marques

o que nós de longo tempo conhecíamos. A nossa influência sertaneja foi enorme e tam grande que *branco* por excelência era o português, porque nenhum outro europeu era conhecido do indígena. Mas essa actividade arrefeceu. A expulsão dos jesuítas, a extinção das ordens religiosas, aliadas a outros factores, trouxeram a decadência missionária.

Leroy-Beaulieu não se esqueceu de atribuir à singular influência da cristianização os resultados colhidos pelos portugueses e espanhóis na colonização.

Em 1918 foi lançada a tentativa da instituïção de missões civilizadoras laicas, das quais a Moçambique couberam quatro.

Extintas as missões laicas em 1927, dedicou o Govêrno Português as suas atenções às missões religiosas, sendo publicado o decreto que promulga o estatuto orgânico das missões católicas de Africa. Por

êle é garantida a liberdade de cultos e a separação do Estado e das Igrejas nas Colónias. São considerados propriedade das missões os templos, escolas, oficinas, residências episcopais, missionárias ou paroquiais e todos os bens imobiliários ou mobiliários eclesiásticos e missionários.

As missões são constituídas por missionários e auxiliares de ambos os sexos, de nacionalidade portuguesa. Uns e outros percebem vencimentos pagos pelo Estado e têm direito, como funcionários públicos, a uma pensão vitalícia quando desligados do serviço.

O Govêrno inscreve anualmente no orçamento da Metrópole um subsídio para estas missões.

As missões classificam-se em centrais e sucursais, com irradiações de pequenas filiais ou estações de propaganda nacional.

As missões têm por fim sustentar os interêsses do império colonial português e promover o seu progres o moral, intelectual e material, cumprindo-lhes a educação e instrução do nativo português, com obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa e das grandezas e glórias de Portugal; o ensino agrícola e profissional dos indígenas; o ensino doméstico da mulher indígena; a assistência sanitária e o ensino prático da higiene; as observações metecrológicas e a organização das colecções de história natural; a colaboração nas publicações geográficas, históricas e económicas que interessem ao império colonial português.

A administração das missões é dirigida, orientada e vigiada pelo prelado de Moçambique, que para tal efeito é considerado chefe de serviço da Colónia com a denominação de Director das Missões.

A matrícula de indígenas nas 155 escolas das missões católicas portuguesas atinge cêrca de 20:000 alunos anualmente, o que quere dizer que quadruplicou nos últimos dez ou doze anos. Esta ânsia de instrução apressa a evolução mental dos indígenas moçambicanos, que seguirão a trajectória que as escolas imprimirem à sua educação.

Ao lado das missões católicas portuguesas exercem em Moçambique a sua actividade 14 missões religiosas estrangeiras de vários credos.

Uma das mais antigas é a Missão Metodista Americana, estabelecida no distrito de Inhambane desde 1885, a qual tem duas estações centrais e 75 sucursais.

A Missão Suíça (Romande), que em 1887 se estabeleceu em Lourenço Marques, tem 11 estações com 8 missionários europeus e 5 sacerdotes nativos; mantém um hospital e uma escola, com sucursais, freqüentadas por 3:000 indígenas.

A Missão Metodista Episcopal (Inglesa), tem 3 estações, duas no distrito de Inhambane e uma no distrito de Lourenço Marques; tem 8 escolas de primeiras letras e oficinais, com 8 missionários europeus; um hospital, 8 dispensários e 163 sucursais de propaganda religiosa.

A Missão Metodista Wesleyana (Inglesa), no distrito de Lourenço Marques, tem 82 estações; a Missão Anglicana, 88 estações; etc.

ÍNDICE

	Página
I — Esbôço geográfico	3
II — Esbôço histórico	31
III — Situação económica	39
IV — Situação financeira	65
V — Govêrno e Administração Pública	71
VI — Acção civilizadora	93

IMPRENSA NACIONAL
LOURENÇO MARQUES

UNIVERSITY OF N.C. AT CHAPEL HILL
000032481222